

DESTACÁVEL

parques
infantis

por MANUEL BRITO

REVISTA
DE ANIMAÇÃO
SÓCIO-CULTURAL

Nº 5/6

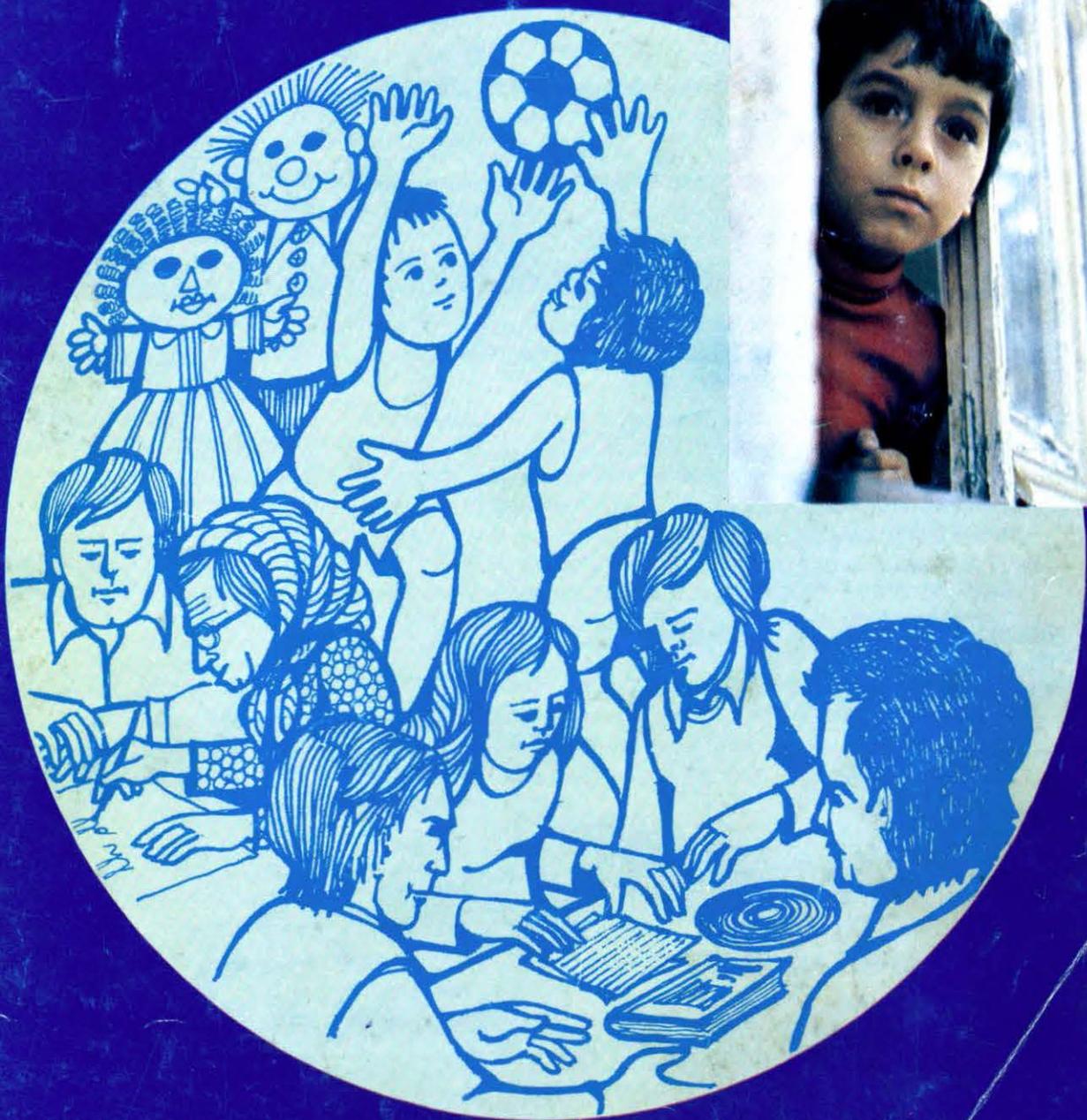
NOVEMBRO

DEZEMBRO

1977

25.00

INTERVENÇÃO



editorial

A CONTINUIDADE DA "INTERVENÇÃO"

Com todas as dificuldades inerentes a uma revista que se lança no "espaço desconhecido" da Animação Sócio-Cultural, a "INTERVENÇÃO" completa um ano de publicação. O esforço, a dedicação, as vicissitudes, o entusiasmo daqueles que se lançaram nesta tarefa ficam na "crónica-de-todos-os-dias" de um projecto que se vive, se sente e se realiza. Os problemas, comuns a uma publicação periódica — textos, composição, montagem, edição, distribuição, divulgação, venda — são adicionados a um esforço perfeccionista, mas não elitista, para conseguir um equilíbrio, uma homogeneidade e uma coerência de princípio.

Numa sociedade em mudança, onde uma explosão cultural de raiz popular se confronta com um conservadorismo inconsciente e uma resistência à mudança global que tocam as raias de um "conflito surrealista", a nossa Revista cumpriu, é o facto, um ano de vida.

É tempo de fazer "o ponto da situação" passe a usura e a vulgaridade desta expressão.

Pela experiência editorial deste primeiro ano, não nos parece viável a publicação mensal da Revista, por razões extremamente simples: o agravamento dos custos de produção; a falta de tempo e de uma estratégia para ir ao encontro de todos os interessados; a impossibilidade, neste período, de profissionalizar a equipa que a realiza.

Quási não vale a pena falar no aumento incontrolado dos custos da produção, na instabilidade do mercado editorial, e nos erros ou defeitos da distribuição.

Neste sentido, pensamos que é possível uma produção de seis (6) números anuais, sem uma data rígida de publicação, mas tentando um ritmo equilibrado. E isto porque a nossa Revista não nos parece, nem pretende ser, dependente de um esquema de "actualidade" mas essencialmente formativa.

É no factor económico que reside o nosso principal problema. Não dispomos de "capital" e recusamo-nos a dar esse nome ao que dispomos de conteúdo ideológico. Se recorrermos apenas aos circuitos clássicos de distribuição e de venda, encontramos-nos sujeitos aos condicionalismos do mercado, e corremos o risco de não atingir o público a que nos destinamos. Sem recusar o recurso àsqueles circuitos, parece-nos necessário recorrer a novas formas de distribuição, promoção e venda, em que estejam comprometidos todos aqueles que se interessam verdadeiramente pela teoria e prática da Animação. Deste modo, cremos que é possível a CONTINUIDADE e a EXPANSÃO da nossa Revista se contarmos com um grupo militante de ANIMADORES-DELEGADOS.

Calculando de modo realista o problema financeiro da Revista, poderíamos encarar tranquilamente o seu futuro se contássemos com um conjunto de quinhentos (500) Animadores-Delegados, todos assinantes e comprometidos no nosso projecto, que "colocassem", em média, mais quatro (4) revistas. Isto corresponderia a uma venda de dois mil (2.000) exemplares, o que permitiria a sobrevivência, a independência e a melhoria da Revista. E sem contar com o suplemento de vendas nos circuitos "clássicos". Esta é a posição realista (e que os idealistas nos perdoem esta dureza, mas nos dêem outras soluções) em que nos colocamos. E é a PROPOSTA que fazemos a todos os nossos Amigos, Assinantes e Leitores. Sem falar dos colaboradores, porque com esses contámos desde sempre.

A todos solicitamos que nos enviem o vosso pedido de assinatura, acompanhado de uma encomenda GLOBAL ou NOMINAL de mais quatro (4) números.

Se atingirmos a meta prevista, a nossa Revista terá a sua vida assegurada.

Aguardamos a vossa resposta, a vossa colaboração e a vossa militância.

PELO PROJECTO "INTERVENÇÃO"

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: Luis Martins

CORPO REDACTORIAL:

A. Paula Brito
A. Sarroeira
Higino David
L. Esteves
L. Martins
Maria Carmo
Maria Helena
Maria Manuela Pires
Mário Jorge
Natércia
Paulo Poiares
Rodolfo P. Jesus

FOTOGRAFIA E ILUSTRAÇÕES:

João Fonseca
João Freitas
José Moreira
Nelson Domingues
ARRANJO GRÁFICO:
Dorindo Carvalho
SECRETARIADO:
Isabel Guerra



REVISTA DE ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL INTERVENÇÃO

N.º 5 | 6

NOVEMBRO |
DEZEMBRO | 1977

REDACÇÃO: Edifício do Amparo, 1

Largo Martim Moniz

Telef.: 864056 - apartado 21064

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

Of. Gráf. OPV

DISTRIBUIÇÃO:

DIG - Distribuidora de Informação Geral

TABELA DE ASSINATURAS:

Semestral - 75\$00

Anual - 150\$00

Preço deste volume duplo - 25\$00

sumário

| | | |
|--|----|---|
| animação o que é? | 2 | Luís Manuel Martins |
| estatuto do animador | 6 | Equipe Nacional dos Amadores, FAOJ |
| animação: uma política integrada de animação sócio-cultural | 9 | J. A. Simpson |
| declaração do conselho da europa | 13 | |
| a educação, a escola e a vida | 14 | Luís Manuel Martins |
| a educação, a escola e a vida | 16 | Rodolfo Proença de Jesus |
| DESTACÁVEL - parques infantis | 17 | Manuel Bento |
| levantamento cultural do país | 30 | entrevista com Carlos Wallenstein e Nunes de Carvalho |
| dia da casa do povo | 32 | Isabel Guerra e Luís Esteves |
| "OS BARNABÉS" a nossa experiência | 34 | |
| casa do gaiato | 36 | Paulo Poiares e Mário Jorge |
| associação portuguesa de pousadas da juventude - a pousada da areia branca | 39 | L. Martins, J. Filipe e José Moreira |
| escolas comunitárias | 41 | Rodolfo Proença de Jesus e Manuela Pires |

animação o que é?...

Luís Manuel Martins

Dar definições, e ainda por cima de Animação Sócio-Cultural é um grande risco, quer po um lado, pelo estado incipiente da sua prática, quer pela própria natureza do objecto a definir, contudo assumo-o sem pretender dar da Animação ⁽¹⁾ uma definição completa e acabada, mas mais, com o desejo de encontrar uma "linguagem comum" entre todos os que se movimentam no seu espaço.

Que este trabalho seja polemicamente completado é o seu objectivo.

O EMPIRISMO NA ANIMAÇÃO

Animação: Acto ou efeito de animar; viveza; movimento; entusiasmo.

Animar: Dar ânimo, vida, acção, movimento, entusiasmos, desenvolver.

(do dicionário)

Embora possa parecer insuficiente esta definição é contudo neste espírito que muitos entendem a animação sócio-cultural. Muitos exemplos podíamos apontar a atestar este facto e que a figura ao lado pode ser exemplo, relativo a um Festival de Animação Cultural, isto é, a divulgação de um conjunto de obras cinematográficas e teatrais, e à prática desportiva que "movimenta" o panorama cultural e desportivo da zona, no caso Ferragudo.

No entanto, (sem querermos criticar o mérito desta iniciativa e sem que isto pretenda ser em si uma crítica pela negação) é um bom exemplo do que não é Animação Sócio-Cultural

Em primeiro lugar porque entendemos que não há festivais de Animação.

Isto é, há festivais de teatro, de cinema, etc., porque são produtos culturais definidos, ao contrário da animação que é antes uma prática e uma atitude cultural continuada, que não pode ser confinada a um período rigidamente definido de tempo (como é o caso do exemplo em causa) e muito menos a um período tão curto.

Mas começamos antes por tentar definir os elementos essenciais à existência da animação.

Emendas do artigo "Como tomar democraticamente as decisões em conjunto" do n.º 3/4

Pág. 21 - coluna 2 - linha 30 - Onde está, "Mas a maioria tem o direito...", deve estar "Mas a minoria tem o direito...".

Pág. 22 - coluna 2 - linha 9 - Onde está "Sobre a premência..." deve estar "Sob a premência...".

Pág. 22 - coluna 2 - linha 21 - Onde está, "...assembleias e sobretudo...", deve estar, "... assembleias e rotuladas...".

em Ferragudo - Algarve

festival de animação

Em Ferragudo, mesmo ao lado de Portimão está a realizar-se um Festival de Animação Cultural e Desportiva pela Associação Cultural e Desportiva local.

Já começou em Julho e vai durar todo o mês de Agosto. Haverá de tudo um pouco, desde teatro amador a filmes de intervenção, passando por provas de atletismo, futebol de salão, andebol, voleibol, folclore, bandas musicais, canto, etc. etc. e um encontro de grupos de teatro amador do Algarve.

O programa desta semana é como o dizemos: dia 4 e 5 — futebol de salão; dia 6 — teatro amador pelo Grupo de Teatro da Amorosa —



Messines, com a peça «A Mãe» de Gorki/Brecht; dia 7 — cinema de intervenção com o filme «Sangue de Condor» de Jorge Sangines; dia 8 a 12 — futebol de salão e torneio de damas.

É entrar, meus senhores, é entrar!

A ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

Estudo dos seus pressupostos

Em primeiro lugar a existência de um grupo social — uma comunidade, bairro, aldeia, etc. — que vivam portanto em proximidade (sujeitos genericamente a situações comuns) e logicamente sedentários.

Não teria razão de ser desenvolver uma acção junto duma população flutuante, cujo quantitativo populacional varia, para além de não estar em nada enraizada no local, por não ser aí o centro da sua actividade e da sua vida (como é por exemplo: o caso do Algarve, no Verão).

Para além disso a ASC dirige-se a um conjunto social determinado (que é a esmagadora maioria da população).

Conhecidas que são as enormes diferenciações de ordem social e cultural existentes na nossa sociedade, entre as diferentes classes sociais, seria uma incongruência actuar com aqueles que sempre detiveram o poder económico e social e simultaneamente o acesso à cultura e à educação.

Se assim fosse a ASC ⁽¹⁾ perderia o sentido de ser, já que ela tem como objectivo a promoção social e cultural daqueles (que ao contrário destes últimos) sempre foram discriminados no acesso à cultura e à educação. É aqui que se encontra o carácter so-

cial e político (obviamente não partidário) da Animação Sócio-Cultural. Ou como diria J. A. Simpson (no documento que Portugal subscreveu com o Conselho da Europa): "A Animação Sócio-Cultural é uma tentativa para solucionar um problema grave que na hora actual diz respeito a todos os países: a existência de um **fosso cultural** que não está só em contradição com o nosso ideal de justiça social mas sobretudo mina o efeito de medidas económicas políticas e educativas visando trazer às nossas sociedades uma democratização em profundidade, uma humanização e uma verdadeira igualdade de oportunidade".

Depois poder-se-á dizer que é necessário, para haver Animação, que se desenvolva uma **acção continuada** tendo como objectivo genérico a promoção cultural de uma comunidade, efectuada de **uma maneira racional e planeada**, e não o desenvolver actividades culturais "porque sempre alguma coisa fica".

Quando falamos em planeamento, pode perfeitamente acontecer que esteja nele previsto um festival de teatro ou cinema mas como parte de uma acção mais geral (quer em qualidade quer em extensão temporal), portanto não como acção isolada, e em que a comunidade isoladamente se apresenta ou se assume como autora do planeamento e execução e nunca como espectadora ou clientes consumidores dum determinado produto cultural que ocasionalmente lhes é facultado.

Em primeiro lugar, a Animação Sócio-Cultural é **uma forma cultural definida e diferenciada de outras como a divulgação cultural, a agitação cultural e a dinamização cultural.**

ESBOÇO DE UMA DEFINIÇÃO DE FORMAS CULTURAIS:

Embora seja discutível esta diferenciação, torna-se útil tentar defini-las para poder descolar a animação delas, e encontrar para esta um campo e

metodologia próprias.

Assim podemos entender a **divulgação cultural**, como a possibilidade dada a um grupo, de várias opções em matéria cultural, criando várias manifestações culturais - exposições, peças de teatro, filmes de qualidade, concertos, - possibilitando assim às pessoas desse grupo, vila, aldeia, cidade, colectividade, etc., de a elas assistirem ou delas usufruírem.

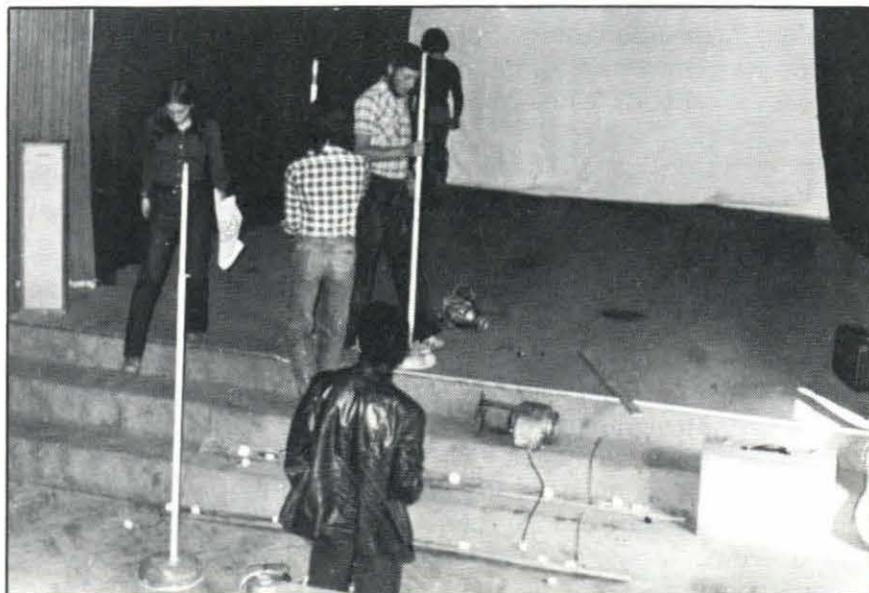
A **agitação cultural** tem objectivos mais imediatos como o de por exemplo, alertar, através de diferentes manifestações culturais (teatro, exposições, canções, etc.) denunciar ou mobilizar a população para determinados factos ou acontecimentos solicitando dela uma resposta ou atitude.

A **dinamização**, de que temos experiência em Portugal, através das campanhas de dinamização cultural, dirige-se dum grupo dinamizador exterior a uma comunidade que aí vai desenvolver campanhas de esclarecimento político, sanitário ou cultural, dizendo estas campanhas respeito a períodos de tempo determinado relativamente curtos, privilegiando na sua acção os grandes grupos, as sessões públicas de esclarecimento, e pressupondo a existência de "informação", que é fornecida pelos que promovem as campanhas e sessões de esclarecimento, aos que a ela assistem.

Note-se aqui que não é necessário um conhecimento rigoroso do meio, pois o objectivo da acção é definido exteriormente à comunidade.

A ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL, UMA ALTERNATIVA CULTURAL POPULAR

A animação, não tem por objectivo a transmissão de "informação" por parte dos animadores. Pressupõe, isso sim, da parte destes um **conhecimento profundo, do meio**, das suas gentes, das suas actividades produtivas, da sua cultura própria, **privilegia na sua acção os pequenos grupos**, desenvolve a sua acção assente na **organização da comunidade**, encaminha-se sempre no sentido de ser a



própria comunidade a assumir organizadamente a direcção do trabalho que se desenvolve.

E se se insiste na necessidade prioritária da organização é porque entendemos que não há promoção cultural duma comunidade se não for ela própria o sujeito da sua promoção. A promoção cultural é sempre uma auto promoção. E isto porque só ela, os seus elementos, podem dizer o que lhes interessa em matéria de actividades culturais e de que modo, e só eles, pelo empenhamento que tiverem na sua concretização, lhes poderão por um lado emprestar parte do seu ser, (tornando-as assim mais suas, empenhando o seu espírito criador e concretizador) e por outro ao experimentarem-se como sujeitos da acção cultural, aumentam as suas exigências e necessidades em matéria cultural, construindo uma cultura de acordo com a sua "cultura própria", construindo aquilo que alguém já disse ser um diálogo fecundo entre o passado e o futuro.

Outro aspecto importante da Animação é a sua própria designação **sócio-cultural**, reconhecendo assim que a cultura, ou melhor que a promoção cultural deverá ser acompanhada por uma melhoria das condições sociais e económicas, e que portanto estas duas realidades estão intimamente ligadas. E que não é possível sem uma melhoria das condições económicas e sociais obter resultados em matéria de cultura. Se bem que a promoção cultural possa ser um incentivo para a promoção social o que traduz no fim de contas, a relação dialéctica entre estas duas realidades.

A animação sócio-cultural traduz que o conhecimento e a cultura não se confinam em si próprias mas encontram a sua causa explicativa nas condições sociais, nas condições de vida das pessoas

Outro aspecto que define uma acção de animação é a importância dada ao desenvolvimento das capacidades criadoras da população.

Assim a prática da animação deverá provocar a criação de grupos de teatro, de música (através de grupos corais ou pela revitalização de bandas que existam ou de grupos folclóricos), grupos de cinema, cursos de alfabetização, cooperativas, tudo isto integrado num planeamento consciente e globalizante"...a "animação cultural" procura inserir o indivíduo na comunidade a que pertence, desenvolvendo a sua capacidade de relação de encontro e de diálogo.

A criatividade colectiva desenvolve-se através da criação de lugares de convívio, onde se possa praticar em comum a fotografia, o cinema, a música, a criação plástica, a leitura, a experiência teatral.

Surgirão assim grupos de teatro amador, grupos de cinema de animação, núcleos de cineastas amadores, ateliers de expressão corporal, pequenas oficinas de gravura, bibliotecas e discotecas etc. "(do Programa do Governo ponto 3.5).

Aliás acrescenta-se que a divulgação de boas obras junto da comunidade (de grupos de teatro, de espectáculos musicais, etc.) deve sempre ser entendida como incentivo e motivação para que a própria comunidade crie ou consolide as suas pró-

prias estruturas nesse campo (no caso, do seu próprio grupo de teatro ou de música) de modo que, criados estes, possam intervir num intercâmbio cultural de modo a permitir uma permuta e diálogo com outros grupos e comunidades, construindo assim uma cultura de iniciativa popular, e por isso ao seu serviço, ao serviço da sua consciência e emancipação.

Digamos em resumo que a Animação Sócio-Cultural é, por isto tudo, uma estratégia — uma festa, uma exposição, uma projecção de filme — pode ser ou não uma actividade de Animação quer estejam ou não integrados numa estratégia, num planeamento **que não vem limitar ou espalhar estas actividades mas antes vem dar-lhes significado** (e isto é fundamental, sem o que não passaríamos de iniciativas isoladas e ineficazes) **enquadrando-as numa cultura global e globalizante de acordo com o homem concreto dum determinado tempo e local, o mesmo é dizer dum determinado espaço físico temporal.**

Daí que a Animação se assuma enquanto provocadora duma consciência actuante, que torne o homem capaz de adquirir critérios para perceber o que o rodeia, na libertação das capacidades actantes duma comunidade de modo que cada um dos seus elementos tome consciência da sua capacidade de, em conjunto com os outros, transformar o que lhes é comumente adverso, transformando-se assim em agentes do processo de transformação social e cultural.

Enraizando o homem na sua comunidade natural, valorizando a sua cultura, fazendo-o perceber que a sua libertação vem através dela, e que contra o individualismo e o derrotismo, se ergue a consciência da capacidade natural dos homens serem donos do seu destino.

A ANIMAÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA

Embora não desejemos aprofundar neste momento este tema, não gostaríamos de deixar em claro a Animação dirigida ao escalão etário dos 8 aos 13 anos — Animação Sócio-Educativa — pela importância que na prática ela está a tomar no nosso país.

Aqui é possível desenvolver as capacidades criadoras das crianças, a sua socialização numa ligação à comunidade. Também aqui é necessário frizar que a Animação não se pode fechar numa sala em que o Animador e as crianças desenvolvem actividades, é necessário uma abertura permanente à comunidade, não querendo dizer isto evidentemente que elementos da comunidade tentem limitar a relação pedagógica entre o animador e as crianças, ou ainda que se recorram às "anti-pedagógicas" festinhas de fim de ano em que os meninos fazem uma representação para pais e familiares. Mas, uma abertura que se traduza num conhecimento do meio, geográfico, económico e social, em que as crianças reconheçam os seus valores culturais próprios e se preparem assumindo hoje a compreensão desses valores. (2)

A RELAÇÃO ANIMADOR GRUPO

É sempre difícil definir esta relação, contudo é evidente que o animador não é o líder nem é aquele "que diz como se faz", pois já frisamos que a Animação não visa a transmissão de "saber" do animador para a comunidade.

Contudo será importante afirmar que, **se todas as relações** entre pessoas são pedagógicas, a animação valoriza a relação humana tornando-a fulcro da sua acção em tudo o que ela tem de educativo, cultural, político e humano.

... a animação sócio-cultural só poderá erguer-se de uma relação pedagógica concreta, que pressuponha da parte de animadores e animados, disponibilidade, compreensão, afectividade, comunicabilidade situada. Quer isto significar que o **acto pedagógico que sirva a animação, não visará o plano do ter** (entenda-se ter ou possuir muitos conhecimentos) **mas sim o plano do ser** (a saber: ser uma pessoa socialmente participante e produtiva).

Não conta aqui possuir (ou transmitir) **muitos conhecimentos mas sim saber ser e saber viver**, num contexto social aberto e em permanente transformação.

(In Pedagogia da Animação Breda Simões, Intervenção n.º 2)

Uma política de Animação Sócio-Cultural

Se por aqui ficássemos sem acrescentar mais nada, não teríamos ainda falado completamente em Animação Sócio-Cultural. E se dizemos isto é porque entendemos que não se podem plantar acções de animação aqui e ali, numa situação de "livre mercado" em matéria de cultura.

A animação precisa de um "ambiente próprio" e o seu ambiente é a existência duma planificação cultural a nível nacional, de uma política de Animação sócio cultural, sem o que a animação não terá possibilidades de se concretizar e desenvolver.

Já houve oportunidade de nesta revista apontar a necessidade de definição e concretização de uma política cultural, que em Portugal é uma política de Animação Sócio Cultural, esclarecendo esta afirmação, por agora contudo não queríamos deixar de sublinhar que a existência duma Política global de Animação Sócio Cultural é um pressuposto essencial ao desenvolvimento de animação e a que voltaremos no próximo número.

Terminaríamos com a citação de uma frase de J. A. Simpson transcrita de um documento do Conselho da Europa:

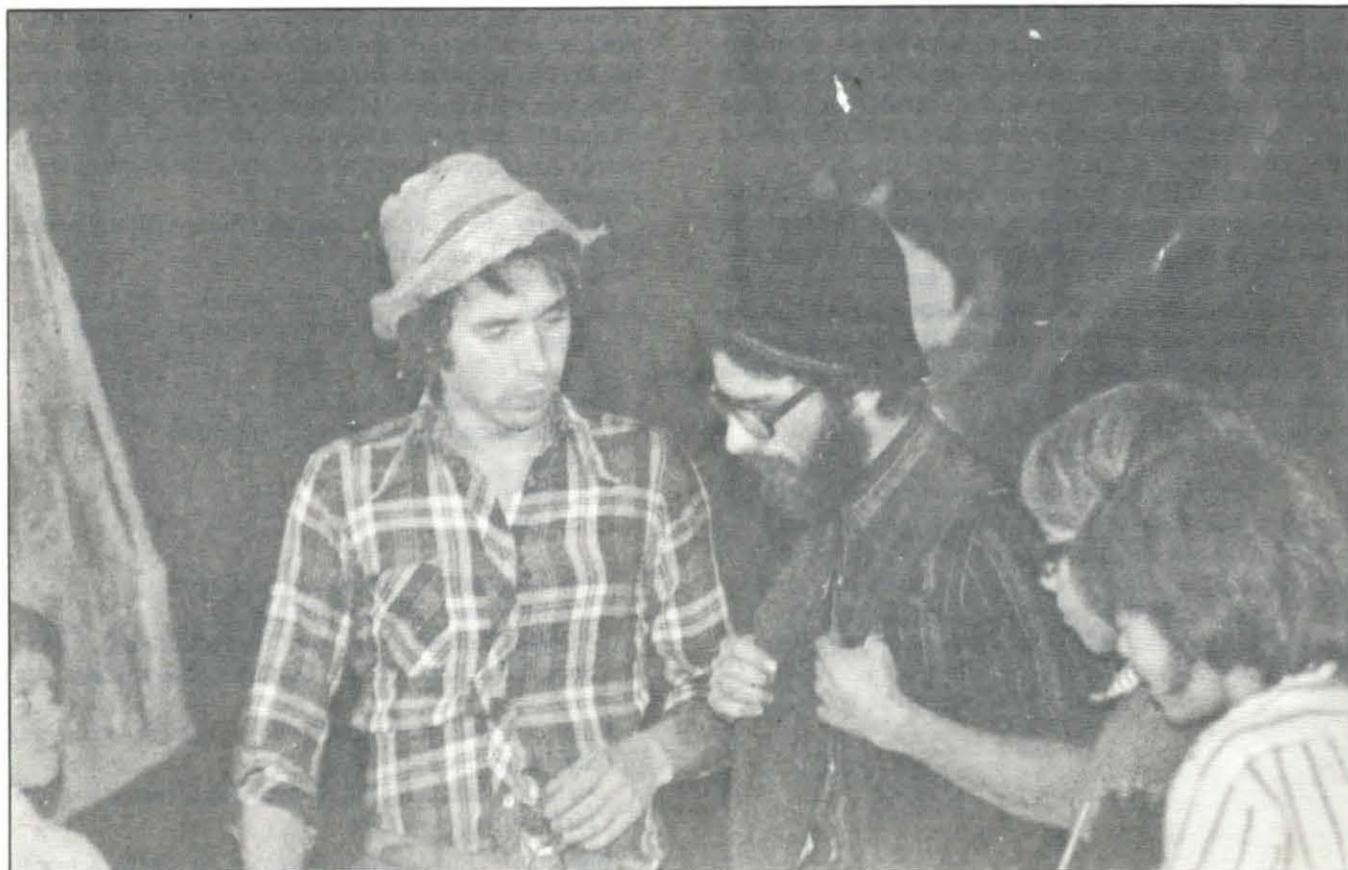
"Melhor será convencer os governos centrais e locais que a animação sócio cultural, é um domínio de actividade de uma importância política e sócio económica primordial à qual os governos devem aplicar uma política precisa servida pelos recursos suficientes e por uma estrutura integrada de organismos ministeriais.

(1) Sempre que falamos em Animação, ou ASC referimo-nos à Animação Sócio-Cultural.

(2) Reporto-vos ao artigo "Actividades de Férias" INTERVENÇÃO n.º 2.

NO PRÓXIMO NÚMERO:

A QUESTÃO DA POLÍTICA CULTURAL



estatuto do animador

O tema que começamos hoje a tratar é constituído por 3 partes, de que este número apresentamos a primeira, relativa à situação portuguesa.

No próximo número divulgaremos a experiência internacional neste campo, a que se seguirá uma 3.ª parte que propomos polémica e susceptível de várias intervenções, sobre a urgência e importância e conceitos base de um estatuto do animador.

Neste momento põem-se aos animadores vários problemas, quer inerentes à sua própria actividade — a problemática da animação sócio-cultural — quer ao seu próprio estatuto, inexistente.

Com isto queremos dizer do fundamental para todos os animadores, da definição da importância e dignidade social do agente cultural, que defina a sua deontologia, as suas diferentes especialidades, em suma que institucionalize o animador enquanto agente interveniente no processo de desenvolvimento social e cultural duma comunidade.

O Estatuto de animador significa simultaneamente um salto qualitativo na prática da animação, já que até agora pela ausência de qualquer definição neste campo, deixa aberto a qualquer, o desempenho desta actividade, o que facilmente se deduz da qualidade do trabalho desenvolvido, pelo que a dignificação do animador e a valorização da sua actividade — a animação sócio-cultural — estão relacionados intrinsecamente.

Em Portugal já foi sentida esta necessidade e daí a criação de 2 projectos de Estatuto, um à responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores Sociais, e outro à Equipe Nacional de Animadores do FAOJ, que hoje divulgamos. Só com uma discussão e crítica daquilo que a nossa experiência nos mostrou importante salvaguardar, nos pode permitir escolher os principais pontos que urge definir no Estatuto do Animador.

1 OS PROJECTOS DE ESTATUTO DO ANIMADOR EM PORTUGAL

PARA O ESTATUTO DO ANIMADOR E DO MONITOR

Para a definição do estatuto do Animador e do Monitor, o grupo de trabalho do Sindicato dos Trabalhadores Sociais elaborou um esquema inicial de definição da função do Animador e do Monitor.

Eis a sua transcrição:

Animador Sócio-Cultural — é todo aquele que, tendo recebido uma formação específica, é capaz de elaborar e executar um plano de animação numa comunidade, instituição ou organismo utilizando actividades recreativas, culturais e ou desportivas visando em última análise o desenvolvimento das potencialidades dos elementos dessa comunidade em ordem a tornarem-se agentes transformadores do seu meio.

O campo de acção do Animador Sócio-Cultural poderá definir-se tendo em conta:

- Para quem
- Onde
- Como

Para quem - escalões etários:

- 3.ª infância (animação sócio-educativa)
- jovens
- adultos
- 3.ª idade

Onde - Organismos oficiais e oficializados

- Instituições públicas e privadas
- Órgãos de base tais como: Centros Culturais, Clubes, Sociedades Recreativas e Culturais, Cooperativas, etc.

Como - através da utilização duma actividade concreta (cinema, teatro, etc.)

- através dum conjunto de actividades recreativas, culturais, e/ou desportivas.

Importante: Em qualquer dos casos, na base da actuação

do Animador Sócio-Cultural deverá existir sempre uma preocupação de valorização permanente das pessoas com quem trabalha.

A formação do Animador Sócio-cultural deverá ter os seguintes aspectos:

- Formação de base
- Formação específica

Formação de Base:

- noções gerais de psicologia e pedagogia
- técnicas da O.T.L. e de T.G. (trabalho de grupo)
- cultura geral
- Legislação de trabalho e de Associação

Formação Específica:

- especialização nos diversos sectores de actuação;
- escalão etário
- tipos de actividades
- características socio-políticas-económicas dos sectores onde vai actuar.

Monitor - é todo aquele que tendo recebido uma formação específica é capaz de:

- a) motivar e fazer praticar determinada actividade específica, desportiva, cultural ou recreativa numa linha de valorização permanente das pessoas com quem trabalha.
- b) responsabilizar-se por um grupo de crianças ou jovens em Campos de Férias ou Campos de Trabalho, dinamizando-as para uma integração, valorização pessoal de cada uma delas dentro do ambiente recreativo educativo que tais campos proporcionam.

O campo de acção do monitor pode definir-se tendo em conta:

- Para quem
- Onde

Para quem - escalões etários

- a) Em campos de férias ou de trabalho
 - 3.^a infância
 - adolescentes
 - jovens
- b) Em actividades específicas
 - 3.^a infância
 - adolescentes
 - jovens
 - adultos
 - 3.^a idade

Onde - Organismos oficiais e oficializados

- Instituições públicas ou privadas
- Órgãos de base tais como: Centros Culturais, Clubes, Sociedades Recreativas e Culturais, etc.

"Grupo de Trabalho do S.T.S."

II - PROPOSTA PARA O ESTABELECIMENTO DE UM PROJECTO DE ESTATUTO DE ANIMADOR

Capítulo I - O ANIMADOR

a) Definição

O Animador é o "agente directo" da Animação, sendo o seu trabalho norteado no sentido da consciencialização participante e criadora das populações, estimulando as pessoas e grupos a autodesenvolverem-se, activando todas as suas faculdades criativas e intelectuais no sentido da resolução de todos os seus problemas reais e colectivos.

b) Características Gerais

Para desenvolver uma correcta acção de Animação, deverá o Animador ter, ou adquirir, algumas características:

1. estar inserido no meio onde actua
2. deve evitar a liderança
3. o Animador, na sua actuação, não pode ser partidário, o que implica a não adopção no todo das medidas de actuação política preconizadas pelo programa de um qualquer partido.
- 3.1 o disposto no artigo anterior não obsta que o Animador tome partido em questões que afectem claramente o bem estar da Comunidade Nacional ou Internacional.
4. não deve ser um "mestre" que tenha respostas para tudo, mas antes um fornecedor de pistas.
5. ser maleável e flexível na sua actuação; recusar a frontalidade.
6. possuir uma certa "estabilidade emocional".

Características Específicas (os tipos de Animadores):

Existem basicamente três tipos de Animadores, com algumas características diferentes:

1. **Animador Sócio-Cultural** - privilegia na sua actividade a juventude e a população adulta; utiliza como meios para a sua actuação suportes de índole cultural existentes e enraizados na comunidade, ou de fácil acesso e aceitação.
2. **Animador Sócio-Educativo** - privilegia na sua actividade a infância e a pré-adolescência, utilizando meios recreativos e culturais voltados fundamentalmente para o estímulo da sua criatividade.
3. **Animador Desportivo** - utiliza como meio o desporto; estimula o livre exercício das capacidades motoras, no sentido do desenvolvimento físico e espiritual, através de uma política massiva e consequentemente não elitista.

c) Inserção na Comunidade

O Animador deve ser aceite no "meio" onde actua, ou possa actuar; o seu trabalho deve ser feito de forma a que o leque de participação da população seja cada vez maior.

d) O Papel do Animador na Sociedade Portuguesa

A luta pela institucionalização da democracia em Portugal, e o apoio e fomento às organizações populares de base, em que as associações culturais, desportivas ou outras, estão incluídas, apontam a Animação, pelas suas características apartidárias, não frontais e colectivas, como a via privilegiada para tal. É neste contexto que está enquadrada a função do Animador.

Capítulo II - DIREITOS DO ANIMADOR

a) De acordo com a Constituição Portuguesa e dos Direitos do Homem, tem o Animador direito à liberdade nas suas múltiplas concretizações, fundamentais ao correcto exercício da sua actividade.

b) Goza o Animador, no exercício da sua acção, da total liberdade criativa, como meio de proporcionar e desenvolver no seio das populações, a participação crítica nos domínios político, económico e cultural no seio da comunidade.

c) O Animador lutará no decorrer da sua actividade, de forma a evitar os erros, as ilusões e alienações que evitam o acesso das populações à consciencialização e participação crítica. Neste particular o Animador desenvolverá as acções possíveis de forma a obstar que pessoas ou instituições estatais ou particulares se tornem obstáculos ao desenvolvimento real e correcto da Animação.

d) No concernante às ideologias políticas e às crenças religiosas é livre o Animador de assumir de acordo com a sua consciência e o bem estar da comunidade em que se insere, as opções que nos domínios citados julgue por bem tomar.

Ninguém será considerado incapaz de ser animador e como tal, abrangido por este Estatuto, pelas suas crenças religiosas e posições ideológicas, salvo no caso em que as mesmas preconizem formas que atentem contra a liberdade das pessoas ou se mostrem defensoras de projectos de sociedade abertamente reaccionários.

e) O Animador lutará pela dignidade da sua profissão desenvolvendo para o efeito as acções consideradas necessárias junto dos Poderes Públicos ou Privados.

f) Compete aos organismos estatais ou particulares, às Associações de Animadores, ao Sindicato representativo e aos Animadores tomados individualmente a salvaguarda do direito de formação, da valorização profissional permanente, do desenvolvimento físico e espiritual do animador através de acções reputadas fundamentais para o efeito.

O amadorismo e autodidactismo têm sido uma característica no trabalho do Animador. Não podemos pensar modificar dum momento para outro esta situação. No entanto há que pugnar pela criação e desenvolvimento dum ou várias instituições especializadas na Formação de Animadores, que seja reconhecida oficialmente.

Dever-se-á estabelecer um ou vários diplomas oficiais (correspondentes aos graus universitários de bacharelato e licenciatura) para os Animadores formados. Os termos desses diplomas, indicativos de um conjunto de unidades de valor adquiridas através de círculos formativos aos níveis prático e teórico, e dos curriculums correspondentes deverão ser estabelecidos de acordo com as Associações e Organizações Sindicais representativas dos animadores (que consultarão as organizações populares de base interessadas) e de acordo com o M.E.I.C., que legalizará o que ficar estabelecido.

Todo o Animador tem o dever de lutar pelo reconhecimento oficial dos esquemas formativos que forem estabelecidos pelos órgãos representativos da classe (que terão o valor de propostas ao M.E.I.C. mas que funcionarão — enquanto necessário — independentemente dum aprovação estatal).

g) De acordo com a Constituição Portuguesa e os Direitos do Homem válidos universalmente tem o Animador direito ao trabalho devendo lutar por todos os meios legais sempre que o cumprimento da lei seja posto em causa.

h) Compete aos organismos estatais ou particulares zelarem pela efectiva realização do Direito à Saúde, e assistência social do Animador.

Capítulo III - DEVERES DO ANIMADOR

a) No desempenho da sua profissão deve o Animador revelar competência, assiduidade e o elevado espírito de responsabilidade que o trabalho exige.

b) Deve o Animador, isolado ou em grupo, fazer uso consciente e reflectido da permanente crítica e autocrítica, métodos indispensáveis a uma perspectivização global e correcta da Animação Cultural.

c) O Animador mostrar-se-á solidamente activo quando todas as forças sociais geradoras do Progresso e Libertação dos Homens no âmbito Nacional e Internacional.

d) Particular dever de solidariedade é pedido aos animadores e às suas associações representativas, na defesa de interesses legítimos comuns aos outros Animadores Nacionais ou Estrangeiros.

e) O Animador revelará espírito crítico, actuante e universal na defesa das acções promotoras da libertação dos trabalhadores.

f) No desempenho do seu trabalho o animador deve assumir a responsabilidade de promover o desenvolvimento e divulgação dos valores nacionais autênticos de raiz popular, bem como de toda a cultura cujo património é pertença de todos os povos.

Capítulo IV - CONDIÇÕES DE TRABALHO — a estudar com especialistas

Capítulo V - CONTRATAÇÃO COLECTIVA — a estudar com especialistas

Capítulo VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

a) **Fins da Animação** - A animação, quando correctamente praticada tem em vista tornar as populações receptivas a uma prática democrática, numa concepção criativa e actuante, conscientemente crítica, tendo como objectivo final a construção do socialismo.

b) O Animador é consciente dos fins da Animação. A sua prática terá de ser consequente, constante, reflectida e globalizante, procurando integrar a luta da comunidade em que se insere na luta geral das classes oprimidas.

c) O presente Estatuto entrará em vigor à data da publicação do mesmo e de acordo com as normas enunciadas na lei.

d) As alterações ao presente Estatuto serão possíveis mediante um projecto de emendas sugeridas por qualquer grupo de animadores e entregue pelos signatários ao Sindicato ou Associação representativa da maioria dos animadores, sendo incorporados no presente Estatuto as alterações votadas maioritariamente em Assembleia Geral de Animadores reunida para o efeito.

Equipe Nacional dos Animadores
FAOJ

animação: uma política integrada de animação sócio-cultural

DOC. CCC/DC (74) 68

de J. A. SIMPSON — director do projecto

1

Histórico

No quadro dos trabalhos de 1972-1973 sobre o projecto de Animação socio-cultural, o comité de educação extra-escolar e do desenvolvimento cultural aprovou a elaboração dum projecto onde se expõem os princípios de política em matéria de Animação sócio-cultural podendo ser submetidos ao C.C.C. para adopção sob uma forma comparável à dos "Fundamentos duma política educativa integrada" (Doc EP (71) 1) da qual será o complemento no plano sócio-cultural.

Como consequência, uma primeira versão do presente documento foi estabelecida de maneira a poder ser submetida ao Comité de educação extra-escolar e do desenvolvimento cultural por ocasião da sua reunião de Nov. 1973: A ordem do dia deste Comité estava sempre bastante sobrecarregada para que isso se pudesse fazer. Este prazo suplementar permitiu rever o presente documento à luz dos comentários dos especialistas e dos correspondentes Nacionais e trabalhar para o projecto.

Este documento, submetido ao comité, compreende 4 partes:

- I Necessidade de uma exposição dos princípios pelo C.C.C. (Conselho para a Cooperação Cultural).
- II. Importância e urgência do desenvolvimento de políticas nacionais.
- III. Animação sócio-cultural como ética; Incidências políticas e culturais.
- IV. Projecto de exposição de princípios.

Para evitar todo e qualquer mal entendido e explicar de antemão o carácter limitado e selectivo deste projecto de exposição de princípios, convém sublinhar que ele consiste unicamente na Animação sócio-cultural e não nos programas de desenvolvimento e nas políticas culturais no seu conjunto. Estes, tanto no quadro Nacional como ao nível europeu, cobrem evidentemente outros e numerosos domínios de actividades importantes.

I. Necessidade para o C.C.C. de expôr os princípios gerais da política em matéria de Animação sócio-cultural.

a) A Animação sócio-cultural (equivalente em inglês a "socio-cultural community development") é uma tentativa para trazer uma solução a um problema grave que, na hora actual, toca a todos os países: A existência dum "fosso" cultural que não sómente está em contradição com o nosso ideal de justiça social, mas mina ainda os efeitos de medidas económicas, políticas e educativas visando trazer às nossas sociedades uma democratização em profundidade, uma humanização e uma real igualdade de possibilidades. O Documento CCC/EES (72) 78 expõe a origem deste problema e dá as medidas precisas da sua Natureza e repercussões. (Relatório do director do projecto, páginas 1 a 9). Encontraremos af

igualmente um inventário sumário dos esforços tentados em numerosos países para resolver este problema, recorrendo a diversas formas de Animação sócio-cultural. (páginas 15-32).

Estas iniciativas são de tipos extremamente variados, desde a acção de grandes centros sócio-culturais instalados em locais permanentes, às exposições nas ruas, e de pequenos grupos de contestação aos projectos de renovação urbana autorizados pelo governo. Todas estas acções têm em comum as características seguintes: elas procuram trazer, no plano mental, físico e afectivo, aos habitantes dum sector dado uma estimulação que lhes permitirá abrir os seus leques de experiência com a finalidade de se realizar, de se exprimir plenamente, de tomar melhor consciência da sua pertença a uma comunidade — comunidade na qual eles exercem uma certa influência e à qual devem trazer uma certa contribuição. Como esta Animação visa antes de mais as camadas de população que não são atingidas pelos programas educativos e culturais tradicionais, faz-se apelo a técnicas especiais para atrair e manter o seu interesse. O objectivo desta acção não é afirmar a superioridade deste ou daquele conjunto de experiências ou duma certa forma de cultura, mas unicamente de alargar o reportório de valores que faz parte integrante da existência de todo o ser humano.

No documento citado acima, a Animação sócio-cultural está descrita nestes termos:

"Libertação cultural, emancipação indispensável para que as massas dos países europeus possam participar numa democracia cultural autêntica. No decurso dos últimos 50 anos, o longo processo de emancipação jurídica e política foi coroado pelo acesso a uma liberdade económica bastante grande. A produtividade devida aos progressos tecnológicos e as políticas seguidas em matéria de fiscalização, de educação, de protecção e segurança sociais, permitiram às populações dos nossos países muito mais liberdade na escolha de actividades pessoais e sociais que constituem o estilo de vida.

"Esta nova liberdade continua mesmo assim, muitas vezes teórica, e raros são com efeito aqueles que conseguem tirar partido destas novas possibilidades. "O maior número, existe num domínio restrito da experiência e da expressão regeitando toda a gama de satisfações e meios de apaziguamento considerados como "Não sendo para nós" e que no entanto lhes pertencem por direito, uma vez que fazem parte do seu património cultural.

b) De há uns 20 anos para cá, este problema faz parte essencial duma grande tomada de consciência se bem que, face à sua gravidade, a reacção parece muito tímida. De qualquer modo, fazem-se esforços e, a comissão de educação extra-escolar e do desenvolvimento cultural lançou o projecto relativo aos equipamentos e à Animação sócio-cultural fiel ao princípio de estudar as iniciativas, de preparar um inventário, de definir os princípios e objectivos, de melhor conhecer os métodos que sejam mais eficazes e susceptíveis de serem aplicados algures, assim como as dificuldades encontradas. Estas são inúmeras, mas a experiência adquirida até aqui

no quadro do projecto permite concluir que a mais grave é comum a todos os nossos países. O desenvolvimento da Animação sócio-cultural é entravado por todo o lado pela ausência duma política a Nível Nacional, claramente definida pelos governos (comparável por exemplo às políticas em matéria de alojamento ou educação) à qual a acção e as estruturas governamentais se possam adaptar. Na ausência duma tal política, as iniciativas no domínio da Animação sócio-cultural têm geralmente um carácter improvisado e mal definido e são fragmentadas num certo número de serviços públicos que não lhe encontram muitas vezes, mais do que um interesse marginal. O seu número e alcance, a energia que lhe é consagrada, são mesmo assim insuficientes relativamente à sua amplitude e urgência de satisfação de necessidades. Conclusão que vem confirmar os trabalhos do Symposium sobre Animação sócio-cultural, reunido em S. Remo em 1972, que permitiu a mais de uma centena de delegados, vindos dos países membros, informarem-se mutuamente dos seus progressos e dificuldades. O relatório deste Symposium propõe à acção do C.C.C. certas "directrizes das quais a primeira é definida como segue:

"Mais vale convencer os governos centrais e locais que a Animação sócio-cultural é um campo de actividade duma importância política e sócio-económica primordial à qual os governos devem aplicar uma política precisa e por uma estrutura judiciosamente integrada nos órgãos ministriais."

(Doc. EES/Symposium 54.10)

Os trabalhos da conferência de San Remo mostram bem que a dificuldade não se deve a uma ausência de interesse da parte dos representantes dos diferentes governos. Ela deve-se sim ao monolitismo de políticas e estruturas governamentais rigidamente compartimentadas. É a este nível que o C.C.C. pode fazer agir a sua autoridade moral para estimular e encorajar.

c) O C.C.C. também já deu aliás, uma impulsão comparável no domínio da educação permanente. A elaboração desta política e a sua apresentação ao nível do Conselho da Europa ajudaram consideravelmente os governos dum certo número de países europeus, a precisar os seus conceitos, a elaborar um plano e uma estratégia neste domínio. É em grande parte por esta via que o termo "de Educação permanente" entrou dentro do pensamento e língua oficiais, tendo como consequência uma maleabilização considerável da separação tradicional que trava os progressos da educação. Se o C.C.C. retomasse este papel de chefe de fila, poder-se-ia esperar um resultado análogo no domínio sócio-cultural.

d) Não será aliás mais do que o corolário necessário do que se tem realizado no domínio na educação, porque conforme se demonstrará adiante (II) a educação permanente deve, para ser verdadeiramente eficaz, ser completada por uma política enérgica de Animação sócio-cultural. É isto que se sublinha no documento da CCC/EP (71) 1 "Fundamentos duma política educativa integrada" cujas primeiras páginas analisam as necessidades educativas em função da condição do homem na sociedade de hoje. A longo prazo, as duas políticas podem com efeito, ser consideradas, como Marcel Hicter dizia em Montréal, como as duas faces dum mesmo processo. Mesmo assim, de imediato, o que importa é definir claramente uma política distinta em matéria de Animação sócio-cultural.

e) A ligação entre duas políticas tão estreitamente ligadas pede uma explicação. Insistindo na necessidade e urgência da definição duma política própria de Animação sócio-cultural — sendo portanto distinta da educação permanente — estamos conscientes que esta necessidade é unicamente resultante de forças actualmente em jogo. Ela não deriva da teoria destes dois conceitos e não corresponde a um estado de coisas ideal. Idealmente, tendemos a uma política educacional global dando o "peso" verdadeiro aos objectivos de uma Animação sócio-cultural e traduzindo-se por estruturas e estratégias que permitam a realização destes objectivos. Mas

no estado actual das coisas, não é este o caso. Mesmo que as políticas educacionais pareçam ter em conta os objectivos de Animação sócio-cultural, estes são esquecidos perante as grandes preocupações da administração: Escolas, Universidades, formação em vista da produtividade, o que é aliás compreensível. As estruturas da educação sofrem reformas profundas que implicam controvérsias e dificuldades: acesso à Universidade, programas de estabelecimentos Primários e Secundários, selecção ou integração ao nível secundário, possibilidades de uma segunda hipótese, e reciclagem profissional, sistema de unidades capitalisáveis, auto-gestão pelos alunos e estudantes, individualização do ensino graças aos sistemas multi-médias.

De mais, no estado actual das coisas, os programas de educação e de animação diferem nitidamente pelo seu conteúdo. Os segundos estão cada vez mais centrados nas necessidades daqueles que não são atingidos pela acção educativa tal como ela existe. Uma das funções do Animador é de passar por cima da sua atitude de desconfiança, de desprezo ou hostilidade, ou simplesmente da sua apatia. Toda a Animação é baseada evidentemente numa escolha livre. Não se discute sequer a hipótese de ir contra a vontade da população — ao contrário da escola — nem contra motivações em favor do ensino (perspectiva dum emprego melhor, mais qualificado ou de salário superior). A própria Animação deve ser a sua motivação. Os programas inspirados pelo desejo de educação permanente, em contrapartida, preocupam-se antes de mais em melhorar os sistemas existentes a fim de instaurar uma verdadeira igualdade de possibilidades permitindo ao indivíduo realçar as suas capacidades inatas, de ir longe, tanto quanto ele possa na sociedade e de dar a esta uma contribuição máxima. Um sistema de Animação sócio-cultural fica ainda por criar. Tal é a missão a realizar; trata-se antes de mais da qualidade da vida no seio duma comunidade, do diálogo e da estima recíprocas, do apaziguamento pessoal, da criatividade, da expressão da personalidade fora de toda e qualquer competição. São estas diferenças que, de imediato, necessitam duma formulação distinta da política em matéria de Animação sócio-cultural.

Estas diferenças, dissemo-lo já, situam-se unicamente a nível pragmático e não são evidentemente definitivas. E mesmo no quadro desta relação imperfeita, animação e educação podem agir uma sobre a outra e apoiarem-se mutuamente de diversas maneiras. A Animação procura marcar a totalidade da vida duma comunidade, da administração municipal à botique da esquina, do café ao atelier. Ela deverá naturalmente ter uma influência na escola da comunidade, na atitude dos professores, dos pais e dos alunos uns face aos outros. Além disso, os técnicos especializados da Animação podem ser muito úteis aos professores, especialmente àqueles cujos alunos são menos motivados pela ambição duma carreira e o desejo de adquirir qualificações. A escola pelo seu lado pode fazer muito pela causa da Animação sócio-cultural num bairro, logo que os professores estejam interessados e cooperem e os locais de escola e ginásio etc., sejam postos à disposição do público; esta dependência mútua da educação e da Animação é reconhecida em certos casos — ainda raros na hora actual — onde existam instalações integradas, como em Yerres e em Grenoble-Villeneuve.

Existe enfim uma larga zona em comum entre a Animação e a Educação. Só uma definição clínica "Intencional", pode atribuir certas formas de instrução ou informação à Animação sócio-cultural ou à educação dos adultos e esta distinção deve-se fazer em função das circunstâncias.

Geralmente, os cursos de tipo tradicional ou a conferência seguida duma discussão, são consideradas como características da "Educação dos adultos". Todavia, os especialistas mais audaciosos de educação de adultos, adoptam cada vez mais, técnicas próprias para atrair um auditório menos sofisticado;

o pouco entusiasmo da classe trabalhadora, face à educação dos adultos, foi durante muito tempo uma fonte de auto-crítica para os especialistas. Eles têm pois tendência a adoptar métodos de trabalho próximos dos do Animador sócio-cultural. O animador apresenta o que é com efeito uma formação de base (em domínios tais como a higiene, as relações familiares, as ocupações de tempos livres criadoras ou a acção cívica) sob formas atraentes, de imediato livres de qualquer associação desagradável com a escola, inclusivé com a relação professor-aluno, e muito próximo das actividades espontâneas do adulto, jogo, ocupação de tempos livres ou actividades sociais.

f) A necessidade de uma política de Animação sócio-cultural claramente definida sobressai igualmente face à evidência das relações provisórias e das consultas relativas a outros projectos de desenvolvimento cultural lançados pelo comité da Educação extra-escolar.

O relatório de síntese sobre as cidades europeias, por exemplo, (síntese dos programas por Blaise Duvanel, doc. CCC/EES (72) 108) indica que, nos sítios onde a Animação cultural é considerada como fazendo parte dos programas educativos, ela é elitista na sua concepção e dum atractivo limitado. Este projecto e outros ainda, assinalam as dificuldades inerentes às barreiras psicológicas e a uma atitude de recusa extremamente comum que limita muito fortemente a difusão da cultura a todos os níveis e restringe a participação às camadas da população de antemão interessadas. Para retomar os termos dum relatório Suíço, qualquer novo esforço não faz mais do que "encher as salas dum centro para esvaziar outras". Insiste-se nestes documentos na necessidade dum iniciativa governamental global que porá no seu lugar o quadro sócio-cultural da Animação. Se se insistiu longamente sobre os pontos precedentes, foi para explicar a posição lógica no projecto relativo à Animação e aos equipamentos sócio-culturais do projecto de declaração de política que figura no IV abaixo indicado. As Políticas Nacionais poderão inspirar-se no exemplo do C.C.C.

II. Importância e urgência do desenvolvimento de políticas Nacionais de Animação sócio-cultural.

1. Este fosso cultural que a Animação sócio-cultural deve preencher é intolerável para o nosso senso moral porque ele põe milhões de pessoas, estejam elas ou não conscientes, numa posição de inferioridade. Este estado de coisas está em contradição com as declarações dos direitos do homem às quais todos os países se subscreveram e que reconhecem implicitamente a todos, iguais possibilidades de participar plenamente na vida da sociedade. Os governos têm portanto, permanentemente, obrigação de preencher esse fosso.

2. Como já dissemos, este problema não pode ser resolvido só pela acção educativa. Qualquer que seja o aperfeiçoamento dos meios de que esta dispõe, ela não atingirá aqueles que se lhe escapam.

A Animação sócio-cultural deve-a preceder. Para citar Guy Thuillier (1) "O problema é fazer saltar as barreiras culturais que limitam todo o esforço de promoção... Devendo evitar antes de tudo as atitudes de refúgio".

Pode-se dar o exemplo do Reino Unido onde, com um sistema de ensino extremamente democrático, constantemente melhorado desde 1944, sómente 29% de estudantes universitários vêm, em 1973, de famílias trabalhadoras, manuais, os quais representam 64% da população. Pode-se acrescentar que as estatísticas da OCDE reconhecem às Universidades Britânicas a % mais elevada, da Europa Ocidental, de estudantes saídos de famílias de operários. Em França segundo Alain Girard ("O êxito social"), apesar das modificações

profundas trazidas desde 1900 ao sistema de ensino no sentido duma maior igualdade, a elite dirigente continua composta por X% de pessoas cujos pais eram no mínimo pequenos funcionários. O carácter democrático de educação nos Länder da República Federal da Alemanha é bem conhecido e portanto Walther Schmieding pode escrever (Kulturbrief 1973 E. Inter Nações) "O bom teatro é produto duma tradição cultural que, devido ao nosso sistema de ensino, não é conhecido senão por uma minoria". A Apeldoorn, cidade dos Países Baixos dotada de uma municipalidade liberal e progressista, 82% dos utentes da Biblioteca Pública fazem parte duma minoria que seguia os estudos para além duma escolaridade obrigatória. Estes dados apanhados ao acaso não fazem mais do que ilustrar um problema doravante banal para os especialistas da Educação. Como Edgar Faure disse "é preciso primeiro criar a necessidade da cultura", sem o que toda a melhoria de ensino tenderá a acentuar as diferenças actuais e não a minorá-las.

3. A persistência destas diferenças constitui uma ameaça para as Instituições e mecanismos democráticos. A democracia está mais ou menos desprovida de realidade concreta para os cidadãos deserdados no plano sócio-cultural. Eles não exercem senão uma vez em cada 5 anos os direitos que a democracia lhes reconhece. A sua apatia e timidez ou a sua ignorância impedem-nos de participar fora deste ritual eleitoral, no diálogo público, no movimento que modela o meio ambiente e a comunidade nos quais eles vivem. Mesmo onde têm sido postos mecanismos de participação na gestão industrial e social, eles não estão à altura de tirar verdadeiramente partido disso. Eles estão aliás conscientes de que a sua voz não conta e que duma maneira ou doutra, são sempre "eles" que tomam as decisões. É assim que a democracia tão dificilmente adquirida acaba por ser para muitos figura de comédia. A apatia espalha-se em face da política como o cinismo em face dos políticos.

Estas atitudes traduzem-se frequentemente por uma agressividade, uma violência cega que não deixa de ter a ver com a reparação em vários países de movimentos políticos não democráticos.

Este estado de espírito perigoso não está limitado a uma fracção absolutamente miserável e revoltada das nossas sociedades. Uma certa indicação da sua prevalência é-nos dada pelos resultados duma sondagem SOFRES publicados nas últimas notícias da Alsacia de 8 de Maio de 1973. Segundo este inquérito 31% das pessoas interrogadas consideravam que na sociedade de hoje um filho de um operário não tinha mais possibilidades de triunfar do que há vinte anos ou mesmo menos, 77% pensavam que a diferença entre a maneira de viver acessível aos rendimentos elevados e aos rendimentos fracos tinha-se mantido constante ou aumentado durante este período; 63% consideravam que esta diferença era muito grande e 45% pensavam que ela é tão importante como há 20 anos ou mais. O editorial do jornal verifica que se o espírito igualitário nunca cessou de animar os Franceses "resta um bom pedaço de caminho, o essencial sem dúvida, a percorrer".

4. Também grave para a saúde e desenvolvimento harmonioso das nossas sociedades é a ameaça que constituem os efeitos das frustrações múltiplas, dum sub-emprego do potencial vital e da insuficiência dos meios de escape e expressão da personalidade do qual milhares de pessoas são vítimas. Esta constatação faz doravante parte das noções mais banais em psicologia e antropologia sociais contemporâneas.

Estas ciências, com efeito, definem frequentemente a personalidade como a soma de papéis que um ser humano pode assumir distinguindo-se uma personalidade das outras pelo reportório de funções que a pessoa escolheu. Está claro, pois, que quanto melhor se conhece e domina numerosos papéis e maior é o desenvolvimento da personalidade, maior é a sua liberdade de expressão. Logo que os indivíduos são limitados

na sua escolha de função — e mesmo quando esta limitação é voluntária no sentido segundo o qual ela nasce da ignorância, da timidez ou preconceitos, mais do que duma pressão económica ou social — o crescimento da personalidade é travado e esse defeito de plenitude traduz-se por manifestações de descontentamento geralmente mal compreendidas. Estreitamente ligadas ao que se disse, encontram-se as conclusões geralmente admitidas, das ciências sociais, segundo as quais a vida de grupo — a participação na vida de um grupo “cara a cara” durável, em vez da família tradicional é um elemento necessário à saúde mental — uma espécie de vitamina social. É pertencendo a estes grupos que o indivíduo tem ocasião de ensaiar funções novas e de as desenvolver em caso de sucesso. É verdade que a própria família é um grupo “cara a cara”, mas ela assenta largamente na ideia de que as funções são fixas, de uma vez para sempre, e as relações familiares estão tão carregadas de afectividade que as tentativas de um membro para desenvolver o seu reportório mesmo em campos secundários desencadeiam hostilidades e são ridicularizadas pelo medo da desordem. Aqueles cuja existência é limitada ao pequeno núcleo familiar manifestam mais cedo ou mais tarde sintomas de frustrações e mal-estar.

Compreende-se facilmente porque é que as formas de sub-desenvolvimento da personalidade e de sub-alimentação social em cima descritas alargam cada vez mais. O seu progresso avança com a urbanização, o alojamento e o realojamento nas “casas higiénicas” nos bairros de fraca densidade de ocupação. As aldeolas abandonadas, os bairros leprosos e os casebres de onde vêm estas pessoas, tinham apesar da falta de ar, de luz e de comodidades modernas, uma vida comunitária “na rua” que podia ser rica em possibilidades sob o ponto de vista do desenvolvimento da personalidade no âmbito dum grupo. Repetidas vezes faz-se notar a falta disso nos bairros modernos. O relatório do colóquio de Yerres de 1970 (Fundo para o desenvolvimento cultural) chama-lhes “cidades sem alma” e faz lembrar que não poderemos esperar que uma alma nasça por si, mas sómente uma política de Animação sócio-cultural a fará nascer.

5. O tipo de habitação todo equipado de máquinas e de cenário estandardizado alia-se à comercialização para fazer desaparecer a criatividade nos trabalhos domésticos, assim como a tecnologia moderna afastou o espírito criador do trabalho na fábrica. A necessidade de talento criador foi diminuída nas ocupações domésticas quotidianas, como na indústria; o produto traz consigo cada vez menos a marca pessoal da habilidade, da força ou da inteligência do operário; e o tempo ganho, os frutos destas economias de mão de obra não são consagrados às satisfações que poderiam trazer a criação ou a vida social, mas à recepção passiva de experiências imediatas sobre o écran de televisão ou peregrinações sem objectivos, bem ao abrigo da viatura familiar. Os sociólogos que trabalham nas cidades novas e nas grandes organizações falam dum sentimento muito frequente de solidão, de frustração, de esterilidade da existência. Como disse Henri Lefebvre, “hoje nós não sabemos como vivemos. É-nos difícil dizer no fim do dia de trabalho o que fizemos e com que resultados. Que amargura neste sentimento!”

Em nenhum momento a personalidade se pôde realizar ou exprimir em contactos humanos estimulantes — salvo nas relações sexuais.

A focalização de interesses sobre estas e a sua elevação ao nível de valores centrais, o prestígio ligado à adolescência e os esforços febris, encorajados pelas indústrias fortemente lucrativas, para o seu prolongamento cada vez maior na existência, são outros tantos sintomas de uma sociedade na qual as satisfações sociais fazem muita falta. Onde existe uma vida sócio-cultural bem desenvolvida, a sexualidade, conservando o seu grande poder de motivação, ocupa um lugar menos obediante e insere-se numa gama de outras experiências menos

vulneráveis na passagem do tempo biológico.

6. Porque ela obedece à dinâmica da distração comercial, a televisão, quer seja privada ou estatal, não é como poderia ser, o ponto de partida de experiências criadoras. Ela reina, pelo contrário, em cada lar como um turbilhão luminoso aspirando e absorvendo o próprio conteúdo da vida familiar. O seu efeito mais nocivo é fazer desaparecer as actividades lúdicas, quer se trate de jogos familiares de outrora ou de desportos ao ar livre que agora observamos em vez de praticarmos.

Magnane não é o único sociólogo a acentuar a necessidade fundamental do jogo nas sociedades da Europa ocidental, necessidade que fica em grande parte insatisfeita.

Sómente no jogo e no desporto o assalariado médio pode ser o arquitecto do seu próprio destino. Sómente no acaso do jogo ele pode escapar às classificações e calibrações cada vez mais precisas que caracterizam o sistema educativo duma sociedade de consumo e competição; é unicamente como *homo ludens* que ele tem uma hipótese de ser “lavado dos seus pecados” e de renascer igual aos que são ricos, dotados, empreendedores; nesta época do equilíbrio pelo terror, é sómente no jogo que ele pode encontrar para a sua agressividade e violência um escape socialmente aceitável.

E é também nas técnicas do jogo, assim como nas artes e artesanato, que o homem pode ter essa satisfação durável que os antropólogos chamam “*dromenon*” — sentimento que dantes provinha da própria essência da satisfação no trabalho, mas que a pouco e pouco desapareceu à medida que o trabalhador se tornava cada vez mais uma simples ferramenta da produção em cadeia.

Um “*dromenon*” é um esquema de expressão dinâmica no qual o actor participa em qualquer coisa que tem um valor objectivo e que o transcende, no qual ele encontra um ritmo terapêutico que o liberta, no qual ele responde por uma acção criadora, socialmente aprovada, ao caos e imprevisibilidade da vida, afirmando a permanência, a ordem e a forma.

7. Não é necessário pronunciarmo-nos aqui, sobre as artes — música, pintura, teatro, artes plásticas — a criação e as suas técnicas. A necessidade duma larga difusão do gosto por essas artes e da sua prática é bastante pouco conhecida. Não se trata de qualquer coisa desejável para justificar, embelezar a vida, mas da necessidade fundamental duma vida satisfatória de que toda a gente carece. Hélène de Beauvoir, eminente artista contemporânea, defendeu a ideia de que as artes são para todos um meio necessário de expressão de si próprio. O animador é alguém que dá a possibilidade de expressão aos que não a têm... A arte faz parte da personalidade, uma fonte de expressão de si à qual (cada um) tem direito.

Não se pode separar a arte da vida sem mutilar uma e outra.

É preciso dizer ainda, que ignorar as artes tradicionais, o património cultural e os seus prolongamentos actuais, ser incapaz de os apreciar e de reagir face a eles, é encontrar-se dissociado das reservas das quais a humanidade se dotou com os julgamentos de valor dos mais perspicazes, dos mais sensíveis e dos mais dotados dos seus membros.

São critérios que não visam os detalhes de técnica estética, mas sim o próprio valor da vida, tal como ela é vivida por cada um — critérios acessíveis a todos, quaisquer que sejam o nível intelectual ou o grau de instrução, pois como Roger Garaudy diz em “*Alternativa*” eles estão baseados numa relação imediata dos sentidos com o mundo que nos cerca — nenhum foi atrasado pela lógica e pelo intelecto. Infelizmente, esta câmara de tesouros permanece fechada para uma proporção ainda grande da classe trabalhadora.

Não julgámos necessário sequer dar-lhes a chave. Citando o relatório do seminário organizado pela UNESCO em Amsterdão em 1971 “a cultura é herdada da burguesia; para que a criação duma nova cultura seja possível, é necessário dar à

população a possibilidade de proceder a uma decifragem da cultura herdada”.

8. É deplorável que os meios, os encorajamentos dados ao indivíduo afim de o levar a fazer o esforço pretendido em busca dos ingredientes duma vida satisfatória tendam a diminuir à medida que se desce na escada sócio-económica e que ao nível dos últimos escalões as condições sejam por assim dizer desencorajantes. É aí que se encontram na sua forma mais aguda os tristes efeitos secundários do que deveria ser um progresso para a humanidade: o acréscimo para a longevidade. Os gerontologistas e os trabalhadores sociais concordam em reconhecer que a terceira idade acentua as desvantagens dos socialmente subdesenvolvidos. Um sentimento de solidão, a falta de interesse e o aborrecimento marcam este grupo etário.

9. Se bem que o que se disse não seja mais do que um esboço, insistiu-se suficientemente para evidenciar as frustrações que se acumulam naqueles que não tiram o máximo partido das suas potencialidades, por falta de expediente ou porque a sua atitude exclui das suas esperanças e desejos numerosos aspectos da vida humana. Já é tempo, mesmo a este nível, que os governos avaliem o custo financeiro desta situação.

a) Sem exagero jornalístico, pode-se dizer objectivamente que as perturbações mentais aumentam por toda a parte de modo inquietante. A prescrição legal de tranquilizantes ultrapassa de longe o consumo ilegal de substâncias farmacêuticas.

Nesta óptica, pode-se considerar a animação sócio-cultural como uma forma de medicina preventiva na qual não é, de modo algum, descabido investir.

A ASC pode impedir que este sofrimento degenerem em

doença mental.

b) Os maus efeitos conjugados da inflação, dos conflitos de trabalho e das desordens sociais impõem um pesado tributo às sociedades europeias. O desenvolvimento quantitativo ou qualitativo do ensino técnico ou clássico não saberia atenuar esses males que se devem em grande parte a um estado bastante espalhado de subdesenvolvimento da personalidade e tanto que os indivíduos encontram o seu principal meio de expressão na compra e consumo sob formas que lhe dão um certo sentido da sua identidade.

Esta raiva de adquirir sempre mais, favorece a inflação sem trazer satisfação. Os conflitos de trabalho são atizados pelo fosso cultural que esconde as realidades económicas e cria uma polarização social à volta da oposição “eles” e “nós”.

c) Enfim, um problema mais longínquo, mas mais grave ainda, é posto pelas despesas crescentes que custará a reparação — na medida em que ela for possível — dos estragos causados ao meio ambiente por uma produção e um consumo numa tal escala.

“Nem sequer é necessário perdermos tempo com este assunto” é suficiente referir-nos ao relatório do Simpósio de Arc-de-Senans, largamente difundido e analisado e dizer que um dos principais objectivos da animação sócio-cultural é o de dar conhecimento às pessoas acerca da fragilidade da biosfera e de lhes dar os meios para avaliar as potencialidades que trazem em si — poder de expressão, de criação e de comunicação — independentemente dos processos comerciais.

Procura ajudá-los a encontrar também no seu meio tudo o que pode ser fonte de prazer sem provocar consumo, destruição, transformação e poluição.

(continua no próximo número)

deslocação ao conselho da europa

O Conselho da Europa com sede em Estrasburgo — França, é uma organização internacional que visa “promover uma maior união entre os seus membros a fim de salvaguardar e realizar os ideais e princípios que são a sua herança comum e facilitar o progresso económico e social de todos eles” — art.º 1.º do Estatuto.

O seu Estatuto assinala que os Estados representados estão “indissolúvelmente ligados pelos valores espirituais e morais que são o património comum dos seus povos e estão na origem dos princípios de liberdade individual, da liberdade política e da supremacia do Direito, sobre os quais se funda toda a verdadeira democracia.

Criado em 1949, possui competência nos domínios económico, social, cultural, científico, jurídico, administrativo e dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

Portugal aderiu em 22 de Setembro de 1976 tornando-se, assim, o décimo-nono membro desta organização, que visa em última análise, a cooperação entre os diversos membros nos diferentes domínios atrás citados.

Com o fim de encetar contactos com o Conselho da Europa e o Centro Europeu de Juventude,

deslocou-se a Estrasburgo uma equipa de dois redactores da revista “INTERVENÇÃO”.

A finalidade desses contactos foi por um lado, dar a conhecer a revista e os seus objectivos, por outro, saber das possibilidades de apoio existentes.

De momento foi possível obter vasta documentação sobre o tema “Animação Sócio-Cultural” e autorização para transcrever artigos e documentos do Conselho da Europa, em parte ou no todo.

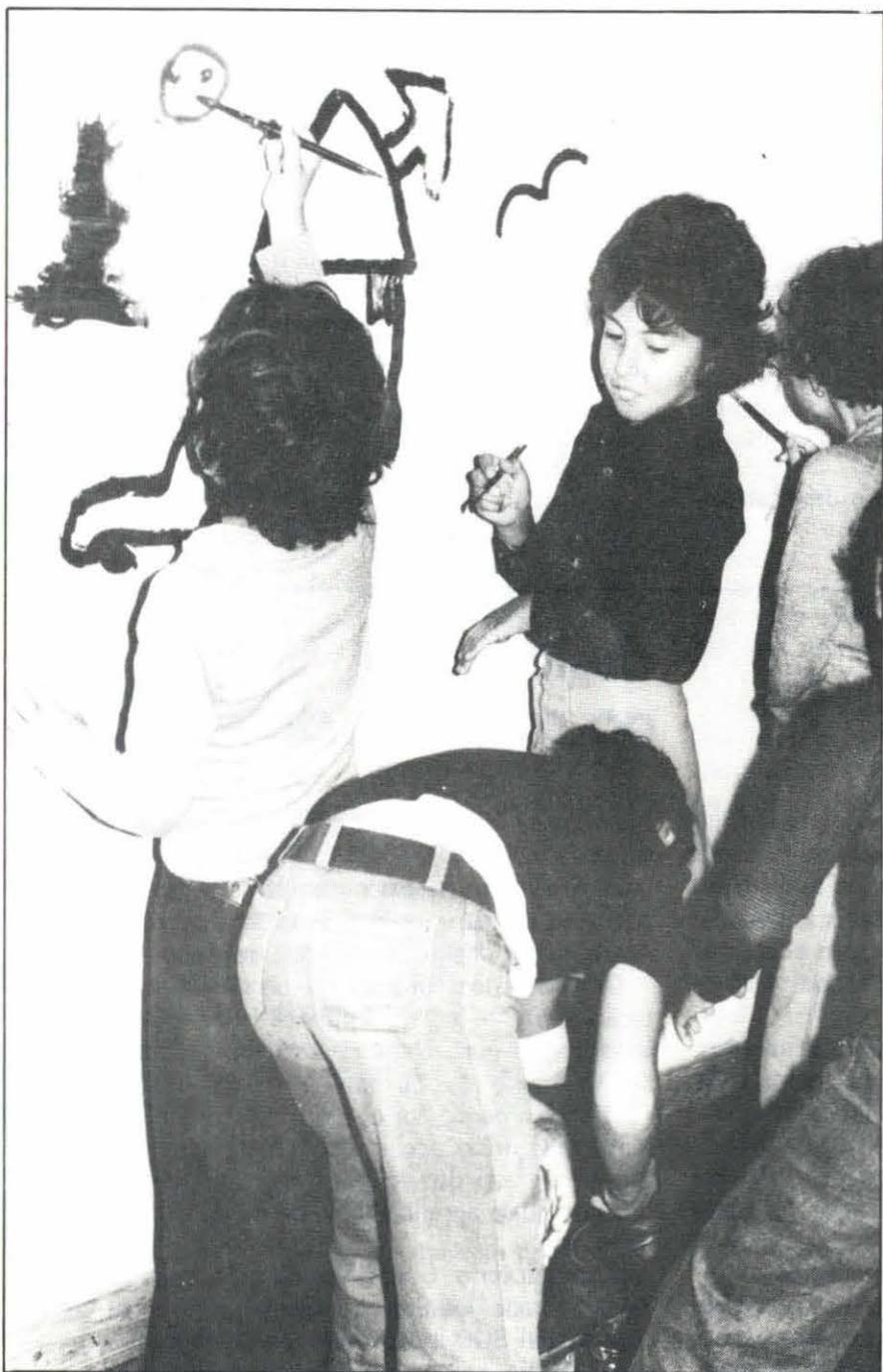
O acolhimento foi cordial, mostrando-se interessados pela nossa acção e pela realidade portuguesa, a generalidade dos responsáveis por nós contactados aos quais agradecemos, desde já, a forma como o fizeram.

Aproveitando a deslocação e a passagem por Paris, foram igualmente estabelecidos contactos com a UNESCO e a Embaixada Portuguesa — serviço de apoio e programação aos emigrantes — e o Serviço Voluntário Internacional.

Esperamos e desejamos este tipo de contactos de modo a concretizar um intercâmbio que nos seja proveitoso e obter apoios que favoreçam o nosso trabalho, não deixando que o tempo e dinheiro gasto nesta iniciativa não deixe de trazer resultados positivos.

a educação a escola e a vida

LUÍS MANUEL MARTINS



“A primeira função da escola capitalista é negar que os conhecimentos possam ser produzidos noutra sítio...”

Todos os conhecimentos que as crianças, assim como os pais, adquiriram fora da escola, são suspeitos ou declarados nulos... O importante é lançar em duradouro e profundo descrédito todas as ideias que as crianças, o povo, possam tirar das suas próprias experiências da vida, das lutas de classes, do seu lugar na sociedade...

O sistema de educação desempenha, no nosso país, um papel muito importante para tirar às crianças tudo aquilo em que se possam apoiar em matéria de experiência, prática, quotidiana, para voarem com as suas próprias asas. A escola não traz armas para a vida, tira-as”.

in “A Metade do Céu”

Claudie Broyelle

Habitados, todos que estamos, a analisar a acção pedagógica no espaço escolar, ou melhor espartilhada que está a acção educativa ao espaço físico temporal da escola, raramente as nossas concepções pedagógicas têm em conta o “outro” espaço, o espaço exterior à escola.

É evidentemente incomparável o espaço físico limitado da escola, com o espaço da vida fora dela, e mesmo, o tempo que a criança passa fora da escola ultrapassa e em muito o tempo que lá permanece.

Considerar a acção educativa circunscrita à actividade escolar, considerar a educação do indivíduo como uma realidade descontínua, interrompida nos tempos fora da escola e nas férias, onde por

consequência não se "aprende" ou se descansa do esforço, (ou desprazer) de "aprender", é fazer uma "política de avestruz".

E com isto não se fala já nas implicações que, o que somos **cá fora** (filhos de operários ou doutores) implica **lá dentro**, e nem sequer o facto de o **saber** cultivar a terra, não ter nada a ver com o **saber** que me exigem na escola da minha aldeia, não, já não se fala nisso...

E A VIDA QUE DETERMINA A CONSCIÊNCIA

Falamos na vida e nos seus ensinamentos, no conhecimento que advém pela experiência, pelo fazer — há que dizer, que a forma privilegiada de aprender a cultivar é cultivando — é dar valor ao saber que não está nos livros, trata-se enfim, de **tirar à Escola o monopólio do Saber, Saber que no fundo é um certo saber...**

Mas mesmo sem adiantar sobre estes aspectos menos fáceis de inventariar (embora seja importante não esquecer-los) há a referir as múltiplas organizações, clubes, associações culturais, organismos populares de base, etc. que levaram a efeito variadas actividades, para crianças e jovens, e que se multiplicaram após o 25 de Abril desde a pintura, aos jogos, às actividades desportivas, ao teatro, etc., etc.

Se muitas pecaram por uma certa incipiência, e na generalidade serem feitas para (e não com), são contudo experiências a precisar de incentivação e continuidade. E sobretudo de continuidade, já que muitas destas actividades são sobretudo visíveis nos 25 de Abril, nos 1.º de Maio, nos Dias Mundiais da Criança, etc.,... um aspecto contudo ressalta pela sua importância: **Existe a consciência que a acção educativa tem um espaço fora da Escola.**

Esta é talvez uma das grandes descobertas colectivas em matéria de Educação, é a crítica que uma classe "tradicionalmente" afastada do ensino, explicitamente faz à Escola. **É dizer que ao espaço escolar não mais é reconhecida a exclusividade do acto educativo.** E mais do que isso foi o tomar em ombros essa responsabilidade.

Mas estas experiências, geraram experiências qualitativamente superiores, com uma continuidade de trabalho, que vai até à actividade diária, e nas férias com os campos de trabalho, campos de férias, acampamentos, etc., pretendendo proporcionar às crianças um espaço propício ao desenvolvimento das suas capacidades criadoras, do seu espírito de grupo, etc.

A esta prática educativa, a este conjunto de actividades integradas de um modo contínuo, é o que se denomina Animação sócio-educativa.

A ANIMAÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA

Já nesta revista muitas propostas foram feitas (1) no sentido de uma maneira coerente, e não o de pura e simples ocupar os chamados "tempos livres" (expressão reveladora), perspectivar este espaço.

Não é portanto objectivo deste artigo discutir de dentro da Animação ou das suas metodologias, mas antes apresentar alguns pontos de referência que nos permitissem entender as **extraordinárias possibilidades educativas desse espaço não escolar, que não pretende substituir a Escola nem ser uma anti-Escola mas que também não pretende com ela estabelecer relações estreitas sob o perigo de ficar**

dela a reboque, dos seus objectivos, da sua metodologia, do seu espaço.

Não queremos com isto dizer que, é de abdicar da luta e do esforço, que dentro da instituição escolar, alguns educadores vêm fazendo no sentido da sua transformação.

Embora pensemos que as causas fundamentais que determinam a instituição escolar lhes sejam extrínsecas, contudo no seu seio, como não podia deixar de ser, reflectem-se também as grandes contradições da sociedade, e aí é possível portanto dar um contributo para a transformação da Escola, e da sociedade em geral.

Contudo por razões claras, pela função social da Escola, discutir a **Educação só dentro do espaço físico temporal da Escola, é estar a reconhecer-lhe implicitamente, mesmo criticando-a, a sua significação de instituição monopolista do Saber, é estar no fundo a defender na prática os valores que ela tem por mais gratos, é estar a subalternizar a vida, a experiência e o saber, fora dela.**

Daí que a animação, e a sua prática se apresente de um invulgar significado social, humano e porque não político.

(1) Por ex.: ACTIVIDADES DE FÉRIAS; INTERVENÇÃO N.º 2, MARÇO 77.



a educação a escola e a vida

RODOLFO PROENÇA DE JESUS

● A ACTIVIDADE ESCOLAR E A ACTIVIDADE EXTRA-ESCOLAR

● DA OCUPAÇÃO DOS TEMPOS-LIVRES À ANIMAÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA

Através da actividade escolar são transmitidos às crianças os conhecimentos básicos, necessários a uma percepção elementar da realidade circundante e, principalmente, à sua futura formação profissional, técnica ou científica.

Esta tem sido ao longo dos anos a função primeira da "Escola instituição" que assim tem vindo a centrar a sua acção na transmissão de conhecimentos essencialmente teóricos.

Começamos por dizer alguma coisa sobre a **forma como são transmitidos e o tempo escolar, gasto nessa transmissão**. Sobre este último, facilmente se constata que constitui a quase totalidade das horas passadas na escola.

Quanto ao traço mais evidente dessa transmissão é, como não custa a verificar, a recepção passiva (pelo aluno).

Estes aspectos estão em profunda interligação com a concepção de educação que os suporta, concepção essa plena de implicações sociais e políticas.

Sem nos alargarmos demasiado gostaríamos, no entanto, de referir algum dos pressupostos que fundamentam tal concepção de educação: o autoritarismo e saber abso-

luto do professor, a criança como ser sem capacidade e vontade própria, à semelhança e imagem do adulto a adaptar a um determinado tipo de "status quo" social.

Com razão, poder-se-á objectar que de há muito, a pedagogia e psicologia relegarem para a prateleira das antiguidades tais pressupostos, uma vez que verificações e estudos contemporâneos que vão de Wallon até Piaget lançaram por terra as teorias que os sustentavam e construíram uma educação nova que **"vê" no acto de crescer um caminho para o equilíbrio psicológico, fisiológico e social; um aprender a situarmo-nos no mundo e agir no sentido de o transformarmos num mundo melhor e que, quanto ao nível dos educadores e grupo de educadores mais ou menos dispersos como até ao nível dos governos tem havido um esforço no sentido de modificar os aspectos antiquados e tradicionais da escola: todavia, uma instituição como a escola está em perfeita interdependência — ou mesmo dependente — do conjunto das estruturas sociais e económicas e, sem que estas sofram transformações profundas — aquilo que alguns chamam por exemplo a construção de uma nova ordem económica — a instituição escolar não poderá alterar radicalmente o sentido dos valores e conteúdos que transmite e a forma como o faz.**

Outro aspecto que interessa referir, diz respeito ao conteúdo do que se transmite. Posto o **acento tónico** nos dados teóricos e livros a escola restringe os conhecimentos a adquirir, à pura e simples acumulação na memória de um conjunto de regras, nomes e operações e esquece completamente ou quase, áreas de formação e acção humanas de importância primor-

dial tais como a socialização e o movimento, a educação visual e estética, o movimento e a criatividade, a sexualidade, etc...

Não queremos com isto declarar guerra à **escola e ao ensino**. Isso seria, para além de tudo o mais, esquecer que se trata, mesmo na sua forma mais elementar, do ensinar a ler, escrever e contar de um dos direitos humanos fundamentais e de muitas vezes o grau de avanço ou atraso de um país ou sociedade pelas estatísticas referentes à educação.

Queremos sim, juntarmo-nos a todos os que desejam e crêem na enorme importância duma escola diferente não só superficialmente, aqui e ali, mas a partir da base, do eixo que a põe a girar.

Queremos também dizer que, de qualquer forma, é um erro pensar a escola como único local e factor de educação. Um dia tem 24 horas e regra geral, o tempo escolar não ultrapassa as 5 horas, sobram portanto 19 horas nas quais a criança também cresce e se educa. Este facto aliado a algumas características da sociedade europeia do post-guerra — particularmente no que diz respeito à vida familiar, alertou pedagogos e educadores para o extraordinário potencial educativo dessas horas vazias e libertas de programas rígidos, de chamadas e de exames e duma máquina institucionalizada difícil de mover e convencer.

Porque ainda que a escola fosse exemplar, e já vimos que não era, que lapso tremendo ignorar para a acção pedagógica os tempos livres da criança; e, **não se trata de ocupá-la para simplesmente a desviar dos perigos da rua ou através duma organização que lhe preencha e retire o seu tempo de lazer, evitar que faça todas aquelas travessuras**

REVISTA
DE ANIMAÇÃO
SÓCIO-CULTURAL

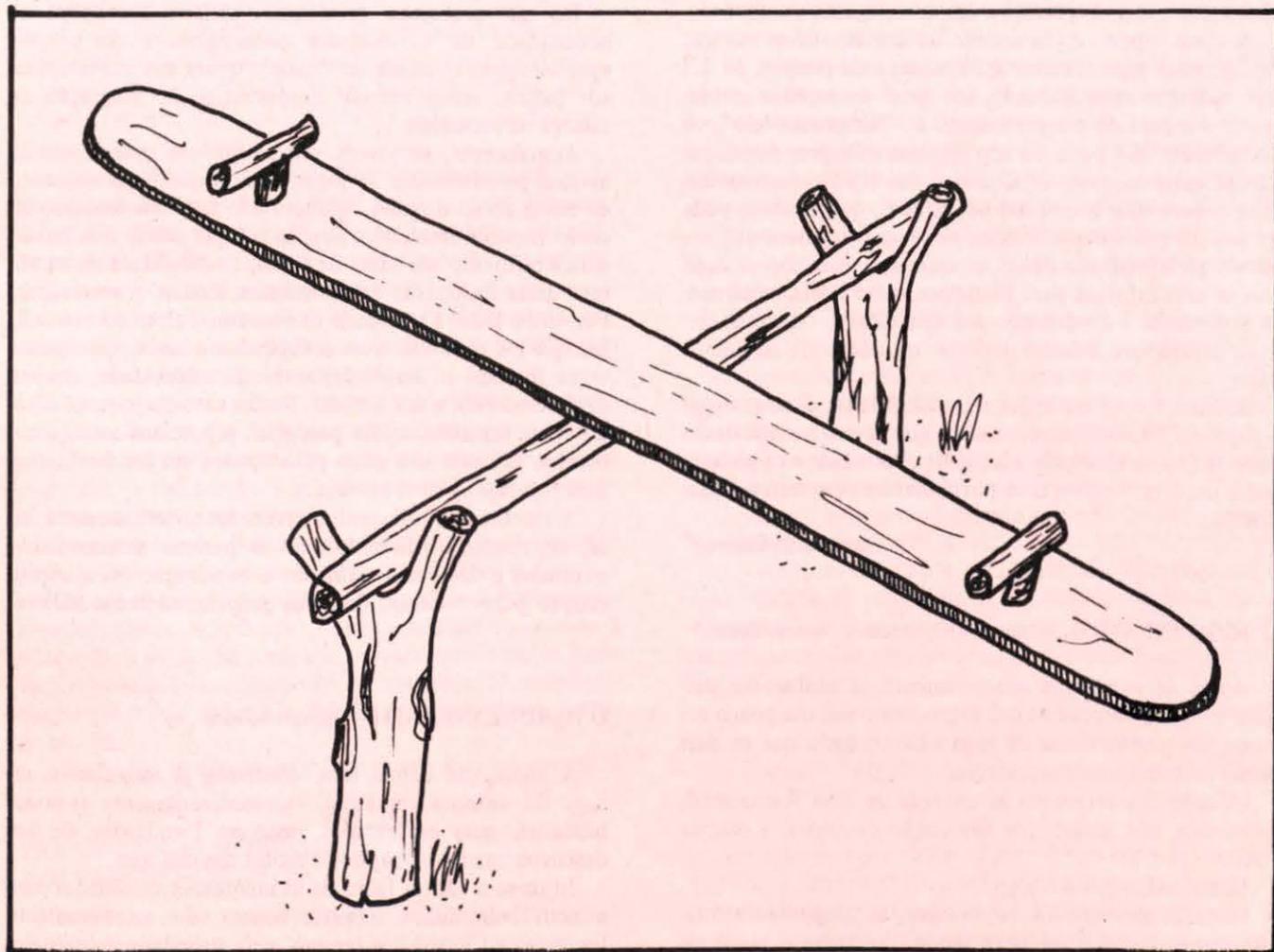
N.º 5/6
NOVEMBRO
DEZEMBRO - 1977

DESTACÁVEL

INTERVENÇÃO

parques
infantis

MANUEL BRITO



INTRODUÇÃO

Este pequeno trabalho pretende sensibilizar o animador Sócio-Cultural para um tema dentro do seu possível âmbito de acção — os parques infantis.

Não foi feito com a intenção de mostrar qual a melhor forma possível de implantar ou dinamizar um parque infantil. O nosso principal desejo é o de alertar um número cada vez maior de pessoas, para as soluções ao nosso alcance, no sentido de se proporcionar um desenvolvimento infantil global e correcto.

Dentro das soluções possíveis, surgem, com destaque, os parques infantis. Alguns julgarão que é difícil avançar para este tipo de trabalho, dada a carestia dos materiais e mão-de-obra, e os sempre parcos subsídios.

Contudo, não só a nossa pouca experiência prova que não é bem assim, como fundamentalmente o movimento popular desencadeado a seguir ao 25 de Abril, provou, na prática, que é possível implantar parques infantis, em locais considerados tecnicamente incorrectos ou com poucos meios.

Todos temos, de uma maneira ou doutra, uma ideia do que é, ou do que pode ser um parque infantil.

Assim, existem parques onde cada aparelho fica na ordem das várias dezenas de contos e que, em termos de desenvolvimento psicomotor, o seu efeito é muito limitado. Este será o caso típico dos “cavalinhos” e dos “escorregas”.

Mas existem também parques infantis, feitos com materiais rudimentares ou simplificados (troncos de árvore, pneus, ferro-velho, tubos de ferro galvanizado, cordas, bidons, manilhas, etc.) que, sendo aparentemente “pobres” são, todavia, bem situados em termos de população infantil, de cooperação popular na sua construção, que, nos termos já referidos de desenvolvimento psicomotor, oferecem às crianças possibilidades de estabelecerem magníficas relações entre a livre exploração dos aparelhos e a criatividade.

A nossa opção é claramente no sentido de se avançar rapidamente para a construção massiva de parques do 2.º tipo anteriormente indicado, sob pena de se estar eternamente à espera do parque infantil do “último modelo”, ou do subsídio que pode ou não vir. Isso não quer dizer, que não se exija de quem de direito o que é justo e necessário para o bem estar social das populações, que também pode ser um parque infantil. Porém, também nos parece útil, em termos pedagógicos e políticos, que uma dada comunidade una os seus esforços para participar numa tarefa socialmente importante — a educação dos seus filhos — da qual, cremos, um parque infantil pode ser um elemento de grande valor.

A criança deve ter todas as possibilidades de se entregar a jogos e a actividades recreativas, que devem ser orientadas para os fins visados pela educação; a sociedade e os poderes públicos devem esforçar-se por favorecer o exercício desse direito.

in “Os Direitos da Criança”

O JOGO INFANTIL — sua importância e necessidade

Antes de entrarmos concretamente na análise dos parques infantis, parece-nos útil debruçarmo-nos um pouco em torno da problemática do jogo infantil, dado que os dois temas estão intimamente ligados.

Quando nos referimos às crianças de uma forma geral, quase que nos surge por associação de ideias, a palavra JOGO.

Mas afinal, o que é o jogo?

Diversos têm sido os autores que, ao longo da história, têm tentado encontrar uma teoria que possa explicar de

uma forma geral ou particular, a origem e a necessidade do jogo no Homem. As teses apresentadas sobre o assunto, vão desde as teorias filosóficas às científicas e pseudo-científicas. Contudo, os autores frequentemente se contrariam ou tentam conciliar todas as teorias.

De qualquer forma as hipóteses científicas valorizando o factor social, são contributos fundamentais na tentativa de se explicar porque joga o Homem durante toda a vida e com principal incidência na infância.

A importância do jogo no desenvolvimento e maturação da criança é tal como a importância social do trabalho no adulto.

A natureza do jogo é eminentemente social, pelo facto de através da actividade lúdica (jogo) a criança se ir apercebendo da realidade do mundo que a envolve e de si própria. O jogo é uma forma dinâmica de aprendizagem.

Se temos consciência da importância do jogo e do seu papel na formação da personalidade infantil, devemos reflectir sobre este ponto. Durante muito tempo foi criada uma imagem sobre a prática do jogo, como sendo uma actividade menor, como uma coisa sem importância e que havia que reprimir, para que a criança não se desviasse das actividades mais sérias, como o estudo da gramática ou da geografia.

Criou-se a imagem da criança “sossegada”, estudante aplicada que não participava no jogo da “macaca” como antítese da “criança irrequieta” que tinha mais interesse nos jogos com outras crianças, do que em decorar e “pagupear” coisas sem nexo para ela, para as quais não via objectivos práticos e que pertenciam ao mundo dos adultos.

Com este exemplo pretendemos significar como a criança era (é?) olhada e como o não deveria ser.

A criança tem a sua identidade própria e não é um adulto em ponto pequeno.

Do que acabámos de afirmar, poder-se-á concluir da necessidade de os métodos pedagógicos e da própria aprendizagem centrada na criança, terem em conta o factor lúdico, como veículo fundamental de integração da criança na sociedade.

Actualmente, os jovens vêm cada vez mais limitadas as suas possibilidades de jogar. Ou porque o planeamento de novas zonas urbanas não tem sido feito, ou tem sido incorrectamente efectuado, a verdade é que não se tem levado suficientemente em linha de conta, a necessidade de existirem áreas destinadas às actividades lúdicas e recreativas. Por outro lado, a sociedade de consumo coloca no mercado brinquedos cada vez mais sofisticados e caros, que muitas vezes limitam o desenvolvimento da criatividade, em vez de favorecerem a sua eclosão. Nestes casos, o jovem é olhado como um consumidor potencial, sujeito aos condicionamentos dos que não estão preocupados em lhe facilitarem uma formação global e correcta.

A escolha dos brinquedos deverá ser criteriosamente feita, de modo a não existirem os perigos anteriormente indicados e dever-se-á estimular a construção ou a improvisação pelas crianças, dos seus próprios objectos lúdicos.

O PARQUE INFANTIL — generalidades

A civilização actual tem, conforme já assinalámos no capítulo anterior, limitado extraordinariamente as possibilidades, quer em espaços, quer em instalações, de um desenvolvimento perceptivo e motor das crianças.

Junta-se a isto, o facto de as hipóteses e facilidades para a actividade lúdica infantil, terem sido sucessivamente limitadas ao longo dos tempos, pela sociedade industrial e

urbana.

Os prejuízos comportamentais decorrentes desta situação, são particularmente graves para as crianças de cidade que, desde cedo, começam a adquirir hábitos sedentários e pouco salutares, ao terem uma predominância de vida em apartamentos, em detrimento da vida ao ar livre, na convivência com outras crianças e não colhendo os benefícios de saúde e sócio-educativos, que isto implicaria.

Mas que outra atitude poderão ter os pais, vendo que os seus filhos não podem sair e brincar em segurança, com o risco permanente de serem atropelados por viaturas que circulam nas povoações em velocidade excessiva e que dia após dia, vão ocupando os passeios destinados aos peões, como zona de estacionamento?

É basicamente sobre este problema que o nosso trabalho se debruça, apontando para uma possibilidade de solução chamado PARQUE INFANTIL. Se a situação anteriormente descrita não se modificar; se não houver um planeamento de novas zonas urbanas pensando em termos de qualidade de vida dos cidadãos e principalmente dos mais jovens; se em relação às zonas mais antigas das cidades, se não se fizer um esforço colectivo de recuperação das áreas com possibilidades de se transformarem em parques desportivos ou parques infantis — serão incalculáveis os efeitos negativos que se podem produzir em sucessivas gerações de jovens.

Estes, poderão ser atritados para a delinquência ou aumentarem o número de indivíduos com perturbações psíquicas ou psicomotoras, caso não haja uma mudança de atitude.

Tudo isto pelo facto de alguns adultos, egoisticamente, não pensarem em prevenir o problema com soluções ainda que simples, mas minimamente eficazes.

Verifica-se que, actualmente, é cada vez maior o número de crianças com dificuldades escolares, às quais cremos, não são alheios alguns dos factos sociais já apontados.

Na generalidade, as discalculias, disgrafias, dislexias, etc., são devidas a uma deficiente estruturação psico-sóciomotora, a instabilidades afectivas e a desadaptações sociais diversas.

Sendo assim e sabendo nós a importância que tem a primeira dezena de anos na vida do futuro adulto, qual deverá ser a nossa atitude?

Uma não deverá ser certamente a do inconformismo. Se para alguns factores não é possível dar um contributo directo, para outros, todas as soluções ao nosso alcance serão certamente válidas. A defesa da actividade lúdica infantil, das actividades de expressão, da motricidade, da criatividade, da cooperação, etc., são elementos basilares na tal maturação da criança e assumem características preventivas em relação a possíveis dificuldades escolares.

Concretamente, se formos capazes de realizar essa magnífica tarefa, que é a da implantação de um parque infantil e a sua posterior dinamização, estamos certamente e anonimamente, a colaborar de forma importante na educação dos homens de amanhã.

Estes problemas, naturalmente, não são só portugueses, e assim, entidades responsáveis de todo o mundo, incluindo a ONU têm analisado o problema e proposto à comunidade mundial temas de reflexão como os direitos da criança à educação, à saúde, ao jogo, etc., e aventando soluções satisfatórias como a construção de parques infantis, principalmente nas zonas de grande densidade populacional e perto de escolas.

Vamos dar o nosso contributo a este esforço mundial?

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS PARQUES INFANTIS

Genericamente existem duas grandes linhas na "família" dos parques infantis.

Uma é constituída pelos chamados "parques de aventura", em que as crianças estão praticamente entregues a si mesmas, com diversos materiais ao seu dispor, tais como martelos, pregos, tábuas, tubos, troncos de árvore, pneus, etc...

Pretende-se que as crianças dêem total azo à sua imaginação, sensibilidade e sentido cooperativo. A intervenção do adulto é no sentido de prestar informações técnicas e de acordo com as necessidades sentidas pelas crianças ao executarem determinado projecto. Neste caso os adultos geralmente são pessoas com conhecimentos de carpinteiro, pedreiro e serralheiro.

Os resultados deste tipo de parque e de trabalho são na realidade, espectaculares de génio infantil. É frequente o aparecimento de barcos, castelos, casas, pontes, etc., como frutos destes "parques de aventura".

Nesta separata não analisaremos, contudo, o trabalho de dinamização deste tipo de parques, por pensarmos que uma acção directiva ainda que, bem intencionada por parte dos adultos, seria um factor inibitório em relação às crianças.

Há no entanto a possibilidade de intervenção de um animador sócio-cultural, mas preferimos optar pela análise dessa intervenção noutra tipo de parques — os mais "usuais".

Assim, um parque infantil "usual" é uma área destinada à recreação e à actividade lúdica infantil, onde existe um conjunto de aparelhos fixos, móveis ou semi-móveis, que facilitam a educação sensorial, cognitiva, motora, psicológica, afectiva e social das crianças.

O equipamento existente, pode ser enriquecido com materiais móveis, tais como bolas, arcos, cordas, pneus, ringues e bastões, etc., com as quais a criança pode estabelecer outro tipo de relações com o meio e poderá inclusive, recuperar o jogo tradicional, que está gradual e lamentavelmente a desaparecer.

As principais etapas comportamentais, possíveis de educação num parque infantil, são:

1 - A fase de ajustamento global — através da livre exploração dos aparelhos e dos objectos, por meio de ensaios e erros ou tacteamentos experimentais.

2 - A fase de dissociação — uma fase mais analítica no comportamento infantil, em que existe a necessidade da criança decompor determinado tipo de gestos, de forma a que possa haver posteriormente uma estabilização.

3 - A fase de estabilização — isto é, o período em que um dado movimento é integrado.

O parque infantil também proporciona uma educação social, pela oportunidade que oferece, de, com segurança, as crianças estabelecerem relações interpessoais.

O parque infantil deve ter a presença ou a participação de adultos com uma formação psicopedagógica mínima, que lhes forneça elementos para intervirem correctamente, colaborando assim na aprendizagem infantil.

A origem dos parques infantis pode ser por três motivos fundamentais:

1 - como resultado de uma reivindicação popular; de uma associação de esforços da população local ou de voluntários e ainda como consequência do trabalho dinamizador dos animadores sócio-culturais ou desportivos da localidade.

2 - como iniciativa da administração ou das Autarquias locais, em terrenos públicos ou camarários.

3 - integrado no planeamento de uma nova zona urbanística.

Em qualquer dos casos, afigura-se-nos que a participação popular é fundamental, conforme já fizemos referência na introdução deste trabalho e daí a grande importância que atribuímos ao papel do animador no decorrer do processo,

ou seja, desde o levantar da ideia, à implantação do parque e à sua posterior actividade.

Um parque não pode ser um conjunto de aparelhos "mortos". É necessário haver um grande cuidado na escolha do local, garantindo à partida que será muito utilizado e assegurando desde o início, que esse mesmo local seja um polo dinamizador de outras actividades pedagógicas e culturais.

Ainda dentro do capítulo das principais características dos parques infantis, gostaríamos de frisar alguns pontos que reputamos de importantes:

1 - O parque infantil representa uma oportunidade da criança tomar contacto com uma realidade de forma global, sem a intervenção directa do adulto, como na escola, (o professor) e em casa (a família). A intervenção do adulto, a existir, deverá ser esporádica e cautelosa, tendo em atenção a necessidade que a criança tem de aprender inicialmente por ensaios e erros, com a gratificação obtida com a ultrapassagem sucessiva de estádios. Isto é, do já conhecido e experimentado para o desconhecido e das operações simples para as mais complexas.

2 - A aprendizagem infantil nos parques envolve a globalidade da pessoa, não existindo por isso a possibilidade de haver uma intervenção externa com métodos inadequados. Aponta-se sobretudo para o desenvolvimento da pessoa, visando a sua progressiva autonomia, que passa por uma boa estruturação do seu esquema corporal.

3 - O parque infantil proporciona uma vivência heterogénea de vários escalões etários e permite uma utilização, quer individual, quer colectiva, dos diversos aparelhos e engenhos.

CONSELHOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE PARQUES INFANTIS

Consideramos como ponto inicial, a formação de uma comissão especialmente dedicada à tarefa da implantação de um parque infantil, que terá de levar em linha de conta os seguintes aspectos:

1 - Contactos com a população no sentido de se conseguirem um número suficiente de voluntários que queiram colaborar na tarefa.

2 - Contacto com organismos oficiais no sentido de se conseguirem apoios financeiros para levar a cabo a ideia inicial.

3 - Campanhas de fundos com iniciativas várias tendentes não só a colaborarem no financiamento geral, como a informarem a população do que está em marcha.

Creemos contudo que o segundo ponto deve ser o principal, pois os poderes públicos têm obrigações para com as populações, e estas, devidamente organizadas, devem por sua vez, lembrar-lhes este facto.

É natural, por outro lado, que os organismos supracitados dêem com maior facilidade subsídios, sempre que se verifique existir um grupo de cidadãos mobilizados para levarem adiante um projecto de interesse social e que não envolve gastos extravagantes ou supérfluos.

Conhecendo os condicionalismos nacionais para a implantação destas instalações e as dificuldades em se conseguir uma área "óptima", vamos no entanto, dar algumas sugestões baseadas na nossa experiência. Na previsão que algumas destas condições possam existir ou se possam criar, torna-se importante que não sejam desprezadas e que se tome em atenção esse facto aquando das fases iniciais de instalação do parque infantil.

a) integração do parque infantil em áreas arborizadas, protegidas de ventos.

b) existência de diversos tipos de piso: areia, relva, terra batida, saibro, cimento, alcatrão e empedrado, visando a melhoria dos aspectos perceptivos tácteis das crianças.

c) é preferível um terreno acidentado (com desniveis, rochas, arbustos, etc.) a uma área completamente plana. Neste sentido, pretende-se favorecer as condições de ambiente natural de um "parque de aventura". A área só deve ser completamente plana, na zona específica dos aparelhos.

d) prever a existência durante a grande parte do ano de amplas zonas com sombra, de forma a existir uma utilização máxima da instalação durante a maior parte do dia.

e) deverá existir uma zona de terra batida, sem aparelhos, para que as crianças possam livremente jogar com os seus brinquedos, ou possam praticar os jogos tradicionais como a macaca, o fito, a malha, o pião, etc.

f) é conveniente a existência de uma área com areia (do tipo caixa de saltos para atletismo), onde actividades múltiplas podem ser desenvolvidas, desde a simples manipulação de areia, até às construções.

g) procurar e sugerir às crianças, que tragam de casa materiais vários, como caixotes de madeira, barris vazios de detergentes para máquinas de lavar, cordas, pneus velhos, etc., em suma, objectos já sem utilidade visível para a sociedade, mas que adquirem uma nova dimensão quando utilizados como objectos lúdicos.

h) ter em conta os aspectos de segurança do parque, como a revisão regular do estado dos aparelhos (pregos salientes, falhas na madeira, etc.), a fixação e a solidez dos mesmos.

Ainda dentro desta alínea, relativa à segurança, convém que se faça um estudo cuidadoso do trânsito de veículos nas proximidades, tomando os responsáveis do parque as medidas que acharem necessárias.

A partir da existência do parque, deverá proceder-se à sua ampla divulgação e explicar à população adulta as vantagens do mesmo, como um bem colectivo e de grande vantagem social, e que deverá ser defendido e protegido como tal.

OS APARELHOS DO PARQUE INFANTIL

Achamos que este destacável pode oferecer, em relação à nossa intenção inicial, um perigo enorme.

Isto é, temos tentado sugerir que um parque infantil é basicamente fruto da criatividade, não só ao nível da concepção, como da própria utilização.

Temos também que dar exemplos pelos desenhos ao que pretendemos transmitir na abordagem teórica do problema.

No entanto, gostaríamos de reforçar uma ideia anteriormente expressa, que as sugestões que formulamos não são mais do que simples sugestões de aparelhos para parques infantis, que devido à sua simplicidade e pouca onerosidade, são possíveis de serem facilmente executados em qualquer parte do país.

Se esta mensagem for captada, estamos seguros que a resposta dos animadores ao lerem e interpretarem esta proposta, será muito mais rica de imaginação.

Quanto ao conjunto de aparelhos proposto neste destacável, e a outros que surjam dentro do mesmo espírito, queremos ainda formular alguns conselhos técnicos.

Os materiais fundamentais são a madeira (em tronco ou trabalhada) e o tubo de ferro galvanizado.

Os aparelhos de ferro podem ser pintados de cores diversas e vivas, havendo vantagem em primeiramente os pintar com uma tinta anti-corrosiva.

Quanto aos aparelhos de madeira, há toda a conveniência em lhes dar um tratamento anti-caruncho. A parte que ficar enterrada no solo, deve levar previamente um banho de óleo queimado.

Um parque infantil médio deve ter cerca de 5 a 6 aparelhos, distanciados uns dos outros, aproximadamente 5 metros.

Os aparelhos devem ser variados, de forma a proporcionarem diversas alternativas de movimento, tais como apoios, suspensões, agilidades, equilíbrios e coordenações diversas. Também poderão proporcionar situações dos chamados "factores mecânicos de execução", como a força, a flexibilização, etc.

Assim, não sendo possível construir aparelhos mais complexos que incluam dois ou três pontos, dos referidos no parágrafo anterior, pode-se optar por aparelhos simples e colocados alternadamente. Poderá ficar um aparelho para equilíbrio ao lado de outro para trepar, mas nunca dois aparelhos do mesmo tipo lado a lado.

A área circundante de cada aparelho deve ser plana e o piso em areia, relva ou terra macia.

Fica ao critério dos promotores do parque infantil, a escolha dos materiais que compõem cada aparelho. Ela será feita em função das possibilidades técnicas do material, das disponibilidades económicas e de acordo com as características próprias do local destinado ao parque.

SUGESTÕES PARA A DINAMIZAÇÃO DO PARQUE INFANTIL

O Animador sócio-cultural tem um grande campo de trabalho num parque infantil.

Várias actividades poderão ser empreendidas, aproveitando o facto de existir um grande número de crianças frequentando com regularidade o parque.

Podem ser desenvolvidas actividades do tipo dos grandes jogos de natureza, quaisquer outros jogos sob proposta dos animadores e um estímulo à prática dos jogos tradicionais portugueses.

As actividades de desenho e pintura (desenho livre, pinturas murais, etc.), as actividades de modelagem, as representações teatrais e mímicas, os fantoches, as canções, etc., também têm um largo campo de trabalho.

O amor das crianças à Natureza poderá ser estimulado se plantarem flores e árvores. O Animador poderá aproveitar esse facto, para acompanhar as crianças na observação das diversas etapas do crescimento do mundo vegetal.

Uma outra proposta de trabalho é a realização de: "O DIA DE...". Esta forma de trabalho poderá surgir a propósito de datas como "O Dia Mundial da Criança", "O Dia Mundial de Infância", ou mesmo com outros temas como "O Dia da Limpeza do Parque", "O Dia do Papagaio de Papel", "O Dia da Flor", "O Dia dos Animais", etc.

Para finalizarmos este ponto, ainda sugerimos a feitura pelas crianças de um jornal mural, (com textos, desenhos e notícias) que poderá ser, sem dúvida, um valioso instrumento pedagógico.

AVALIAÇÃO DO TRABALHO

Parece-nos importante que um animador sócio-cultural, cujo centro principal da sua actividade seja um parque infantil, tenha uma ideia do trabalho que aí desenvolve, de forma a poder melhorá-lo posteriormente.

Assim, poderá fazer uma avaliação desse mesmo trabalho, com uma ficha de avaliação, que poderá incluir os seguintes pontos:

1 - OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA

- a. uso preferencial de aparelhos (discriminar quais)
- b. áreas preferenciais de actividade lúdica
- c. número de utentes (p. exemplo: por dia, por estação, por ano)
- d. idades dos utentes (média das idades)
- e. origem social dos utentes
- f. número de adultos que regularmente acompanham as crianças
- g. acidentes mais frequentes
- h. evolução motora das crianças (caso a caso)

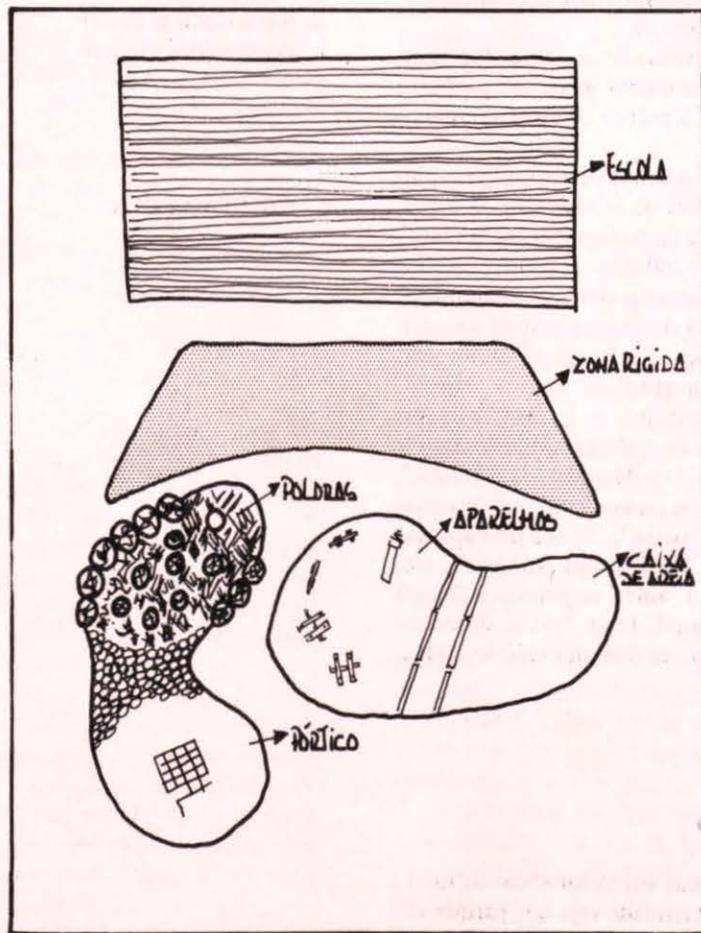
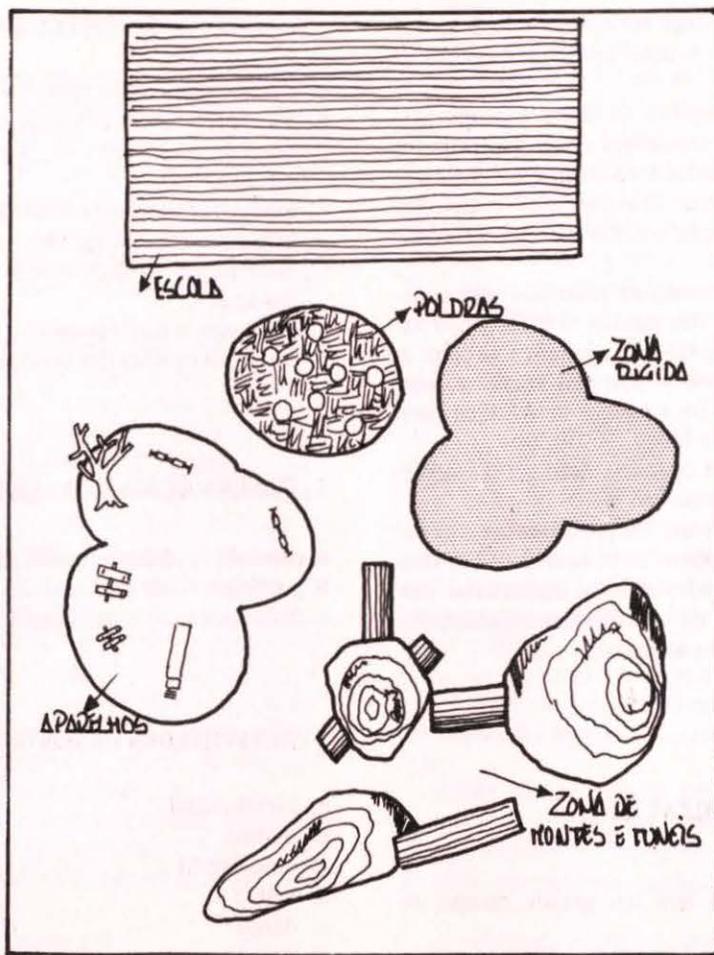
2 - OBSERVAÇÃO NÃO - SISTEMÁTICA

- a. casos de vandalismo verificados no parque
- b. participação da comunidade local
- c. deterioração do equipamento

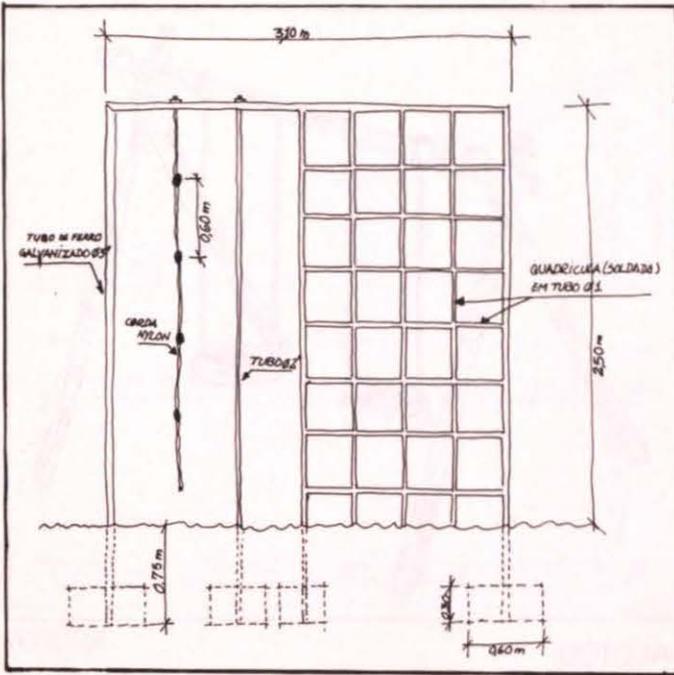
3 - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS (números de vezes)

- a. jornal mural
- b. pintura
- c. modelagem
- d. teatro
- e. dança
- f. canções
- g. "O Dia de..."
- h. jogos (indicar quais)
- i. construções na areia
- j. etc.

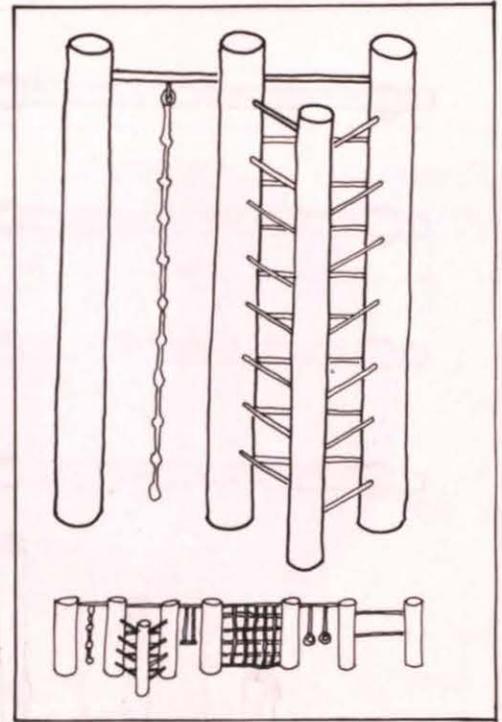
4 - OBSERVAÇÕES



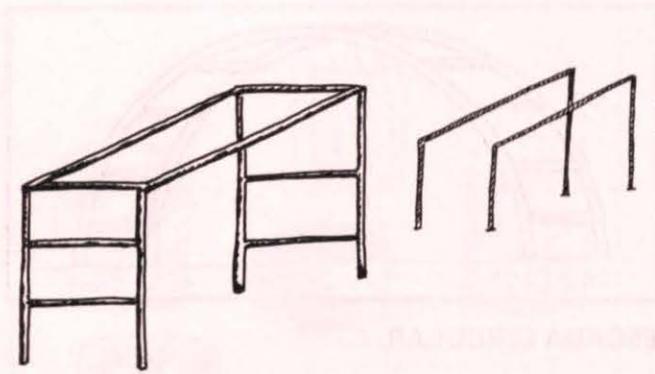
EXEMPLOS DE IMPLANTAÇÃO



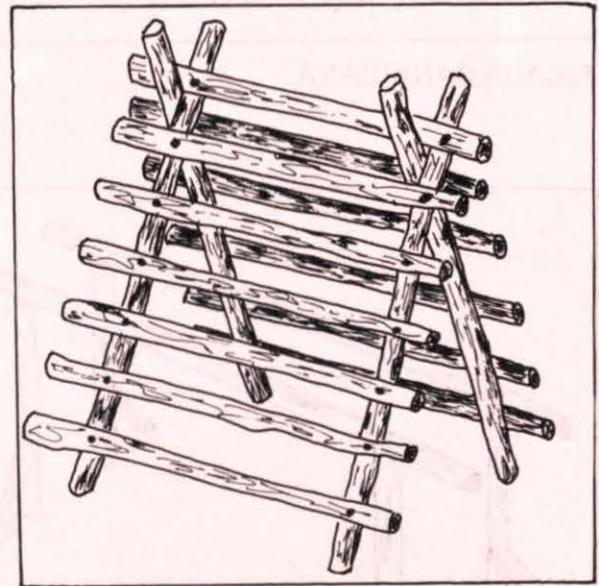
PORTICOS DE FERRO



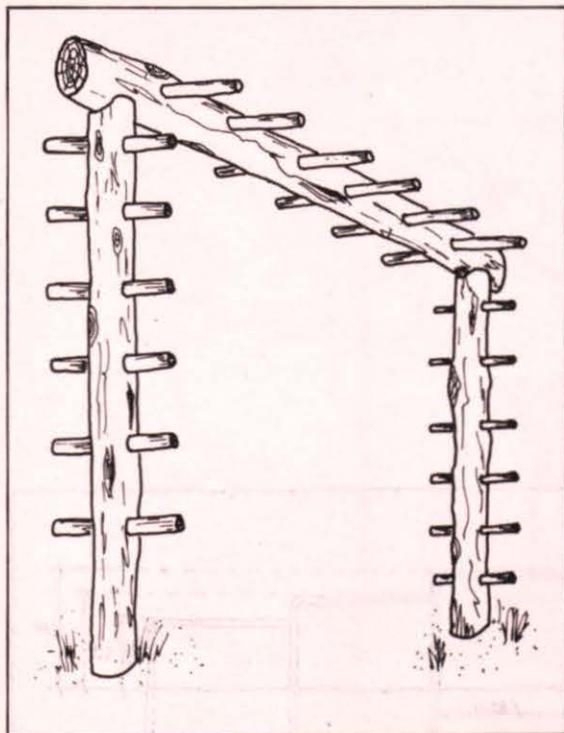
PORTICO DE MADEIRA E TUBO DE FERRO



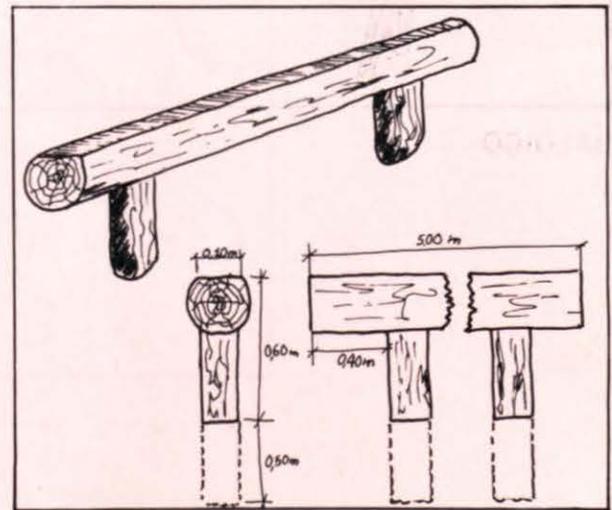
PARALELAS



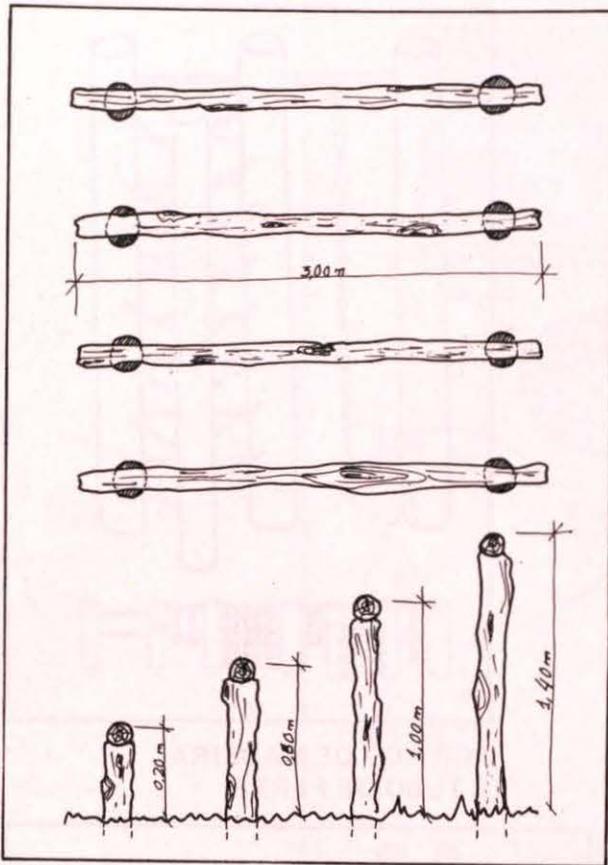
PALIÇADA



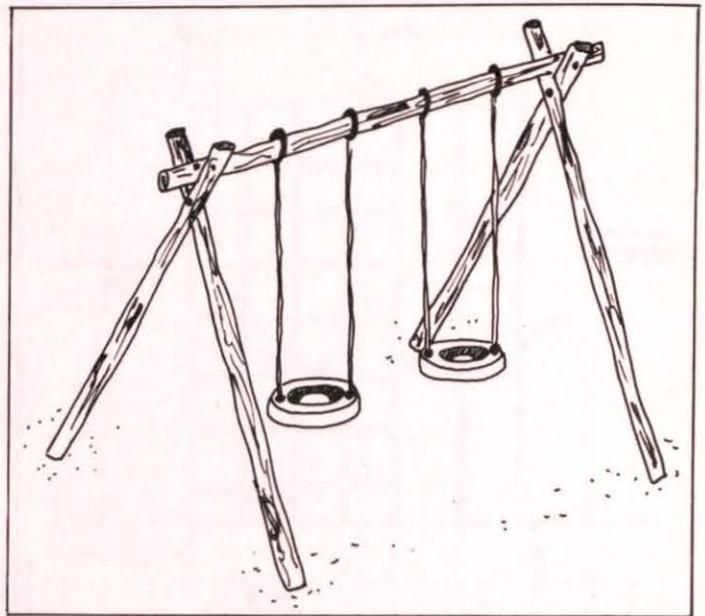
PORTICO



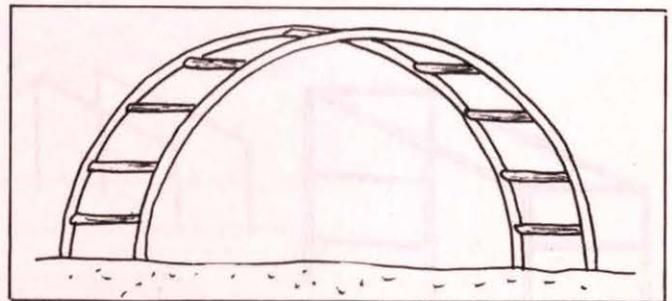
TRAVE BARRAS



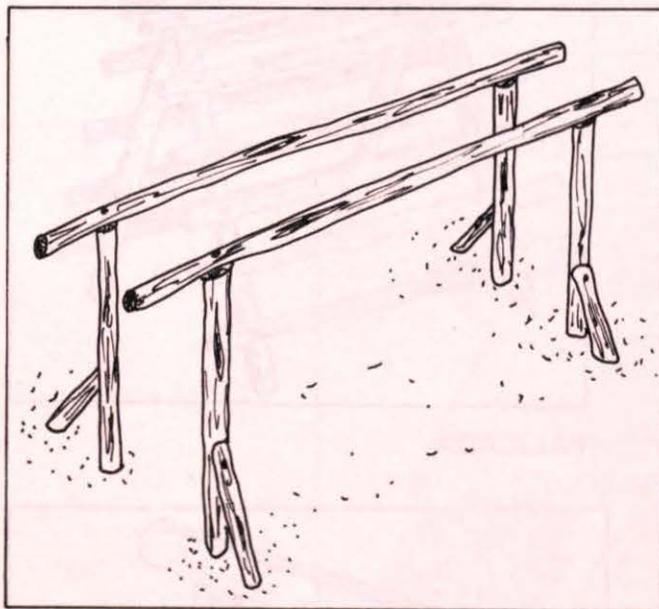
ESCADA CANADIANA



BALOIÇO

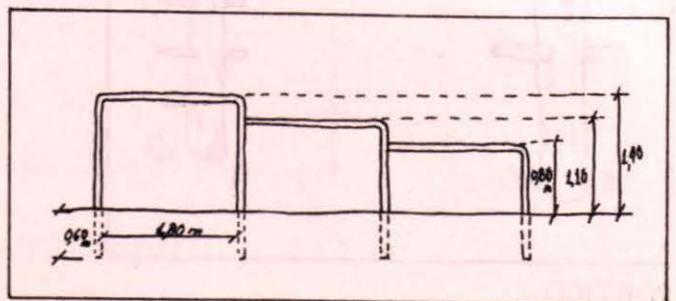


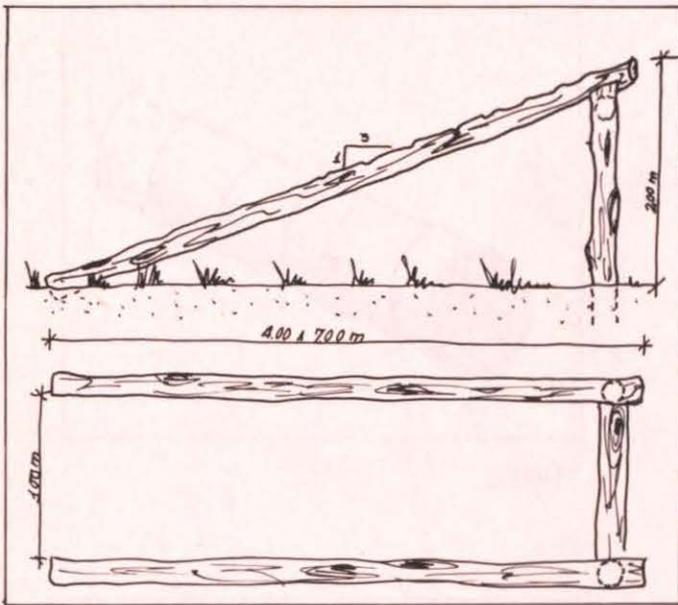
ESCADA CIRCULAR



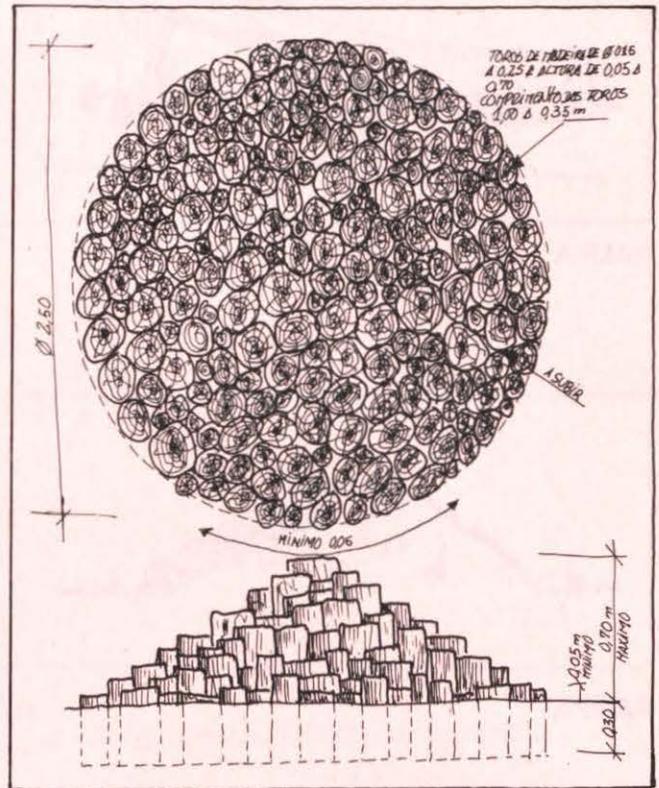
BALOIÇO

BARRAS HORIZONTAIS

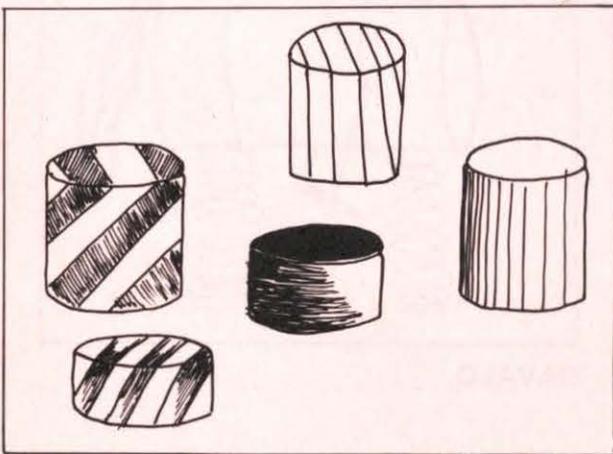




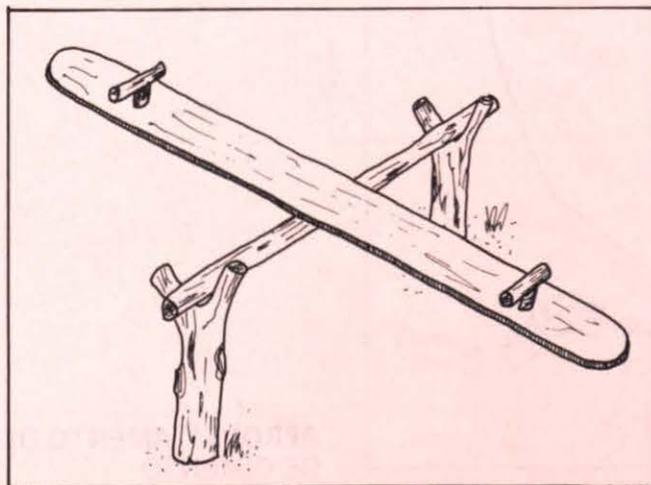
RAMPA



POLDRAS EM BLOCO

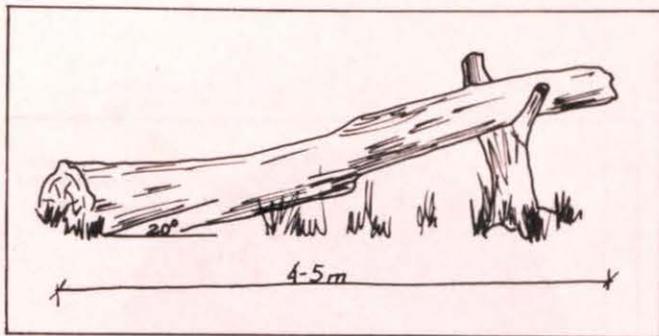


POLDRAS

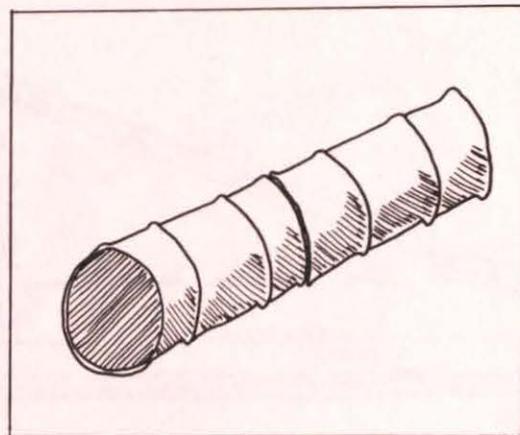


BALOIÇO

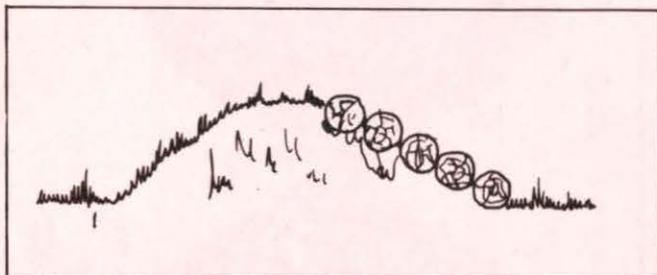
X



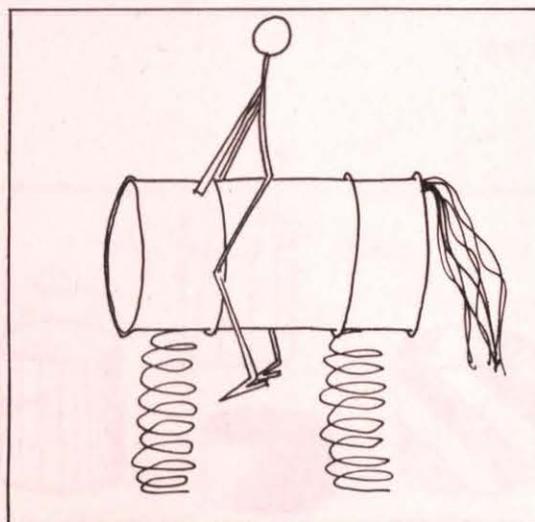
RAMPA



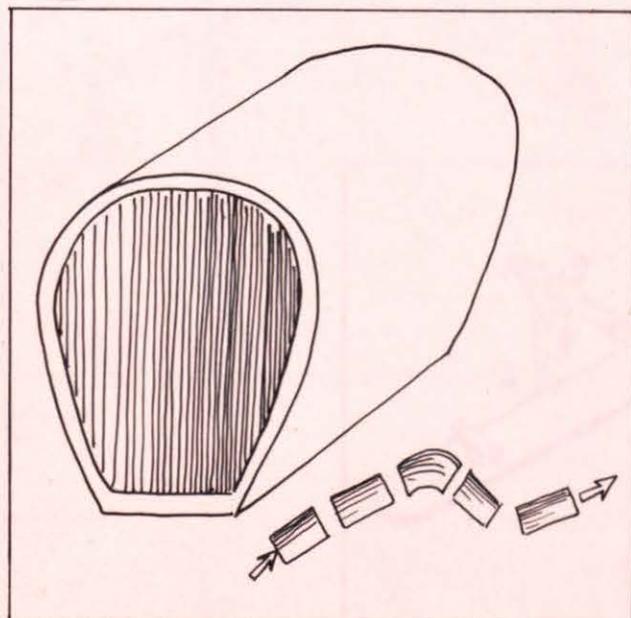
TÚNEL



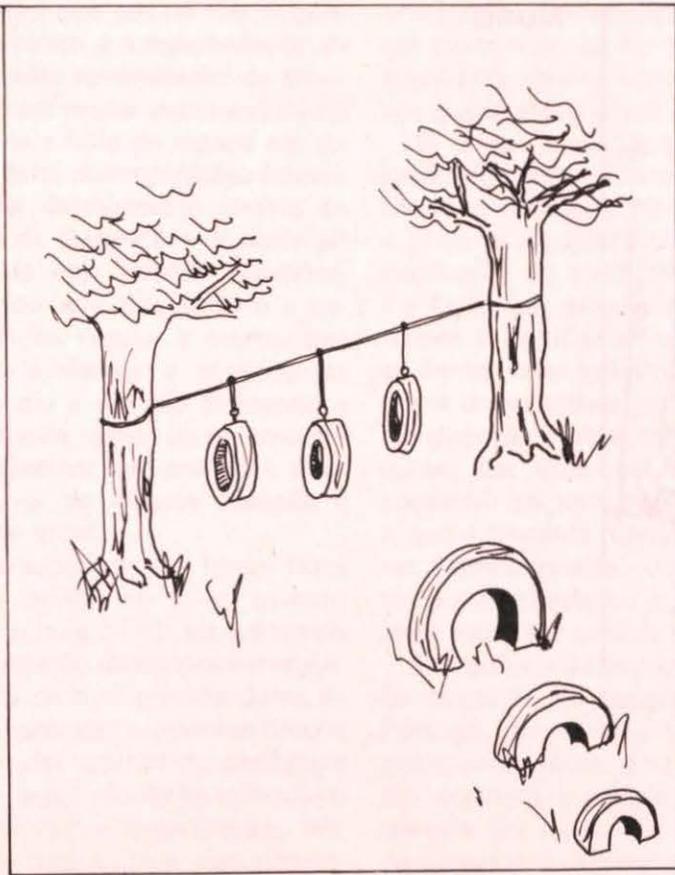
RAMPA



CAVALO

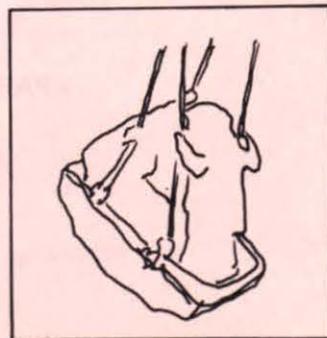
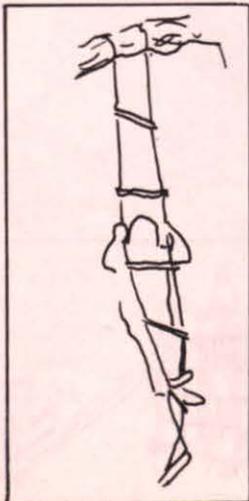
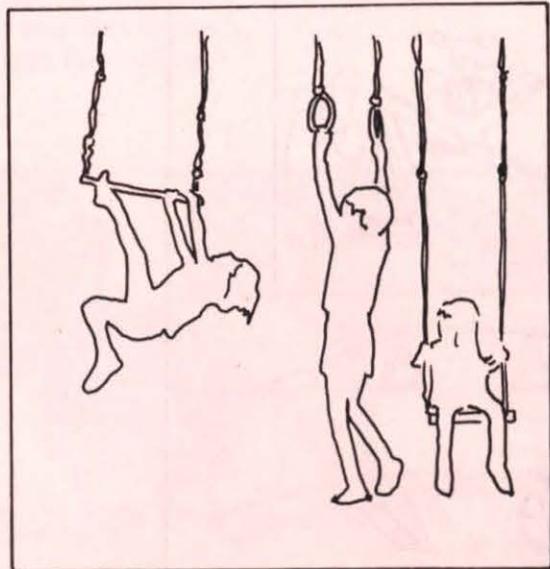


APROVEITAMENTO DE MANILHAS
DE CIMENTO

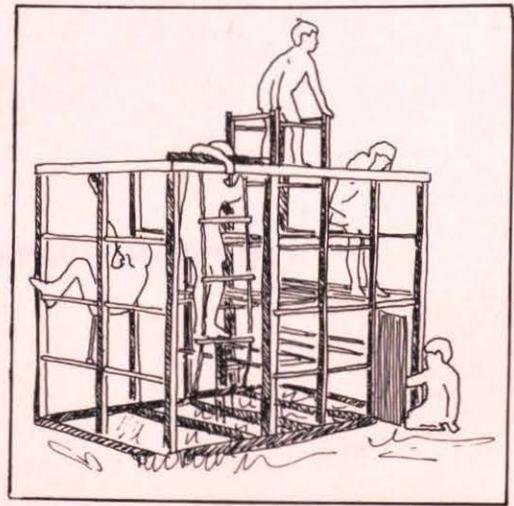
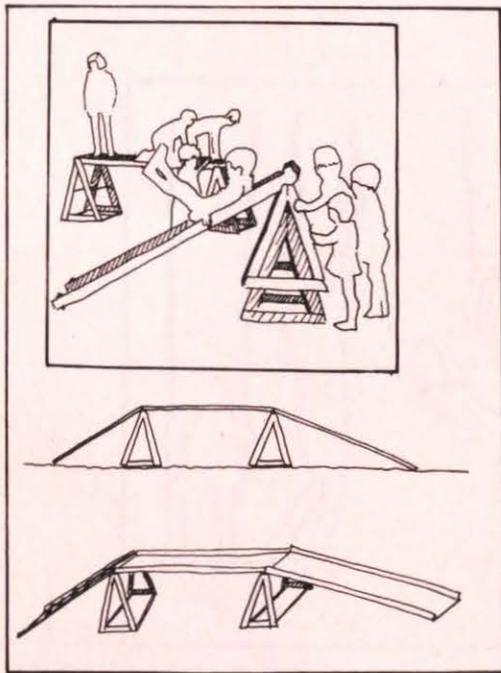
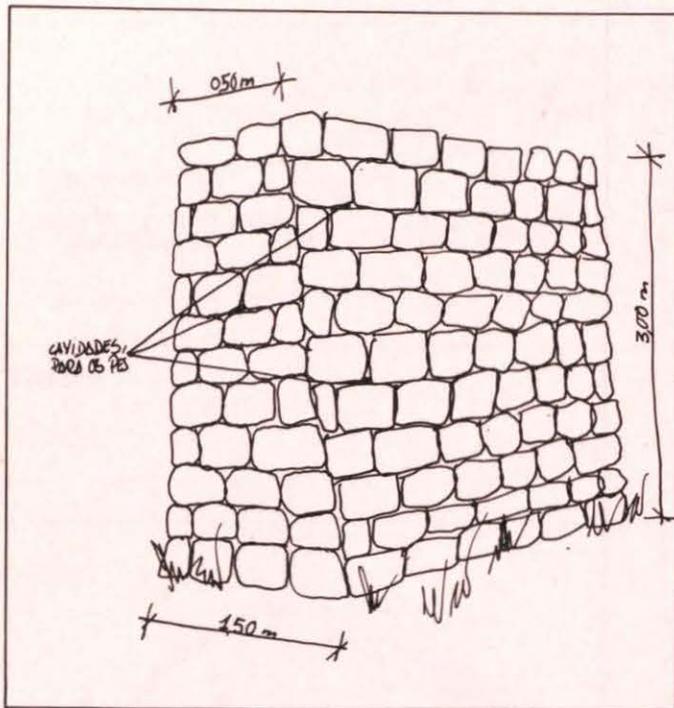


APROVEITAMENTO DE PNEUS

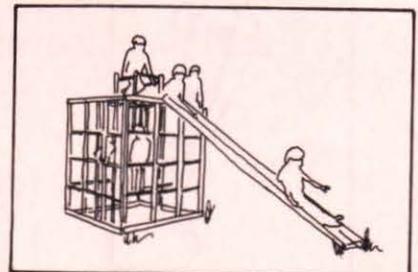
EQUIPAMENTO VÁRIO



MURO



APARELHOS MÚLTIPLOS



e tropelias que são no fim de contas, o retrato e a manifestação de importantes necessidades de movimento reprimidas pelo imobilismo da escola e falta de espaço em casa, e a falta de motivações e possibilidades de expressão através do manejo de materiais e de actividades e de uma relação educador-educando que possibilitem a exteriorização regular e normal dos desejos, vivências e sentimentos que no dia a dia vão formando e constituindo uma carga emocional e afectiva que precisa e deve reflectir-se de alguma maneira e nalguma coisa.

Estes aspectos não foram tidos na sua devida conta e, quando parecia o mais difícil, eis que temos uma **ocupação de tempos livres** que, ao invés de tirar partido duma situação bastante favorável se deixou enredar nas malhas da pedagogia escolar, seguindo-lhe os métodos e copiando-lhe a organização, tornando-se assim, o seu complemento, a sua parente pobre. Tudo isto à mistura com uma dose de empirismo, graças à forma como eram preparados e recrutados os seus agentes e a quase total falta de

orientação e coordenação de esforços no sentido de formar uma estrutura de acordo com os objectivos que se pretendiam.

E, o que distingue a mera **ocupação dos tempos livres** da **animação sócio-educativa** precisamente é a procura da qualidade e da perspectivação do trabalho que se faz e a fazer que, assume particular interesse e significado nesta última. ao tentar criar condições estruturais e organizativas para caminhar em direcção a objectivos que procuram dar uma real significação educativa ao tempo extra-escolar, o que é bastante diferente de querer, simplesmente, ocupar esses tempos com esta ou aquela actividade como é o caso da O.T.L.

Existem variadíssimos exemplos de ocupação de tempos livres em Portugal que, se nalguns casos têm procurado evoluir para um trabalho correcto e perspectivado, na maioria dos casos tem permanecido numa relativa estagnação.

As acções têm sido dispersas, a qualidade poucas vezes é exigida — espera-se apenas que tomem conta das crianças — os seus agentes não têm habilitações nem formação es-

pecífica, o estatuto profissional dessas pessoas praticamente não existe e, toda a evolução global e conjuntural se tem mantido num estado mais ou menos letárgico onde se podem distinguir, por vezes, focos de activação, quase sempre isolados e sem apoio real.

Ora esta imagem não corresponde de modo algum, à importância do trabalho extra-escolar e que lhe é reconhecida em numerosos países e organizações internacionais como o Conselho da Europa e UNESCO. Assunto a que voltaremos no próximo número.



levantamento cultural do país

entrevista com

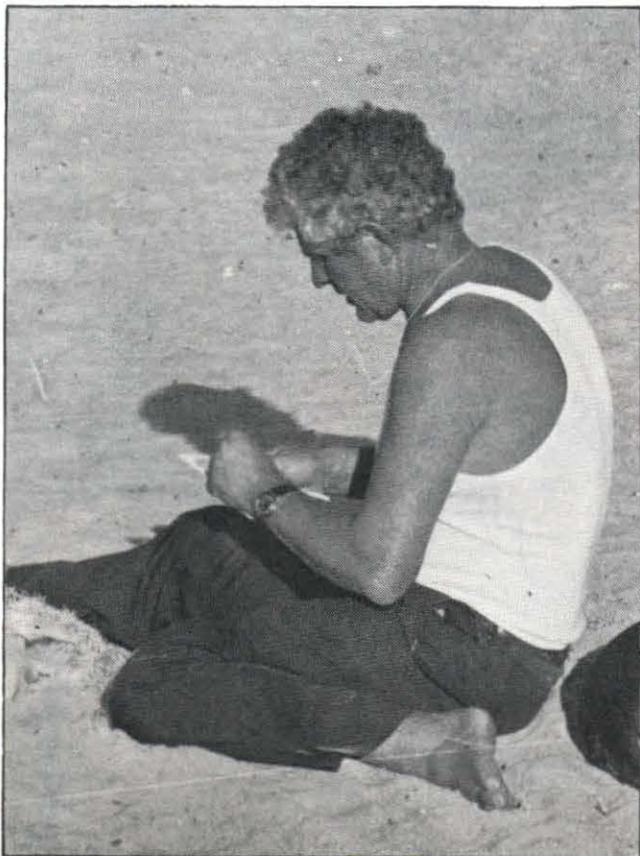
Carlos Wallenstein - secretário executivo
Nunes de Carvalho - do Secretariado de estado da cultura

INT.: Porque surge o "LEVANTAMENTO CULTURAL"?

Carlos W.: Durante a prática cultural que, ao longo de mais de 20 anos, a Fundação Calouste Gulbenkian prosseguiu, frequentemente se notou a falta de dados sobre a actividade cultural do País, aos quais facilmente se recorresse, quando necessário, inclusivamente para programar acções culturais concretas.

Esta lacuna, reconhecida também por outras entidades que trabalham no domínio da cultura, por várias vezes sugeriu que se tornava imperioso fazer um inventário cultural do País.

Entendeu-se que decorre em Portugal momento propício para lançar tal iniciativa e, em Janeiro de 1976, o Conselho de Administração da Fundação tomou deliberações no sentido de formar um Grupo de Trabalho para o Levantamento Cultural do País, logo considerando que seria necessário iniciar "contactos com as entidades oficiais competentes no sentido de obter o seu imprescindível apoio, garante de uma acção concertada com o próprio Estado".



O Levantamento Cultural, tem pois, por **objectivo imediato**: obter informações acerca de **todos** os agentes culturais e **todos** os equipamentos culturais existentes em **todas** as povoações do País, isto é, notar **todas** as Entidades, Instituições e Organizações que se dedicam à cultura (ex.^o: associações recreativas e culturais, artesãos, grupos de estudo e criação artística, animadores culturais, grupos de teatro, bandas de música, etc.) e **todos** os locais onde se realizam ou podem realizar actividades culturais (ex.^o teatro, cinema, escolas, Salões Paroquiais, Casas do Povo e de Pescadores, etc.).

O objectivo último, é reunir e classificar as referidas informações, de modo a ser possível o conhecimento rigoroso do nosso País no aspecto cultural e criar instrumentos que permitam, nomeadamente pela utilização de computadores, fornecer dados para servirem de base a estudos e à programação de acções culturais.

INT.: Porquê a Secretaria de Estado da Cultura colabora neste processo?

M. Carvalho: É evidente que a Secretaria de Estado da Cultura, não podia, de modo nenhum, alhear-se a um empreendimento tão importante e tão necessário como é o Levantamento Cultural do País. A Secretaria de Estado da Cultura tem por obrigação saber que, realmente, nada se pode fazer coordenada, ordenada e seriamente, sem saber o que se tem.

Admita que a S. E. da Cultura, pretende fazer uma casa de Cultura. Pergunta-se:

— Onde é que a vai fazer?

— Qual é a região mais solicitada?

— Porque é que a vai fazer naquela região, e não noutra?

Claro que o Levantamento Cultural tem por obrigação, é uma das suas missões, poder dar essa resposta. Concerteza que a Secretaria não vai semear Casas de Cultura, em sítios errados. Temos de saber quais são os terrenos mais certos, isto é, se a população está solicitada, se ali deve haver uma casa de cultura, polivalente, com certeza, mas com incidências sobre música, sobre teatro ou sobre pintura. E nós vamos admitir, por exemplo, que a Covilhã é uma região mais solicitada para a pintura e para a música; que as Caldas da Rainha, que até há pouco tempo não teria uma solicitação específica, hoje têm-nas da ordem do teatro; que Santarém, muito solicitada para o campo musical porque tinha o

Orfeão Scalabitano, mercê da influência exercida por um grupo de Teatro, o "Veto", começou a ser solicitada para o campo do teatro. Efectivamente, se eu tivesse de pôr uma casa de cultura em Santa-rém, teria de ter tudo isso em conta, embora como disse há bocado, eu ache que as casas de cultura devam ser polivalentes.

Esta é logo uma resposta; sem o Levantamento Cultural do País, haverá três ou quatro regiões, que nós sabemos para que é que são solicitadas; mas sobre as outras não; há um inteiro desconhecimento do que se passa em matéria de cultura em Portugal.

INT.: Qual a Metodologia e fases do Levantamento Cultural?

Carlos W.: A planificação do trabalho elaborada pela Fundação Gulbenkian é, em resumo, a seguinte:

Na 1.^a fase, a recolha de dados existentes nos Serviços Públicos e Instituições com interesses culturais e nos departamentos da Fundação, com vista a fixar informações pontuais, por localidades, relativas a agentes culturais e equipamentos culturais; lançamento de um primeiro Inquérito Nacional, para averiguação dos mesmos, nas localidades de todo o País, para o qual se espera o apoio das entidades locais.

Na 2.^a fase, a realização de trabalhos de campo, para verificação e aperfeiçoamento dos dados recolhidos.

Na 3.^a fase: o estabelecimento dos mecanismos de actualização de dados e seu tratamento por computadores.

São emitidos cerca de 44.000 boletins deste Inquérito, que pretende obter informações, nomeadamente, sobre: monumentos e edifícios, organizações para a acção cultural, locais de convívio, estabelecimentos de ensino e cursos, música, festas e festividades, publicações, teatro, artesanato, folclore, instituições e individualidades dedicadas à cultura, bibliografia regional, publicações periódicas, etc. No mesmo boletim existem espaços abertos para informações, não especificadas, que localmente se entenda que devem ser incluídas.

INT.: No futuro, o que será o Levantamento Cultural? Qual a sua importância para a Animação Sócio-Cultural?

Carlos W.: O Levantamento Cultural do País, por si próprio, não tem vocação para empreender qualquer acção cultural. Na verdade, ele poderá facilitar a determinação do conceito (ou conceitos) de cultura de que o povo português é detentor, poderá facilitar o conhecimento da gama de expressões características de determinadas zonas do país ou o tipo de manifestações em cada uma delas privilegiado e poderá, nomeadamente, facilitar a identificação de lacunas existentes.

A importância deste trabalho e a sua utilidade permanecerão, seja qual for o destino que a sociedade portuguesa siga de futuro.

UMA VOZ
SEMPRE VIVA
EM DEFESA DA CULTURA
E DA LIBERDADE

Colecção Temas Actuais

**PORTUGUÊS, TRABALHADOR
DOENTE MENTAL**

Maria de Fátima Bívar
Velho da Costa 120\$00

A MULHER, A FAMÍLIA E A LEI

Laura Lopes 120\$00

MANDEI-LHE UMA BOCA

Olga Gonçalves 100\$00

A CRÍTICA DAS ARMAS

Regis Debray 250\$00

**COMBATE POR UM
TEATRO DE COMBATE**

Luiz Francisco Rebello

Uma importante colectânea
de documentos imprescindíveis
para a compreensão do panorama actual
do teatro em Portugal
e das dificuldades com que se debate
Colecção Argumentos Preço: 120\$00

TEATRO DE CIRCUNSTÂNCIA

Carlos Coutinho

Várias peças em um acto
próprias para serem encenadas
por grupos amadores
e com um profundo conteúdo social

Colecção Ficcionistas Portugueses

Preço: 70\$00

dia da casa do povo

entrevista conduzida por
Isabel Guerra e Luís Esteves

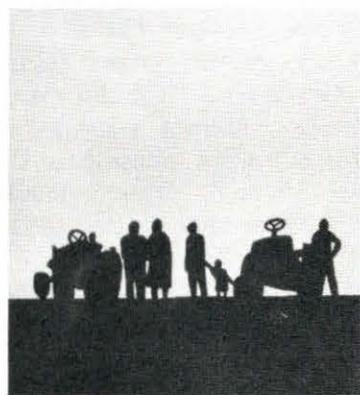
DIA DAS CASAS DO POVO

Vai realizar-se este ano, pela primeira vez, o "Dia da Casa do Povo". Esta iniciativa promovida pela Junta Central das Casas do Povo, terá lugar no próximo domingo, 11 de Setembro, e envolverá a grande maioria das Casas do Povo espalhadas pelo continente e ilhas.

Com esta jornada pretende-se antes de mais, apoiar e incrementar a realização de actividades de índole cultural (no campo do teatro, da música, do cinema, da pintura, do desporto, etc.), que traduzam as verdadeiras capacidades da população rural. Deste modo se incentivará a participação das comunidades locais nas Casas do Povo, de molde a que sejam elas próprias a transformá-las de simples estâncias burocráticas em autênticos polos de animação sócio-cultural.

O "Dia da Casa do Povo" desencadeou um processo de colaboração entre as Casas do Povo e as organizações de base (associações recreativas, culturais e desportivas), autarquias, escolas e outros organismos, congregando-se todos os esforços locais para o desenvolvimento económico, social e cultural da comunidade rural.

CASA
DO
POVO



PONTO DE ENCONTRO
DA POPULAÇÃO RURAL

A propósito deste documento entrevistámos Rui Portugal, coordenador do departamento de Animação Sócio-Cultural da Junta Central das Casas do Povo.

"Intervenção" — Como decorreram as actividades realizadas no "Dia da Casa do Povo"?

Rui Portugal — Houve uma aderência a esta iniciativa, de cerca de 50% das 1100 Casas do Povo existentes. Foi mais comemorado no interior do País do que no litoral, o que aliás até se justifica porque no interior existem menos iniciativas deste tipo (do que no litoral). No distrito de Bragança, por exemplo, a adesão foi cerca de 90%. No distrito de Lisboa, pelo contrário, a adesão foi bastante pequena (15% a 20%). Para muitas Casas do Povo foi a primeira vez que apresentaram actividades do tipo cultural, actividades estas que

marcam um tipo de presença junto da população diferente daquele que é habitual.

O "Dia" teve também como objectivo estabelecer e incentivar os contactos com organismos locais nomeadamente, autarquias, escolas, colectividades, etc..

"Intervenção" — Quais os planos para o futuro?

Rui Portugal — Esta iniciativa não aparece isolada, mas sim integrada num conjunto de projectos de actividades que temos desenvolvido. Pretendíamos que o "Dia" significasse uma arrancada para a continuação destas actividades culturais, isto é, que todos os dias sejam "Dias da Casa do Povo".

As Casas do Povo estão neste momento a apresentar projectos de continuação da actividade desenvolvida (do "Dia"), que estão a ser estudados com a colaboração e

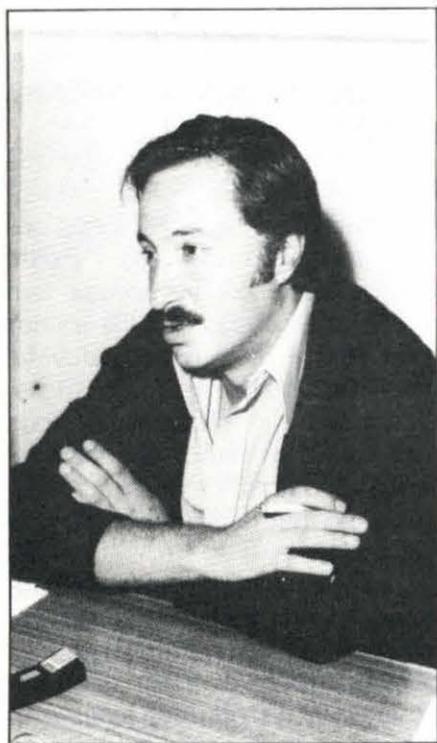
o apoio da Junta, a nível técnico e financeiro.

Elaborámos um plano geral de actividades culturais no qual se insere à partida um trabalho de sensibilização e de dinamização junto das populações e das Casas do Povo, para se seguir a actividade de Animação propriamente dita.

Este último aspecto ainda não foi iniciado, até porque somos apenas uma equipe central e não temos ainda animadores formados.

Para já temos impulsionado a formação de vários grupos culturais das diversas actividades, pretendemos assim que as Casas do Povo sejam de facto Centros de Animação onde haja um trabalho permanente, constante e alargado.

"Intervenção" — Para este trabalho de Animação são precisos animadores. Como se vai processar a formação desses animadores?



Rui Portugal — Foram recentemente admitidos 3 responsáveis pelo trabalho cultural em 3 distritos que têm como função coordenar todas as actividades culturais das Casas do Povo nesses distritos e também detectar e acompanhar animadores de base para dar seguimento a essas actividades. Posteriormente serão admitidos responsáveis culturais em todos os distritos do Continente e Ilhas. Os futuros animadores serão seleccionados nos próprios locais, com conhecimento do meio e da realidade humana que os cerca. A formação destes animadores será a nível distrital e apoiada por uma equipa técnica.

Quanto à formação, existem organismos de Estado que preparam cursos de Animação. No entanto, enquanto não funcionarem estes cursos, temos vindo a fazer mini-cursos adoptando um esque-

ma de formação que consta de uma introdução e depois estágios de reflexão sobre a prática e encontros com técnicos de cada sector.

"Intervenção" — Algumas Casas do Povo já tinham certa actividade cultural. Tencionam servir-se dela para o vosso plano de trabalho futuro?

Rui Portugal — Quando as Casas do Povo foram fundadas, em 1933, tinham 3 funções dentro de um esquema corporativo do regime anterior; a primeira era a representação dos trabalhadores rurais (não havia sindicatos), a segunda a Previdência Social e finalmente previa-se a existência de actividades culturais que foram perspectivadas de acordo com uma determinada concepção de cultura alienante, havendo no entanto algumas tentativas de trabalho válido.

Foram criados grupos de teatro e de desporto, folclore, bandas de música, etc., que estamos neste momento a tentar melhorar e apoiar tecnicamente.

"Intervenção" — Qual tem sido a actividade da Junta para apoiar e desenvolver as actividades culturais das Casas do Povo?

Rui Portugal — Publicamos um boletim mensal há cerca de 3 anos, "O Povo Rural", dirigido a toda a população rural, bastante acessível e supomos que é a mais vendida no meio rural.

Temos também um programa de Rádio na Emissora Nacional, nas Emissoras Regionais de Bragança, e ainda existe uma colaboração com um programa de rádio da Emissora da Radiodifusão Portuguesa. Neste momento estamos a tentar iniciar um programa na Rádio Altitude da Guarda.

Temos também um circuito de cinema que promove sessões quin-

zenais regulares em 120 localidades rurais, que constam da exibição do filme com a apresentação prévia. Tentamos assim interessar pessoas das próprias aldeias, chamando a atenção para os valores culturais expressos na actividade cinematográfica.

A nível de teatro, estamos a apoiar vários grupos já existentes, apoio este a nível técnico com cursos de formação e reciclagem; neste momento já iniciados na região interior de Coimbra e no distrito de Portalegre, com a colaboração do FAOJ estando previsto um curso na região de Torres Vedras para 5 Casas do Povo. Foram já policopiadas 17 peças e distribuídas aos grupos de teatro.

No campo desportivo pensamos estruturar uma acção mais concreta com o INATEL e DGD.

Quanto às bibliotecas, estamos a tentar revitalizá-las, procurando conseguir descontos substanciais na aquisição de livros e enviando às Casas do Povo fichas de sugestão sobre o aproveitamento de bibliotecas. Foi lançada a ideia da comemoração de Alexandre Herculano em colaboração com a S.E.C. pretendendo-se assim promover pequenas exposições sobre a vida e obra daquele escritor, divulgando simultaneamente os seus livros.

Temos também um plano de apoio às Casas do Povo nomeadamente no que respeita a infantários, colónias de férias, terceira idade, cantinas, etc..

No campo de dinamização agrícola estamos a tentar estabelecer um acordo com os serviços ligados ao M.A.P. nomeadamente a nível de Formação e Extensão Rural, para que possa haver uma maior colaboração destes organismos em actividades do seu âmbito. Todo este trabalho tem sido feito com a colaboração de outros organismos que trabalham neste campo, nomeadamente o MEIC, a DGD, a SEC e o MAP.

Todo este trabalho é extremamente importante até porque as Casas do Povo representam uma das estruturas existentes no meio rural com maior capacidade para que nelas se promova um autêntico desenvolvimento Sócio-Cultural das comunidades rurais.

"OS BARNABÉS"

a nossa experiência



GRUPO DE TEATRO DE
— FANTOCHES —
CASTELO BRANCO —1976

ARTIGO 73.º — CAPÍTULO IV
TÍTULO III DA 1.ª PARTE DA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA

(Educação e Cultura)

1. Todos têm direito à educação e à cultura.
2. O Estado promoverá a democratização da educação e as condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade e para o progresso da sociedade democrática e socialista.
3. O Estado promoverá a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso a todos os cidadãos, em especial os trabalhadores, à fruição e criação cultural, através de organizações populares de base, colectividades de cultura e recreio, meios de comunicação social e outros meios adequados.

Apregoa-se em certos meios, que neste país se brinca ao teatro e se joga com a cultura, tentando com isso, atrair as graças do povo.

Estes comentários são feitos, geralmente, por quem pouco sabe de cultura e, principalmente, por aqueles a quem não interessa que ela se difunda. Não vamos perder tempo tentando meter nas cabeças ocas desses senhores, que ninguém se dedica a brincar à cultura, pelo simples facto de que isso é impossível sempre que o sinónimo de cultura não seja deformado. O povo, por mais "ignorante" que seja, sabe aplaudir o que é bom e regeitar o que não presta. Posto isto, tudo o que existe tem algo de positivo, se ainda não tiver sido regeitado pelo povo. Pena é que, por vezes, o caciquismo meta a pata e movimente sujamente as pessoas, contra aquilo que não lhe interessa que seja divulgado.

Queremos apenas dizer a esses personagens que, o que eles pensam de nós não nos interessa e, quanto pior fôr a sua opinião, tanto melhor nos deixará. O nosso trabalho, destina-se a quem conosco queira aprender o que, mo-

destamente, lhes levamos, e não a pseudo-enciclopédicos ou intelectualóides, que apenas vêm cifrões à frente dos olhos.

Queremos ainda acrescentar que "OS BARNABÉS" não existem para preencher as horas vagas dos seus componentes. Não. Existe porque deve existir, porque tem um lugar a ocupar. No dia em nos sentirmos a mais (o que duvidamos) retirar-nos-emos tão dignamente como entrámos. Após toda esta conversa, vamos dar uma resenha do que sido a nossa actividade, e do que ela representa para nós.

Tudo começou com uma conversa de café. Falava-se muito mas não se fazia nada. Nós, tentámos pôr em prática as frases tão pomposamente distribuídas pelos amigos que aplaudiam e achavam muito bem.

Escolhemos a actividade "os fantoches"; o público (as crianças) e, em grupo éramos a partir daí "OS BARNABÉS". Quase um ano após a nossa formação, estamos contentes porque já aprendemos muito e porque já conseguimos fazer sorrir rostos sisudos de crianças tímidas e de adultos que mal passaram pela infância.

Aprendemos a comunicar com os bonecos a que chamamos fantoches. Conseguimos que eles dissessem o que seria difícil dizermos nós próprios. Conseguimos que as crianças falassem com os fantoches, expusessem ideias, criticassem e insultassem o mal da peça.

Com as canções, que fazem parte dos nossos espectáculos, fizemos coros de centenas de vozes, com palmas e tudo e, fomos capazes de pôr crianças tímidas a cantar e a representar perante os seus conterrâneos.

Mais tarde, surgiu a ideia do teatro infantil e, se todas as outras actividades são fascinantes esta ainda é superior. O contacto directo com a criança, fazer-lhe uma festa ou dizer-lhe uma graça é bem diferente de estar por detrás de uma barraca com o boneco metido na mão. É maravilhoso ver uma criança viver a cena que se desenrola no palco, ir mesmo até ao meio dos "actores" e dizer ou fazer o que acha que deve acontecer.

Tudo isto, e tanta coisa mais, já tivemos o prazer de sentir ao longo da nossa experiência.

Claro que as dificuldades e as opiniões desfavoráveis também têm existido com fartura mas, elas são obrigatórias sempre que alguém faz qualquer coisa.

Aliás, o fruto é muito mais saboroso quando, para o conseguir, temos de transpôr obstáculos.

Esperemos que daqui a um ano possamos dar-lhes o relato de novas experiências. Será sinal de que o nosso trabalho continuou.

ESPECTÁCULOS REALIZADOS PELO G.T.F.I.T.I. "CS BARNABÊS"

26/12/76

Estreia, no Centro Artístico Albicastrense 200 pessoas
1/ 1/77

Espectáculo no Juncal do Campo 150 pessoas
7/ 1/77

Escola do Magistério Primário de C. Branco 200 crianças
25/ 4/77

S. Vicente da Beira (comemoração do 25 de Abril) 70 pessoas

Comemorações da Semana Mundial da Infância

28/ 5/77

Escola do Magistério Primário de C. Branco (estreia do teatro infantil) 250 pessoas

31/ 5/77

Pavilhão da Escola Preparatória Afonso de Paiva 3000 crianças
1/ 6/77

Almaceda (Centro Paroquial) 200 pessoas
2/ 6/77

Hospital Distrital de C. Branco (solicitação da educadora infantil que trabalha com as crianças doentes, internadas)

. 17 crianças

COMUNICADO TIP/78 EM PORTUGAL (Teatro Internacional para Jovens)

"O teatro de amadores nos países europeus apresenta nos últimos anos um grande desenvolvimento que o leva a ser considerado pelas entidades governamentais como uma das mais eficientes funções culturais e serviço público.

Cada País tem o seu teatro de amadores organizado em Associações Nacionais que, através de movimentos populares e de base, a nível regional, desempenham importante missão educacional e descentralizadora.

O progresso verificado no panorama teatral europeu acentuou-se a partir do momento em que se criou a AITA/IATA — Associação Internacional de Teatro de Amadores, com sede na Holanda, na qual se encontram filiadas as Associações dos vários países que aderiram ao movimento.

Só após o "25 de Abril" foi possível a filiação de Portugal naquela Associação e logo em 1975 se deslocaram alguns amadores portugueses para participarem em cursos internacionais de teatro organizados pela AITA/IATA, nesse ano na Irlanda, em 1976 na Finlândia e 1977 na Hungria.

Dado o grande interesse cultural e até turístico e social que tais cursos representam, os quais têm uma aderência média de 15 países, vai organizar-se em Portugal, no Verão de 1978, este acontecimento chamado TIP (Curso de Teatro para Jovens), o qual terá lugar na cidade de Santarém.

Assim, contactaram-se já para o efeito, as autarquias locais, fizeram-se reuniões com a Direcção Geral da Acção Cultural e Direcção Geral da Juventude e Desportos que se traduziram em promessas de apoio muito animadoras o que torna possível desde já o início dos trabalhos preparatórios.

A Comissão executiva, da qual fazem parte representantes da APTA — Associação Portuguesa de Teatro de Amadores e da ARSTA — Associação Regional de Santarém do Teatro de Amadores, regozija-se desde já pelo interesse manifestado pela Câmara Municipal, Governo Civil, Junta Distrital e Comissão Municipal de Turismo de Santarém, Direcção Geral de Acção Cultural, Direcção Geral da Juventude e Desportos e Fundação Calouste Gulbenkian."

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO TIP - 78

APTA - Associação Portuguesa de Teatro de Amadores

ARSTA - Associação Regional de Santarém do Teatro de Amadores

casa do gaiato

Reportagem de Paulo Poiares e Mário Jorge

Asilos, reformatórios, casas de correcção — palavras velhas, talvez mesmo “demasiado velhas” mas... ainda presentes... De todas, temos a mesma imagem — casarão velho, escuro e grande. Crianças fardadas, sentadas num banco de madeira corrido à hora da refeição. Mesas enormes e apinhadas de crianças... Educadores... digo vigilantes... a vigiar... (? ...) Ambiente de “disciplina” e “ordem”.

Mas, neste mundo revoltante da criança segregada (?) pela família surge, em Sto. Antão do Tojal, Loures, uma das Casas do Gaiato. Não pretendemos, por agora fazer uma análise profunda dos métodos pedagógicos empregues; tentaremos apenas, descrever o que é a Obra do Gaiato e o seu dia a dia numa das suas Casas. Tentamos ainda desta maneira, motivar todos aqueles que se dedicam à Educação da criança e adolescentes a visitarem e a conhecerem, a Casa do Gaiato.

Como nasceu e como se mantém?

Pelos fins dos anos 30, o Padre Américo Monteiro de Aguiar, começou por organizar e levar para Colónias de Férias, crianças abandonadas ou segregadas pelas famílias e que vagueavam pelas ruas dos bairros insalubres de Coimbra e do Porto. Cedo se apercebeu que “no final de tanto brincar, chegava o terrível ir embora. E para onde?...” É então que organiza a primeira Casa do Gaiato, em Miranda do Corvo (1940), numa tentativa de “assistência permanente e orientação sistematizada à criança abandonada”. Cria depois a Casado Gaiato de Paço de Sousa (1943), a Casa do Gaiato do Tojal (1948), as Casas do Gaiato de Setúbal e Beire-Paredes (1955). E, porque “somos contra os regulamentos que manda sair aos tantos anos de ida-

“NINGUÉM ESPERE FAZER HOMENS DE RAPAZES DOMADOS”

Padre Américo

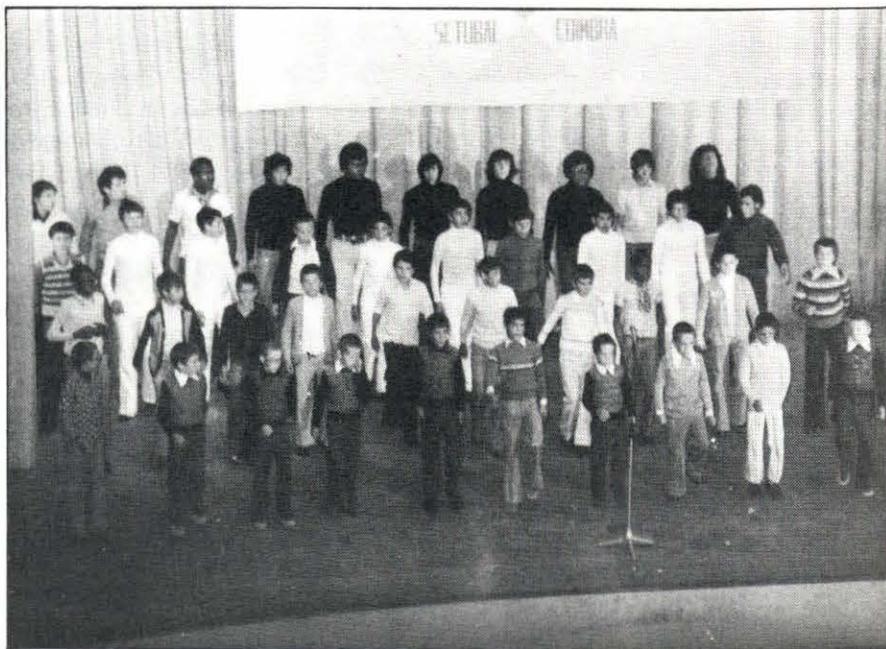
de”, o Padre Américo funda então os Lares do Gaiato, que são residências para Gaiatos — estudantes ou empregados.

Existem lares no Porto, em Coimbra, em Lisboa e em Setúbal. De referir ainda a existência de muitos Gaiatos já casados a viverem com as suas famílias nas próprias Casas do Gaiato — os Obreiros — os continuadores da Obra da Rua. A “Obra construiu-lhes a Casa

e ao fim de alguns anos passam a ser os próprios proprietários”. Geralmente trabalham para, ou em colaboração com a Obra. A sua função é normalmente transmitir conhecimentos e desempenham, por exemplo, cargos de Mestre de Oficinas.

As Casas do Gaiato sobrevivem graças a ajudas benemerentes e espontâneas e ainda de ajudas procuradas pela própria Obra. Com o trabalho desenvolvido nas oficinas de carpintaria, marcenaria, e tipografia e ainda com festas públicas, organizadas regularmente por cada casa, consegue-se angariar uma pequena parcela do necessário. Só entre 2 a 5% dos nossos fundos é que provém de entidades oficiais. Os Mestres de Oficinas e os Professores das Escolas Primárias são pagos pelo M.E.I.C.”.

Apesar da Obra do Gaiato, também chamada Obra de Rua, ser de orientação católica e serem padres



os seus principais responsáveis, a Igreja nunca deu um grande apoio.

— Como é que as crianças são recrutadas?

“Aparecem às Casas do Gaiato todos os dias, pedidos aflitivos para a entrada de crianças. Há milhares de crianças abandonadas que estão a dormir em casa de familiares ou vizinhos. Estudamos cada situação, vamos ver e averiguar e geralmente só entram crianças em situações muito difíceis. Devido à nossa carência de pessoal especializado, raramente entram crianças com menos de 4-5 anos. Depois, porque o rapaz a partir dos 13-14 anos já dificilmente se adapta a um ambiente diferente do que lhe é habitual, julgamos ser correcto não

permitir entradas depois destas idades”.

Assim, na Casa do Gaiato de Sto. Antão do Tojal, estão cerca de 90 rapazes com idades compreendidas entre os 5 e 20 anos, sendo cerca de 80% oriundos das camadas sociais mais desfavorecidas.

DIA A DIA NO TOJAL

A Casa do Gaiato é uma comunidade que quase que vive a partir das suas próprias potencialidades. Todos os Gaiatos se dividem, diariamente, por cada tarefa doméstica a cumprir, conforme a escala de serviços (obrigações) feita previamente pelo chefe. Uns ajudam na co-

zinha, outros lavam a loiça, outros estão na copa; outros limpam o refeitório, alguns limpam balneários, o bar, etc.; outros na vacaria, mungem as vacas; na padaria, fazem o pão; outros cuidam dos porcos, dos patos e das galinhas.

São ainda os Gaiatos que trabalham a terra que circunda as suas casas e donde granjeiam as alfaces, couves, batatas, fruta, etc., que servem a sua subsistência. Apenas o leite é vendido para os postos abastecedores locais.

E ao domingo, até há sempre um Gaiato destacado como cicero que recebe visitas e as encaminha para as pessoas a quem pretendem falar.

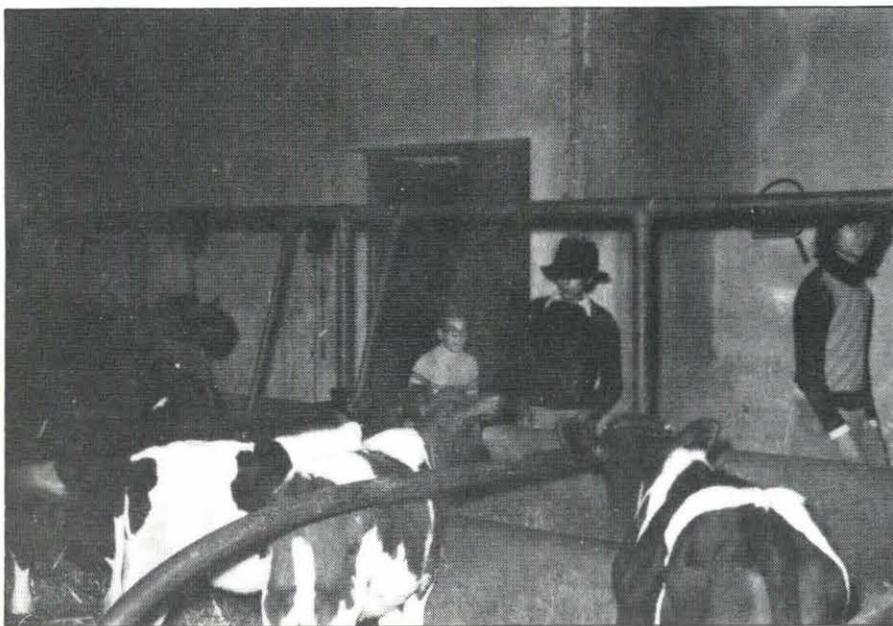
Cada um tem as suas obrigações que são distribuídas na medida das diferentes possibilidades de cada um. Mas, por vezes, há quem não cumpra. Aí, surgem os “tribunais”.

Era costume antigo, o “tribunal dos rotos”, por exemplo, que era feito à sexta-feira de manhã, às 8 horas e que se destinava a castigar os que eram mais descuidados com as roupas. Entre os castigos mais graves estava, o que constituía em rapar o cabelo.

Os tribunais actuais resumem-se por vezes a reuniões. Só as faltas que afectam o geral são motivo para reunir a comunidade. As outras são resolvidas pelo Chefe-Maioral e pelo padre-director, tendo em conta as diferenças de idade e compreensão. Pretende-se que cada sanção seja pedagógica e portanto que cada rapaz compreenda assim que a sua atitude prejudicou o trabalho comum.

“A Casa tem dois tipos de formação: escolar e técnica. Todos os Gaiatos frequentarão a Escola Primária e todos terão de tirar a 4.ª classe. De notar que cerca de 40 - 60% das crianças têm uma aptidão intelectual abaixo da média e assim, só cerca de 10 - 15% é que consegue continuar os estudos para além da Instrução Primária”. Paralelamente, processa-se a formação técnica.

Existem oficinas de tipografia (1), carpintaria, marcenaria, serralharia, alfaiataria, sapataria e ainda barbearia. *“Os Gaiatos escolhem livremente qual a oficina onde querem trabalhar e depois de um período de aprendizagem começam a*



receber quinzenalmente uma remuneração simbólica, sendo gradualmente aumentada, conforme o trabalho que desenvolvam. Através do trabalho, a criança e o jovem, forma-se e valoriza-se, já que o trabalho que desenvolvem é sentido por elas, não como uma coisa alienante, mas como uma coisa necessária e dignificante.

O contacto constante com as dificuldades da sua Casa, faz com que o seu sentido de realidade, crítico e responsabilidade se desenvolva, provocando assim uma grande solidariedade entre todos. Trata-se, enfim, de procurar fazer com que eles sejam elementos activos da sua própria Educação."

Quanto aos tempos livres, os Gaiatos ocupam-nos segundo a sua iniciativa. "Não há nada programado. A casa-habitação tem a sua pequena biblioteca e alguns jogos. Um campo de jogos e uma sala de convívio. É tudo. Eles depois é que se arranjam. Sabemos que é pouco, mas não temos, nem meios, nem pessoal especializado..." Relativamente a actividades culturais, pouco ou nada existe. Quando há Festas, como aquela que se realizou no passado dia 19 de Junho, no Cinema Monumental, comemorativa do 37.º ano de existência da Obra, os Gaiatos mobilizam-se e dedicam-se, por algum tempo, a preparar peças de teatro e canções.

Cada gaiato tem a sua "casa". Existem 3 casas-habitação, pelas quais se dividem etariamente os Gaiatos. "Pretendemos dar a cada criança, tudo aquilo que lhe faltou — uma comunidade familiar. Assim, tentamos, que a criança se sinta num ambiente, de inteira liberdade, de "portas sempre abertas"... como se fosse em sua casa. Queremos que se sinta em sua casa..." Cada casa tem o seu chefe, eleito democraticamente, que é o responsável pela ordem, disciplina e Educação.

Têm também a sua própria organização para assegurar a limpeza e decoração da casa. A Casa do Gaiato do Tojal tem ainda um Chefe Maioral, que é eleito por todos os Gaiatos que tenham a 4.ª classe ou com idade superior a 14 anos.

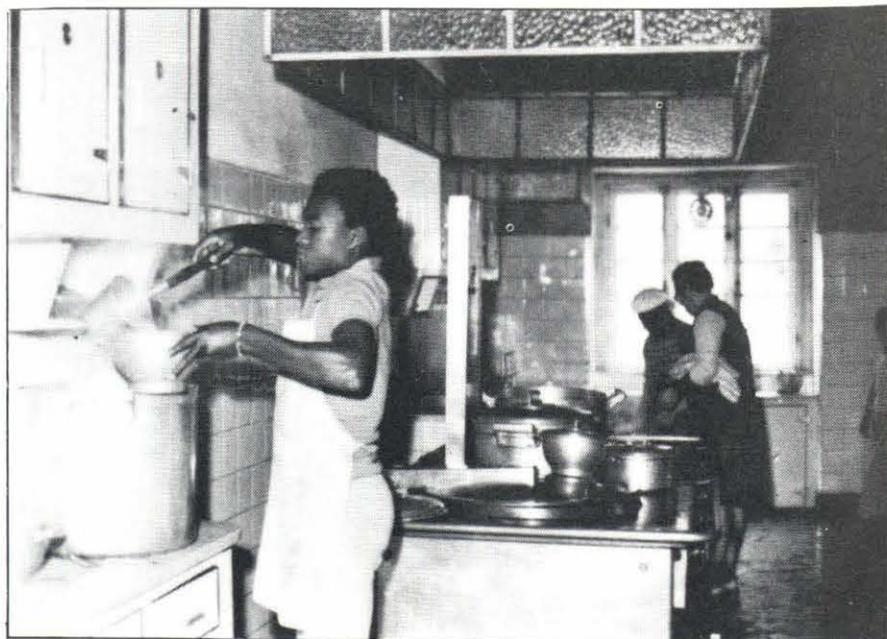
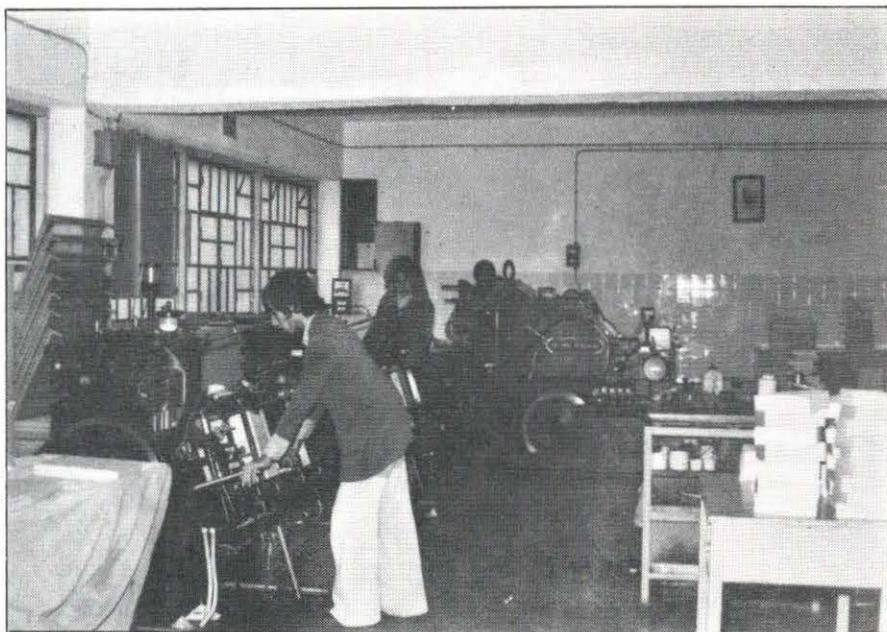
A Obra possui ainda duas Colónias de Férias, em S. Julião da Ericeira e Praia de Mira, construídas

quase exclusivamente pelos próprios Gaiatos. Aí passam parte do Verão com o objectivo de proporcionar praia às crianças e tudo se passa, quanto à manutenção da casa, da mesma maneira que nas Casas do Gaiato. Não têm programa de actividades para o período de Colónia de Férias. Os cerca de 30 Gaiatos entretêm-se consoante a sua iniciativa.

"Temos feito esforços para não receber, dos organismos oficiais, menos do que recebemos desde há 20 anos, já que tem havido a tentativa de diminuir os já insuficientes subsídios. Tremendas dificuldades para o futuro se deparam aos Gaiatos. Mas, porque a Obra nasceu e, é

uma reacção, num sentido progressista, aos asilos e casas de correcção, onde os rapazes são igualizados em fardas e filas e ainda, porque não existe qualquer outra alternativa oficial ou não, para o grave problema da criança abandonada, a Obra da Rua avançará a pé firme, mantendo-se sempre fiel ao espírito pedagógico do Padre Américo consubstanciado no seu lema — a Casa do Gaiato é Obra de Rapazes, para Rapazes e pelos Rapazes".

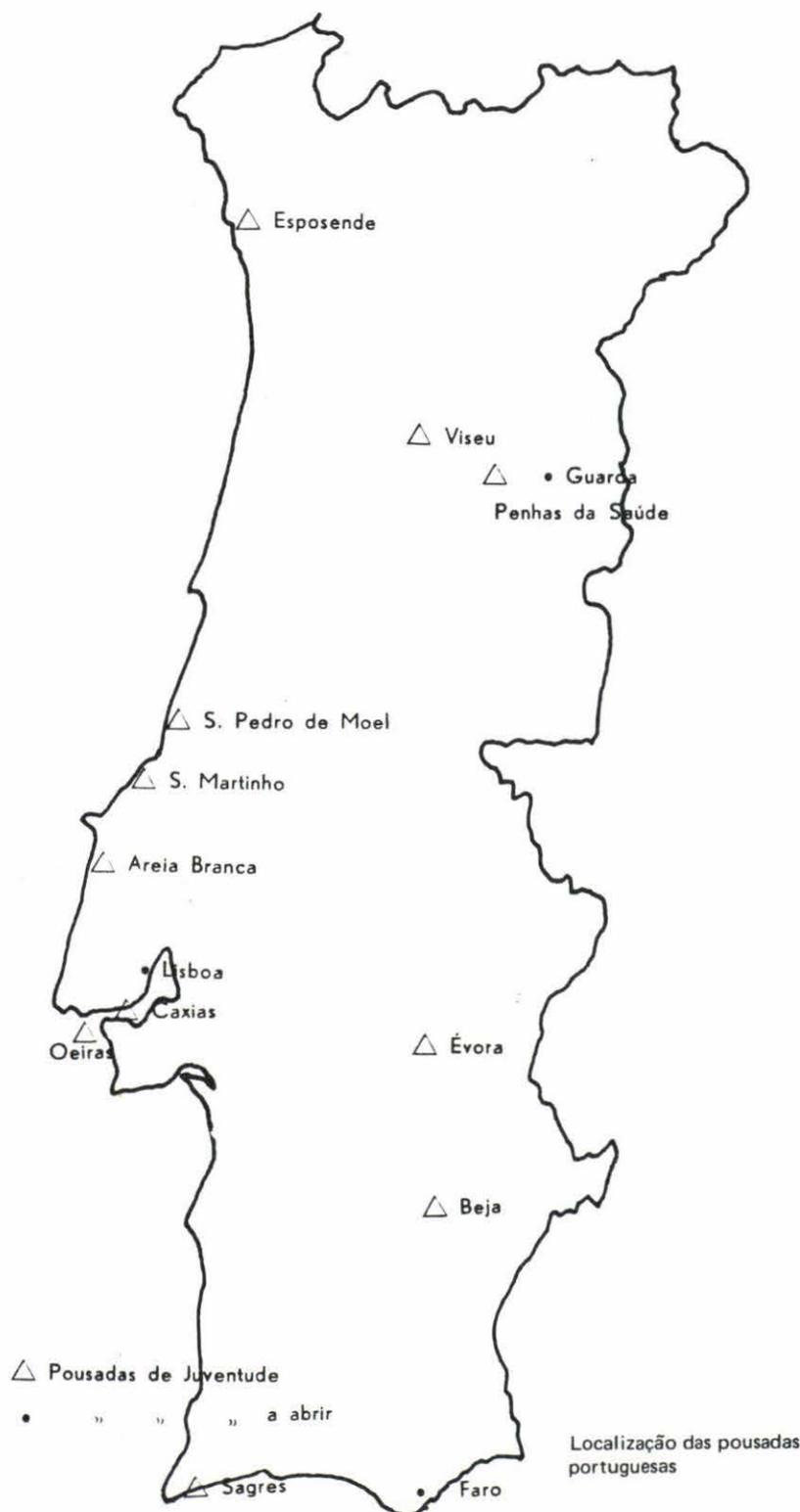
(1) Nas oficinas de tipografia da Casa do Gaiato de Paço de Sousa, é composto e impresso o jornal da Obra — O GAIATO, concebido e realizado por todas as Casas da Obra.



associação portuguesa de pousadas de juventude

- a pousada da areia branca

entrevista por L. Martins e J. Filipe
fotografia de José Moreira



Com o intuito de darmos a conhecer, as possibilidades que as pousadas de juventude oferecem – e em especial para os animadores e grupos com quem trabalham – estivemos com o responsável da Pousada da Areia Branca, Barreiros Pinto, considerada como uma das melhores pousadas portuguesas e mesmo da Península Ibérica – pelo que dizem os jovens estrangeiros que a frequentam.

– “Em primeiro lugar é preciso afirmar que a juventude portuguesa não conhece as pousadas – começou por nos afirmar Barreiros Pinto – pois quem as frequenta é na esmagadora maioria os jovens de outros países. É uma pena que a juventude portuguesa ainda não tenha descoberto as extraordinárias possibilidades que as pousadas de juventude lhes oferecem. E não me refiro só ao de lhes fornecerem alojamento completo; elas podem ser muito mais do que isso; pontos de encontro e intercâmbio entre os jovens que aqui podem vir individualmente ou em grupo, aproveitando-as para além do natural recreio que elas propiciam, para sessões de trabalho e reflexão, por exemplo, pois este ambiente longe dos agregados habitacionais tradicionais dos grupos, pode apresentar-se como um lugar propício para reuniões e sessões de trabalho.

Nunca é demais afirmar que as pousadas de juventude para além de serem um lugar de convívio e recreio podem ser um lugar de intercâmbio humano e cultural efectivo, e mesmo de trabalho, para os grupos que assim o entenderem”.

A Pousada está aberta todo o ano...

– “Bom, ela está realmente aberta todo o ano, mas no Inverno está completamente deserta, o que é realmente uma pena; daí que se torne mais presente, mesmo que outros motivos não houvesse e há, para pôr este edifício ao serviço aqui da população da região. Como dizem muitos pais: Aqui na região não há nada para os nossos filhos e está isso aí às moscas...”

E têm razão porque realmente ela deve estar ao serviço dos jovens daqui, pois é uma zona muito pouco privile-

giada em matéria de actividades para jovens, há a escola e mais nada. Daí que eu tenha em mente um plano para desenvolver algumas actividades, assim como uns encontros em fins de semana, etc., até como já foi dito, pelo interesse mútuo, quer dos jovens quer da própria pousada, pois não temos interesse nenhum em que isto esteja às moscas”.

Dizem que esta Pousada é uma das melhores da Península...

— “Bom, há jovens estrangeiros que até dizem que é uma das melhores da Europa...”.

E isso deve-se a quê? Só às instalações?

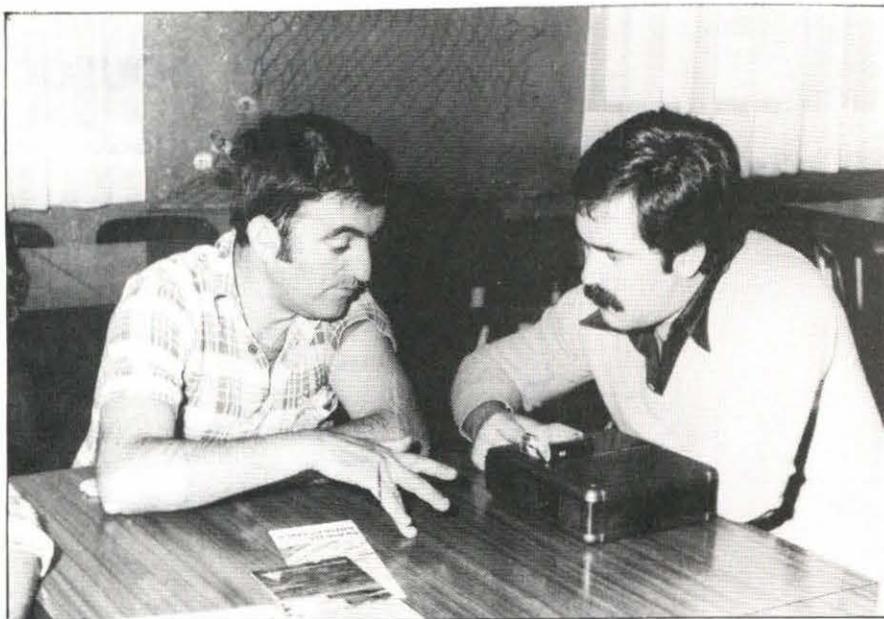
— “Às instalações e a tudo, pois como eu estou muito bem integrado aqui na região, é possível no âmbito do economato, por exemplo, porque conheço toda a gente e todos me conhecem a mim, fazer compras muito vantajosas aqui para a Pousada, quer em qualidade, quer no preço. Daí que este aspecto que também é importante ajude a fazer essa imagem”.

Esta qualidade da Pousada — afirmo-lo nós — não reside só nas instalações, mas também nas extraordinárias capacidades do seu responsável, quer enquanto tal, quer pelas suas qualidades humanas, de relação com os jovens que a frequentam, que se habituam a ver nele um amigo, e isto, é quem sabe, o segredo de uma das melhores pousadas portuguesas e da Península Ibérica.

... Para terminar?

— “Bom, para terminar gostaria de fazer um apelo, aos jovens, aos grupos, aos animadores, que as pousadas são da juventude e foram feitas para isso, para que os jovens as possam utilizar, e o meu apelo vai no sentido de lhes dizer para as frequentarem”.

A Associação Portuguesa de Pousadas de Juventude, tem sede na Rua Andrade Corvo, n.º 416 - Lisboa



nucleon - EQUIPAMENTOS DE PRECISÃO, LDA.

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 57-A - Lisboa - T. 77 03 57 - 77 02 37

Do Pré-Primário ao Universitário

MATERIAL DE DESENHO, DIDÁCTICO E CIENTÍFICO

Material diverso para ocupação de tempos livres:

MODELAÇÃO • XADREZ • CERÂMICA • ESMALTAGEM

ASTROMODELISMO • TECELAGEM ETC. ETC.

escolas comunitárias

entrevista conduzida por
Rodolfo Proença de Jesus
e Manuela Pires



Virgílio Cardeira

Divulgar a Associação das Escolas Comunitárias e a sua acção, é fazer referência a um tipo de trabalho comunitário que embora não se denomine de Animação Sócio Cultural, pertence àquele conjunto de acções cujos princípios, pressupostos e prática se assemelham aos da ASC de que se diferenciam essencialmente pela terminologia, os quais, não podemos ignorar nem sequer relegar — por suposto purismo ou preciosismo teórico — para 2.º plano, pois todos eles na sua essência caminham para o mesmo objectivo.

Reproduzimos, seguidamente, um folheto distribuído pela AEC — Associação das Escolas Comunitárias — no qual se pretende dar con-

ta do **porquê**, do **que é**, e do **que** pretende a Associação:

I. O QUE É UMA ESCOLA COMUNITÁRIA?

Escola Comunitária é uma escola em que toda a população participa, aprende, ensina e convive, independentemente da idade, instrução ou profissão, antes e depois do ensino oficial, em qualquer época do ano, tirando daí o máximo rendimento das instituições e equipamentos locais, e especialmente das escolas públicas.

Alarga-se, assim, o sistema escolar tradicional limitado à transmissão anquilosada dum saber abstracto, oficialmente definido, num sentido único — do professor ao aluno — num tempo fechado — das 9 às 3 ou 4 horas da tarde.

II. O QUE É PRECISO PARA QUE ACONTEÇA UMA ESCOLA COMUNITÁRIA?

Qualquer escola — que pode ser a primária, a do ciclo ou o liceu — se pode transformar numa escola comunitária. Mas, uma ideia, por melhor que seja, não acontece por si só, são precisas pessoas para a levar a cabo.

É preciso, portanto:

- que hajam pessoas que queiram participar nessa experiência,
- que haja alguém dessa comunidade que funcione como elemento dinamizador e coordenador da vontade de todos, tomando a iniciativa de abrir a escola à comunidade,

- que haja alguém, que podem ser os próprios professores, a chamar as pessoas a participar na organização de cursos e outras actividades, para quaisquer idades, de acordo com os desejos da população,

- que toda a população venha a colaborar efectivamente dando cada um o seu contributo e recebendo cada um a sua quota parte.

Assim, a Escola Comunitária será a participação de todos e para todos, dos indivíduos, famílias, empresas públicas e privadas, grupos culturais, desportivos, religiosos, etc.

Será de todos, com todos e para todos.

III. COMO FUNCIONA UMA ESCOLA COMUNITÁRIA?

A Escola Comunitária é orientada por um Conselho Comunitário que deve ser a expressão da Comunidade. Esse Conselho será constituído por membros natos, representantes de todas as instituições, associações e organizações locais.

A direcção executiva está a cargo de uma Comissão Eleita composta por um coordenador e por animadores, cada um dos quais é responsável por um sector de actividade.

IV. PORQUÊ NO EDIFÍCIO ESCOLAR?

- Porque a escola é a instituição com maior número de edifícios espalhados pelo país — mais de 13 000;

- Porque esses edifícios são das Câmaras Municipais, e das comunidades locais, e representam um grande investimento, de que é preciso tirar maior

rendimento, não havendo necessidade de criar estruturas paralelas;

— Porque a Escola, como instituição pública, tem um impacto e prestígio mais forte que qualquer outra entidade;

— Porque a Escola é um local “neutro”, é de todos, não é portadora de nenhum cariz ideológico ou confessional;

— Porque a Escola não reflecte interesses de grupos, nem entrará na “competição clubista”;

— Porque a missão específica da Escola é ensinar, bastando apenas alargar a sua própria missão;

— Porque as pessoas têm o direito a exigir a instrução e educação que querem, conforme as necessidades e aspirações, variáveis de região para região.

V. E PARA QUÊ UMA ESCOLA COMUNITÁRIA?

Seria ingénuo afirmar que a Escola Comunitária resolve os problemas resultantes das carências sociais e económicas. No entanto, certos princípios básicos que orientam um esquema educacional deste tipo, parecem ser também básicos no ataque a problemas sociais e económicos a nível da Comunidade.

1. Problemas educacionais

— tentativa de dar oportunidades educacionais iguais e justas, sem limitações de tempo e programas;

— satisfação imediata e actualizada das necessidades educativas de determinada comunidade, conforme se trate duma região rural, urbana ou industrializada;

— menor ausência escolar, já que a escola deixa de ser um local de aborrecimento ou medo, mas de convívio, onde se ensina e se aprende o que se quer e se precisa;

— alargamento do programa oficial: carpintaria, electricidade, agricultura, dactilografia, culinária, línguas vivas, matemática, etc.;

— alfabetização;

— educação sanitária: saúde pública, higiene, alimentação racional;

— protecção do meio ambiente.

2. Problemas culturais e recreativos

— recreação variada conforme os gostos e disponibilidades das pessoas;

— ressurgimento dum património cultural em extinção: artesanato e outras formas de cultura popular;

— desportos;

— teatro;

— convívios musicais;

— grupos corais.

3. Problemas económicos

— uso mais eficiente e melhor aproveitamento dos serviços e organismos oficiais e sociais;

— maior aproveitamento dos recursos da comunidade;



— valorização do indivíduo e da colectividade.

4. Alguns resultados de ordem social

— melhoria de qualidade de vida;

— melhoria das condições de trabalho e segurança;

— combate à alienação social e ao conflito de gerações;

— protecção do meio ambiente.

5. Alguns aspectos políticos

— grau mais elevado de educação cívica;

— participação da população na administração da educação e da vida pública;

— descentralização dos órgãos de acção e decisão;

— consciencialização dos deveres e direitos individuais e colectivos.

SÍNTESE:

Não esquecer que a escola é apenas um local, um veículo, um processo — como o é o trabalho comunitário e outros meios — para atingir a educação comunitária, e que requer o envolvimento, a participação e a decisão de toda a comunidade, que é chamada a responsabilizar-se pelo seu destino. Para isso, a Escola Comunitária terá de servir continuamente a comunidade, na aquisição e transmissão do saber, na actualização e reciclagem, na educação de adultos, na formação profissional, no recreio e distração, na educação cívica e física, nas actividades sociais, na protecção ao meio ambiente, etc., etc. Isto é, a Escola Comunitária não é só ocupação dos tempos livres antes e depois do ensino oficial, não é só educação permanente, não é só formação profissional, não é só escola aberta.

A ESCOLA COMUNITÁRIA SERÁ O LOCAL ONDE OS MEMBROS DUMA COMUNIDADE APRENDEM A TRABALHAR JUNTOS' A DIVERTIREM-SE JUNTOS' A RESOLVER JUNTOS

OS SEUS PROBLEMAS: A SEREM COMUNIDADE.

Contactámos com um dos elementos da referida Associação — V. Carneira — mais ligado a uma experiência de trabalho concreta, que respondendo às nossas perguntas dará uma ideia mais exacta da forma como actua na comunidade a AEC.

INTERVENÇÃO - Sabemos que a sua actividade se tem desenrolado em Alcochete onde vive grande parte do seu tempo e, onde a AEC tem levado para a frente um determinado tipo de acção; sobre ela gostaríamos que nos dissesse as suas características...

V. Carneira - Começaria talvez por contar a razão, porque nasceu em Alcochete uma Escola Comunitária.

Em Alcochete nasceu uma Escola Comunitária por várias razões: uma delas foi porque se radicou ali uma senhora Suíça, com uma vasta experiência comunitária, e que procurou estimular naquela gente um convívio comunitário mais activo.

Alcochete era uma terra ligada ao sector primário em que filhos e pais trabalhavam no campo e nada mais. Os poucos que frequentavam a escola primária, não iam além; os senhores grandes lá da terra fizeram grandes objecções a que se instalassem ali quaisquer indústrias e a terra foi sempre sendo subordinada à extracção de sal em larga escala (sendo um dos maiores centros salinos do País), e à agricultura, não havendo mais nada.

Entretanto, há cerca de vinte e



tal anos, instalaram-se ali várias indústrias, entre elas uma fábrica de pneus, depois uma de embalagens metálicas e ainda outra de laminagem de alumínio.

Aconteceu que, aquela população não estava preparada tecnicamente para receber este impacto de desenvolvimento industrial, e então, houve necessidade de recorrer à mão-de-obra externa. Por esse facto, a população local pouco beneficiou com esta industrialização.

Entretanto, abriu lá uma escola do ciclo preparatório e porque os meios de comunicação são outros, as pessoas despertam para o gosto pela cultura e gosto pelo saber.

Daí, a necessidade de se criar uma Escola Comunitária, que é, por assim dizer, um complemento Educacional das pessoas das Comunidades. A verdade é que a maior parte do nosso ensino, não prepara as pessoas para a vida, para servir as comunidades. Eu entendo que toda a Escola devia ser Comunitária e não se deve estar a fazer Escolas Comunitárias como remédios dum deficiente sistema Educativo.

E, quanto a mim, não vejo um padrão fixo porque, por exemplo, temos uma experiência no Minho, em que, a maior aspiração duma aldeia, era ter um grupo folclórico, e o nosso trabalho começou por ser no sentido de possibilitar a concretização da aspiração daquela aldeia.

Noutros lados há outras aspirações; por exemplo, em Alcochete, e indo ao encontro das carências

profissionais e da procura de mão-de-obra, nós criámos um curso de soldadura e demos umas noções sobre electricidade. Temos também um curso de Inglês, com uma vasta frequência e que tem trazido vantagens concretas, de âmbito profissional a várias pessoas. Agora vamos lá montar um posto emissor de onda curta, graças a material sobrando que arranjámos; paralelamente vamos ter um curso de rádio que já tem uma adesão enorme.

INTERVENÇÃO - E onde vai a AEC encontrar os técnicos que se disponham a participar nesse ensino?

V. Carneira - Temos um recurso: existem ali dois estabelecimentos militares. Um é a Base Aérea 6 e o outro uma carreira de tiro, onde há de facto disponibilidade de mão-de-obra, de técnicos, que estão ali quase inactivos e que nos têm dado a sua colaboração valiosa.

Contamos com eles para uma colaboração para o curso de Rádio.

Vamos pôr aquela gente a trabalhar, vamos manter um posto de rádio, vamos pôr a Escola Comunitária em comunicação com todo o Mundo, a falar das suas experiências.

Continuando na linha das actividades da Escola da Alcochete, fizémos ainda este ano um rastreio do estado de saúde dental dos miúdos das escolas primárias. Assistimos cerca de 400 crianças, mercê de material fornecido pela Suíça, por diversas organizações suíças, entre elas a Juventus, que

é estatal; uma organização de apoio à Juventude; mandaram-nos diverso material: um conjunto de slides, por exemplo, sobre os dentes, sua formação e cuidados a ter com eles, etc.

Gostaria aqui de salientar um pormenor curioso: entre eles havia um, o chamado "slide de terror", destinado a provocar nas crianças suíças horror pelo estado deplorável em que se encontrava uma boca nele focada. Pois, esse slide, aqui, com as nossas crianças, provocou hilariedade.

Isto revela, até certo ponto, a diferença de mentalidades entre umas e outras.

A partir daí, tivemos experiências interessantes: verificámos por exemplo que nos meios mais pobres havia menos cárie e menos doenças da boca, precisamente porque os miúdos são menos mimados, comem menos doces, menos açúcares.

Fizémos depois umas brochuras com os cuidados a ter com os dentes; a D.G. de Saúde editou até um folheto, bastante interessante. Sobre este assunto, temos igualmente a promessa feita de nos ser enviada mais material, inclusivé uns copos de dentes muito originais, que é usual dar-se às crianças na Suíça; mas mandaram-nos dizer, que tínhamos que resolver nós, aqui, os problemas alfandegários, porque com frequência as pessoas vêm-se forçadas a mandar devolver, porque se criam situações um bocado complicadas. Por exemplo, fui aqui saber, e disseram-me: Mas como é que a gente sabe que vocês não vão vender isso?

Ora, face a isso, nem se sabe que resposta dar; falei com outra pessoa que me disse: "Você mande vir isso em embrulhinhos que não excedam não sei quantas gramas". Então... para mandar 500 copos e 500 escovas?!. "E não mande todos os dias! Mande dia sim, dia não, para não chegarem todos ao mesmo tempo"!!!

É claro, nós, face aos resultados obtidos, pressionámos os professores para darem um certo relevo, quer junto da D.G., do Ensino Primário, do Ensino Básico, pressionámos também a D.G. de Saúde no sentido de também conjugarem esforços. É claro que é uma coisa

difícil, tentar pôr 2 D. Gerais de acordo e a trabalharem em conjunto, mas enfim, procurámos ver se há pelo menos uma destas Direcções Gerais que mande um Ofício para a Alfândega para que assuntos desses sejam resolvidos.

Além disso, fizémos várias sessões com filmes cedidos pela D.G. da Educação Permanente. Entre eles "O Combate ao Alcoolismo", que mostra o que a Comissão de Trabalhadores, uma Assistente Social e mais funcionários fizeram para recuperar determinados alcoólicos; as "démarches", os conselhos que lhes deram, etc. É claro, o filme foi uma decepção para as pessoas, porque a maior parte está habituada ao folhetim e queriam concerteza, o "desgraçado" a cambalar, a entrar para a fábrica perdido de bêbado e como foi só a parte positiva, a da recuperação que viram, ficaram decepcionados. As pessoas vão ali para ver o espectáculo e é bastante difícil, motivar uma conversa, mas enfim, pelo menos já se fez notar às pessoas que a gente vai fazendo alguma coisa.

Este Verão, a D.G. dos Desportos criou um movimento que é "Férias 77" para ocupação dos tempos livres.

Nós tínhamos uma ideia há bastante tempo, sobre isso, e fomos para a auto-construção de canoas, indo ao encontro do desejo daquela miudagem da margem do rio. Tive o apoio da D.G. que nos deu o material necessário dez barcos. Sabe que existe uma certa delinquência infantil ou certo movimento de desagregação familiar que se nota, presentemente, não só cá, mas em todo o mundo; deve-se até certo ponto, aos mais idosos que segregam a "malta", não procurando entendê-los, nessa idade sempre ingrata em que os filhos atingem os 17, 18 anos, e, por razões diversas, julgam já conhecer um pouco do que é a vida e começam a não acatar os problemas dos pais, enfim, cria-se às vezes um certo divórcio.

Mas isto vinha a propósito da auto-construção de barcos em que nós procurámos proporcionar àqueles miúdos a satisfação desse desejo premente, de ter um barco. Além disso, com a participac-

ção do pai na construção do barco, pensamos que até o filho olhará para o pai de forma diferente. Claro que isto é uma veleidade, pretender resolver um problema tão transcendente como é este do desencontro de mentalidades entre jovens e velhos, mas enfim, é uma contribuição...

Já fizémos 6 barcos, temos material para 10, e estamos a estimular a construção de outros tantos. É claro que estes barcos em madeira não resultam, de facto o material melhor seria a fibra e já temos uma técnica mais ou menos capaz, simplesmente precisamos de moldes; que nos temos esforçado por conseguir.

INTERVENÇÃO - Além do apoio dessas D. Gerais, que apoio tem dado a Câmara Municipal às iniciativas da Escola Comunitária?

V. Carneira - Tem apoiado de uma maneira geral. Aliás, o apoio que a Câmara Municipal nos deu até certo ponto foi pouco, a não ser agora que nos cedeu umas dependências do antigo matadouro, para instalarmos as nossas actividades náuticas e o nosso posto de Rádio.

Um pormenor interessante:

Montámos lá uma oficina comunitária em que, qualquer pessoa da comunidade ou não, que precisa, de pregar um prego, fazer um caixote ou um móvel, tem ali a ferramenta e o material necessário para isso. Inclusivamente temos lá um reformado que ensina às pessoas a melhor maneira de utilizar o material, com maior segurança, enfim, que dá conselhos preciosos até, de como fazer as coisas.

INTERVENÇÃO - Uma coisa que interessa desenvolver, talvez, será, que a Escola Comunitária não é propriamente o Edifício...

V. Carneira - Pode até ser na rua, embora, nós utilizamos e procuramos que se siga esse caminho, de utilizar as Escolas públicas pelo seguinte: sabe que nós passamos à porta da escola primária sempre com um certo respeito, uma certa saudade, portanto, é uma casa, instituição, **apartidária**, sem qualquer espécie de clubismo, enfim, para mim é o local ideal para as pessoas se reunirem; além disso, não é preciso fazer investimento,

pelo contrário, a comunidade, o país fez um investimento e em qualquer freguesia há sempre uma sala de aula que pode ser utilizada. E, como digo, a Escola Comunitária é o complemento das carências educacionais, das carências das vivências das pessoas.

O nosso lema é: "Ninguém é suficientemente culto que não tenha nada para aprender, por outro lado ninguém é tão ignorante que não tenha nada para ensinar".

Temos a propósito um exemplo: o do pastor, um homem marginalizado e que era um exímio construtor e tocador de flauta de cana. Esse homem foi "pescado" pela Escola Comunitária, foi recuperado, e agora ensina as pessoas a fazer e a tocar flautas; hoje é uma pessoa integrada na comunidade...

Em resumo; a nossa actividade é esta: a Escola Comunitária será o local onde os membros duma comunidade aprendem a trabalhar juntos, a resolverem juntos os seus problemas.

E, conforme as carências, assim nasce a Escola e o programa dessa Escola que tentará suprir tais carências.

Nós estamos também interessados na defesa do ambiente; pusémos uma série de miúdos a apanhar vidro, resíduos de vidro; já contactámos até uma fábrica da Marinha Grande que nos lá vai buscar os resíduos para serem aproveitados.

Por outro lado vamos utilizar colectores de energia solar.

Em toda a nossa acção convém salientar a actividade da Sra. D. Lia Muller Penninger, principal dinamizadora da Escola; uma Sra. com uma enorme vivência; no tempo da guerra, por exemplo, esteve ligada à Cruz Vermelha, na recepção de refugiados, enfim, conhece a Europa toda...

INTERVENÇÃO - Há portanto, actividades em Alcochete e nessa aldeia de Cabreiros...

V. Carneira - Há mais. Presentemente há nos Açores, na Horta, no Pico e em Braga, 3 ou 4 experiências deste género. Mais recentemente em Lamego querem também fazer uma Escola Comunitária.

Por outro lado, na Universidade do Minho, sabemos que vai ser criada uma cadeira de desenvolvimento comunitário.

contributo para a biblioteca do animador

“VIDA 2 BOLETIM DO GRUPO DE TRABALHO DE COORDENAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS E DE EDUCAÇÃO POPULAR

“Viva 2” – Indispensável Boletim das Associações Culturais e de Educação Popular, neste n.º 2 com os “Faz-Tudo” em reportagem, mas também com GIC-Vila Real, APIS Intervenção Cultural, O Pataco (Viana de Castelo), entre outros. Ao “Viva”, aos grupos referidos, em especial aos amigos do “Faz-Tudo”, um abraço de solidariedade.



“ACÇÃO CULTURAL PARA A LIBERTAÇÃO E OUTROS ESCRITOS”

Paulo Freire

“Acção cultural para a libertação e outros escritos”, é mais um livro de Paulo Freire que como é dito na introdução pretende aclarar certos vazios entre aquilo que são as suas duas obras fundamentais, “Educação como prática da Liberdade” e “Pedagogia do Oprimido”.

Num país como o nosso em que o grau de analfabetismo é tão elevado, em que uma acção cultural se torna cada vez mais urgente, torna-se impossível ignorar a obra de Paulo Freire.

Edição Moraes



“FRENTE CULTURAL – MANUAL PRÁTICO DO ANIMADOR CULTURAL”

A. Jacinto Rodrigues

O “Manual prático do animador cultural”, assinado pelo nosso estimado colaborador A. Jacinto Rodrigues é que o digam os animadores, um conjunto de temas, que convém estar sempre à mão, até pelo conjunto de pistas que sugerem e também pelo aprofundamento que permitem as indicações bibliográficas. Assim temas como sindicalismo, o cooperativismo, uma análise do meio onde se actua, etc., etc., são assuntos que nenhum animador pode esquecer. Daí a sua importância. Fundamental na biblioteca do animador.

Edição Afrontamento



“VISUALIZAR A VIDA - 2”

Paulo da Trindade Ferreira

Paulo da Trindade Ferreira, com o seu “Visualizar a vida - 2”, oferece-nos um contributo valioso. Num campo em não abundam dados técnicos, “Animação de grupos escolares e extra-escolares pela imagem” é um conjunto de sugestões de muita qualidade a não perder.

Edição Moraes



“ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL”

Prática e Instrumentos

Edouard Limbos



Uma das finalidades desta obra, é auxiliar aqueles que desempenham funções de animadores, e os que a essa profissão se destinam, a melhor compreenderem os comportamentos, as reacções e as si-

tuações que surgem nos grupos de jovens, de modo a poderem descobrir e determinar os mecanismos subjacentes nesse fenómeno.

Trata-se pois, de um documento destinado a colaborar na formação e “auto-formação” de Animadores Sócio-Culturais, através da reflexão, da observação baseada na vivência, e da avaliação dos resultados obtidos.

Livros Horizonte

LIVROS PARA CRIANÇAS

importa escrever para as crianças histórias que sejam encanto e ensinamento, que possam divertir sem serem supérfluas, que lhes digam verdades sem as molestar, enfim, que lhes abram o mundo das palavras e das imagens que têm dentro delas



SOU UMA ONDA PEQUENINA
Colecção bola vermelha/1
50\$00



AS BRINCADEIRAS DO CÍRCULO E DO QUADRADO
Colecção zig-zag/1
25\$00



O PASSARINHO PRETO E A ALEGRIA DE TODAS AS CORES
Colecção zig-zag/2
25\$00



O GATO DAS BOTAS
Colecção zig-zag/3
25\$00



UM + UM = DOIS AMIGOS
Colecção bola amarela/1
70\$00



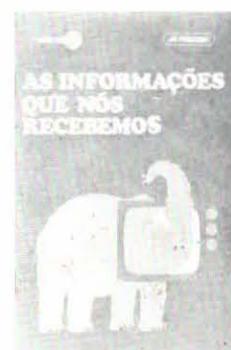
HISTÓRIA DO COELHO CONTENTE
Colecção bola amarela/2
100\$00



A CHAVE VERDE OU OS MEUS IRMÃOS
Colecção bola azul/1
100\$00



A LIBERDADE DE EXPRESSÃO
Colecção já percebi!/1
70\$00



AS INFORMAÇÕES QUE NÓS RECEBEMOS
Colecção já percebi!/2
70\$00



HISTÓRIA DE UMA DEFINIÇÃO
Colecção já percebi!/3
70\$00



estúdio técnico de edições e artes visuais, lda.

r. marquês da fronteira nº3 - r/c dto. Paço de Arcos